

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Administração

Camila Veloso Antunes

**O TRABALHADOR IMIGRANTE ATRAVÉS DO OLHAR DO EMPREGADOR:
racismo e representações discursivas**

Belo Horizonte

2020

Camila Veloso Antunes

**O TRABALHADOR IMIGRANTE ATRAVÉS DO OLHAR DO EMPREGADOR:
racismo e representações discursivas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carvalho Neto

Linha de Pesquisa: Pessoas, Trabalho e Sociedade

Belo Horizonte

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

| | |
|-------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| A636t | <p data-bbox="411 1438 683 1473">Antunes, Camila Veloso</p> <p data-bbox="411 1473 1230 1563">O trabalhador imigrante através do olhar do empregador: racismo e representações discursivas / Camila Veloso Antunes. Belo Horizonte, 2020. 107 f. : il.</p> <p data-bbox="448 1597 1302 1686">Orientador: Antonio Carvalho Neto Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Administração</p> <p data-bbox="411 1720 1302 1865">1. Relações trabalhistas - Aspectos morais e éticos. 2. Trabalhadores estrangeiros. 3. Condições de trabalho. 4. Imigrantes - Discriminação. 5. Racismo. 6. Análise crítica do discurso. I. Carvalho Neto, Antonio. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.</p> <p data-bbox="1182 1933 1302 1968">CDU: 331</p> |
|-------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Camila Veloso Antunes

**O TRABALHADOR IMIGRANTE ATRAVÉS DO OLHAR DO EMPREGADOR:
racismo e representações discursivas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carvalho Neto

Linha de Pesquisa: Pessoas, Trabalho e Sociedade

Prof. Dr. Antonio Carvalho Neto – PUC-Minas (Orientador)

Prof^a. Dra. Carolina Mota-Santos – PUC-Minas (Banca Examinadora)

Prof^a. Dra. Alessandra de Sá Mello da Costa – PUC-Rio (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 18 de Fevereiro de 2020

*Quando vim, se é que vim
de algum para outro lugar,
o mundo girava, alheio
à minha baça pessoa,
e no seu giro entrevi
que não se vai nem se volta
de sítio algum a nenhum.*

Carlos Drummond de Andrade (A Ilusão do Migrante)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as representações discursivas dos empregadores sobre os trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro em relação ao racismo. Para tanto, foram traçados os seguintes objetivos específicos: i) analisar a percepção dos empregadores sobre os trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro; ii) investigar os motivos pelos quais os empregadores contratam trabalhadores imigrantes; iii) investigar a percepção dos empregadores sobre a atuação do trabalhador imigrante no seu local de trabalho. Para a análise do *corpus* foi adotada a perspectiva teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso para apoiar a análise da interação entre o discurso dos empregadores e o seu papel na (re)produção do sistema de dominação e desigualdade entre estes dois grupos sociais. Mais especificamente, foi adotada a perspectiva sociocognitiva de Van Dijk (1992; 1996; 1999; 2000; 2015a; 2015b). Foi utilizada a metodologia qualitativa e a coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas. Ao todo foram realizadas 12 entrevistas, tendo em vista que os estudos na Análise Crítica do Discurso de natureza qualitativa geralmente examinam um pequeno número de textos devido à natureza intensiva do trabalho. A principal questão que conduziu as reflexões desta pesquisa foi: qual papel as representações discursivas dos trabalhadores imigrantes construídas por seus empregadores em relação ao racismo desempenham na (re)produção dos sistemas de dominação e desigualdade entre estes dois grupos sociais? O *corpus* foi analisado a partir das categorias discursivas tópicos e significados locais. Os resultados evidenciaram que os imigrantes são representados como trabalhadores que: i) são mais comprometidos, dedicados, esforçados e eficientes que os brasileiros; ii) são vulneráveis; iii) se sujeitam a qualquer tipo de trabalho; iv) são para trabalho básico e pesado; v) são uma ameaça (em termos de identidade cultural, valores da comunidade, violência e disseminação de doenças); e, por fim, vi) uma carga econômica. A análise evidenciou que o discurso dos empregadores, de modo geral, contém em si todas as características da ideologia racista apontadas por Van Dijk (2000a), quais sejam: i) discursos negativos sobre os trabalhadores imigrantes; ii) objetivo de manter os trabalhadores imigrantes em posição de inferioridade; iii) valores que estabelecem prioridades para o próprio grupo; iv) posições de superioridade e domínio sobre os outros; e v) distribuição e utilização de recursos de território, espaço, nação ou recursos sociais. O discurso dos empregadores, portanto, atua de duas formas: tanto na discriminação dos trabalhadores imigrantes, quanto na legitimação de um sistema social marcado por fortes desigualdades.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso. Abordagem Sociocognitiva. Racismo. Trabalho. Imigrantes.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the discursive representations of employers about immigrant workers inserted in the formal Brazilian labor market in relation to racism. The main question that led to the reflections of this research was: what role do the discursive representations of immigrant workers built by their employers in relation to racism play in the (re) production of systems of domination and inequality between these two social groups? The following specific objectives: i) to analyze the employers' perception of immigrant workers in the formal Brazilian labor market; ii) investigate the reasons why employers hire immigrant workers; iii) investigate the employers' perception of the role of immigrant workers in their workplace. For the analysis of the corpus the theoretical-methodological perspective of Critical Discourse Analysis was adopted. It supported the analysis of the interaction between the employers' discourse and its role in the (re) production of the system of domination and inequality between these two social groups. More specifically, it was adopted Van Dijk's socio cognitive perspective (1992; 1996; 1999; 2000; 2015a; 2015b). The methodology was qualitative and data collection was through semi-structured interviews. Altogether 12 interviews were carried out, considering studies in Critical Discourse Analysis of a qualitative nature generally examine a small number of texts due to the intensive nature of the work. The corpus was analyzed based on the discursive categories, topics and local meanings. The results showed that immigrants are represented as workers who: i) are more committed, dedicated, hardworking and efficient than Brazilians; ii) are vulnerable; iii) are subject to any type of work; iv) are for basic and heavy work; v) they are a threat (in terms of cultural identity, community values, violence and disease spread); and, finally, vi) an economic burden. The analysis showed that the employers' discourse in general contains all the characteristics of the racist ideology pointed out by Van Dijk (2000a). Namely: i) negative discourses about immigrant workers; ii) the objective of keeping immigrant workers in an inferior position; iii) values that establish priorities for the group itself; iv) position of superiority and dominance over others; and v) distribution and use of resources of territory, space, nation or social resources. The employers' discourse, therefore, acts in two ways: both in the discrimination of immigrant workers and in the legitimation of a social system marked by strong inequalities.

Keywords: Critical discourse analysis. Immigrants. Racism. Sociocognitive approach. Work

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1 PROBLEMÁTICA | 05 |
| 2 JUSTIFICATIVA | 07 |
| 3 OBJETIVOS | 10 |
| 3.1 Objetivo Geral | 10 |
| 3.2 Objetivos Específicos | 10 |
| 4 INTRODUÇÃO | 11 |
| 5 REFERENCIAL TEÓRICO | 13 |
| 5.1 Análise Crítica do Discurso | 13 |
| 5.1.2 Discurso e Prática Social | 15 |
| 5.2 Racismo | 22 |
| 5.3 Estudos Críticos sobre Racismo e Imigração | 28 |
| 5.4 Estudos Críticos sobre Discurso, Ideologia, Racismo e Imigração | 32 |
| 5.4.1 Discurso e Ideologia | 33 |
| 5.4.2 Discurso, Ideologia e Racismo | 37 |
| 5.4.3 Discurso, Ideologia, Racismo e Imigração | 39 |
| 5.5 Trabalhadores Imigrantes no Mercado Formal de Trabalho Brasileiro | 40 |
| 6 METODOLOGIA | 48 |
| 6.1 Estratégia e Método da Pesquisa | 48 |
| 6.2 Sujeitos de Pesquisa | 48 |
| 6.3 Estratégia de Coleta de Dados | 49 |
| 6.4 Estratégia de Análise de Dados | 50 |
| 7 ANÁLISE DE DADOS | 53 |
| 7.1 Tópicos: Significados Globais | 53 |
| 7.2 Significados Locais | 54 |
| 8 CONCLUSÃO | 75 |
| REFERÊNCIAS | 79 |
| APÊNDICE A | 106 |
| APÊNDICE B | 107 |

1 PROBLEMÁTICA

Van Dijk (1999) afirma que as questões referentes à migração, relações étnicas e desigualdade racial aumentaram o interesse dos estudiosos acerca do racismo (incluindo questões relacionadas ao antissemitismo, xenofobia, eurocentrismo, etc.) e problemas relacionados, inclusive, na Análise Crítica do Discurso (ACD). Na revista mais proeminente da área, a *Discourse & Society*, editada pelo próprio autor, temas como racismo, nacionalismo e relações étnicas são amplamente debatidos.

Inúmeras pesquisas sobre representações discursivas de refugiados, requerentes de asilo e imigrantes têm sido realizadas em diversos contextos sociais, políticos, históricos e culturais. Embora envolvam diferenças contextuais óbvias no que tange às questões da imigração, estas pesquisas sugerem que, em geral, os discursos revelam representações negativas e estereotipadas. Tais representações estão principalmente associadas a metáforas depreciativas, assim como à criminalidade, ilegalidade e ameaça, conforme apontam pesquisas realizadas nos EUA (Santa Ana, 1999), no Reino Unido (Lynn & Lea, 2003; Gabrielatos & Baker, 2008; KhosraviNik, 2009, 2010; KhosraviNik, Wodak & Krzyzanowsky; 2012), na Austrália (Clyne, 2015; Hanson-Easey & Augoustinos, 2010; Teo, 2000), em Hong Kong (Flowerdew, Li & Tran, 2002), na Irlanda (Burroughs, 2015) e na Malásia (Don & Lee, 2014).

De acordo com Van Dijk (2000a), estes discursos se apresentam como ideologias racistas, na medida em que expressam opiniões negativas que diferenciam, depreciam e inferiorizam os imigrantes. Por conseguinte, desempenham um papel na (re)produção de dominação e desigualdade nas relações étnicas ou raciais (Van Dijk, 2015b; 2000a, 1933). Por dominação, Van Dijk (1933; 2015b) compreende como o exercício do poder social de grupos dominantes sobre outros menos poderosos, resultando em várias formas da desigualdade social.

Definidos por Van Dijk (2000b) como “novo racismo”, os discursos racistas atuais se manifestam principalmente por meio de diferenças e hierarquias socioculturais, em detrimento de uma ideologia racial de base biológica. Em síntese, essa forma de racismo não se apoia explicitamente na inferioridade biológica dos imigrantes, mas na inferioridade cultural, incluindo estilos de vida, hábitos, costumes e religião (Resigl & Wodak, 2001; Zaman, 2010). Por exemplo, os árabes passam a ser discriminados não por sua cor de pele, mas por serem “fanáticos religiosos” (Cabecinhas, 2007, p. 171).

Para Van Dijk (2000a) os discursos devem ser analisados em relação às suas consequências e funções na interação social. Afinal, o discurso é, antes de tudo, uma forma de prática social. Como tal, figura, em primeiro lugar, como uma das maneiras de agir e interagir

com as pessoas e com o mundo. Consequentemente, é por meio do discurso que os atores sociais estabelecem papéis e relações sociais entre os diversos grupos com os quais interagem (Fairclough, 2003). Isto posto, é evidente que os discursos revelados pelas pesquisas supracitadas fazem mais do que representar os refugiados, requerentes de asilo e imigrantes. Claramente existe um aspecto da representação, mas sobretudo existe um elemento de construção e reprodução de determinadas relações e condições sociais (Augustinis *et al.*, 2012; Costa *et al.*, 2011; Costa & Saraiva, 2012; Kress, 1990).

O papel do discurso nas práticas sociais somente pode ser estabelecido por meio de análise, e é justamente o que essa dissertação se propõe a fazer (Fairclough, 2012). Para tanto, a ACD foi utilizada como um recurso teórico-metodológico para apoiar a análise da interação entre o discurso dos empregadores e o seu papel na (re)produção do sistema de dominação e desigualdade entre estes dois grupos sociais. Em síntese, a principal questão que conduziu as reflexões desta dissertação foi: qual papel as representações discursivas dos trabalhadores imigrantes construídas por seus empregadores em relação ao racismo desempenham na (re)produção dos sistemas de dominação e desigualdade entre estes dois grupos sociais?

2 JUSTIFICATIVA

O estudo dos refugiados, requerentes de asilo e imigrantes tem atraído a atenção da Análise Crítica do Discurso (ACD), base teórico-metodológica desta pesquisa. Na ACD, muitos estudos têm sido realizados em diversos contextos sociais, políticos, históricos e culturais, como Áustria (Mitten, 1992; Reisigl & Wodak, 2001; Wodak & Matouschek, 1993; Wodak & Van Leeuwen, 1999), Reino Unido (Baker & McEnery, 2005; Gabrielatos & Baker, 2008; KhosraviNik, 2009, 2010; KhosraviNik, Wodak & Krzyzanowsky, 2012; Lynn & Lea, 2003; Pérez-Paredes, Jiménez & Hernández, 2016; Van Dijk, 2000a), Bélgica (Blommaert, 2001), Itália (Popescu, 2008), Espanha (Del-Teso-Craviotto, 2009), Portugal (Torkington & Ribeiro, 2018); Grécia (Archakis, 2014), Irlanda (Burroughs, 2015) e Suécia (Pettersson, Liebkind & Sakki, 2016). Outros contextos de análise incluem os EUA (Santa Ana, 1999; 2016; Strom, 2015; Johnston, 2008), Austrália (Clyne, 2005; Hanson-Easey & Augoustinos, 2010; Hanson-Easey, Augoustinos & Moloney, 2014; Teo; 2000), Malásia (Don & Lee, 2014) e Hong Kong (Flowerdew, Li & Tran, 2002).

Os exemplos são numerosos e, evidentemente, não se esgotam no parágrafo acima. No Brasil, entretanto, poucas pesquisas sobre Análise Crítica do Discurso e Imigração foram realizadas. Dentre as pesquisas encontradas, destacam-se as teses de doutorado realizadas por Radhay (2006) sobre o discurso dos imigrantes e de documentos, grupos e pessoas relacionadas às políticas de imigração, cuja análise sinalizou a existência de uma discriminação marcante acerca dos imigrantes que se encontravam em desvantagem social; e por Kuwae (2013) sobre a representação discursiva midiática do imigrante japonês, cuja análise indicou uma representação permeada por racismo e preconceito. Ambas as pesquisas são do campo da linguística.

No campo da administração, uma busca no *Scientific Periodicals Eletronic Library* (SPELL) utilizando o termo “Análise Crítica do Discurso” nos campos palavras-chave e resumo revelou diversas pesquisas que utilizam este enfoque teórico-metodológico (QUADRO 1), entretanto, chama a atenção o fato de que nenhuma delas aborda sobre a questão da imigração.

Quadro 1 – Pesquisa no SPELL utilizando o termo “Análise Crítica do Discurso”

| Ano de Publicação | Autores | Total de Artigos/ Ano de Publicação |
|-----------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|
| 2019 | Santos & Costa, 2019; Salles & Dellagnelo, 2019; Scharf, Oliveira, Sarquis & Silva, 2019; Pereira, Saraiva & Rezende 2019; Medeiros & Siqueira, 2019a; Homero Jr., 2019; Rodrigues & Silva, 2019; Medeiros & Siqueira, 2019b; Palhares, Carrieri & Oletto, 2019. | 09 |
| 2018 | Scussel & Dellagnelo, 2018; Picheth & Chagas, 2018; Tonelli, Borges, Brito & Zambalde, 2018; Fiates, Demo & Brilinger, 2018; Bispo & Siqueira, 2018; Fernandes, 2018; Abdalla & Altaf, 2018; Santos, & Marquesan, 2018. | 08 |
| 2017 | Molinete, Barcellos & Salles, 2017; Valadares, Alcântara, Vilas Boas & Emmendoerfer, 2017; Paiva, Garcia & Alcântara, 2017; Scharf, Fernandes, Perfeito & Dapper, 2017; Silva & Gonçalves, 2017. | 05 |
| 2016 | Lage, Perdigão, Pena & Silva, 2016; Irigaray, Cunha & Harten, 2016; Andrade, Brito, Brito & Baeta, 2016; Aguiar & Carrieri, 2016; Cardoso, Hanashiro & Barros, 2016; Freitas, Castro, Morais & Villela, 2016. | 06 |
| 2015 | Onuma, Zwick & Brito, 2015; Silva, Costa & Lemos, 2015; Macedo, Alcântara & Pereira, 2015; Santos, Bispo & Dourado, 2015. | 04 |
| 2014 | Scharf & Sarquis, 2014; Bretas & Saraiva, 2014; Cunha, Coelho & Pozzebon, 2014; Carrieri, Souza & Aguiar, 2014. | 04 |
| 2013 | Rodrigues & Dellagnelo, 2013; Lacerda & Brulon, 2013; Menezes, Oliveira & Diniz, 2013. | 03 |
| 2012 | Melo, Salles & Bellen, 2012; Costa, Barros & Martins, 2012. | 02 |
| 2011 | Grande & Beuren, 2011a; Grande & Beuren, 2011b; Grande & Beuren, 2011c; Uglione, Barcellos, Silva & Dellagnelo, 2011. | 04 |
| 2010 | Netto, Brei & Flores-Pereira, 2010. | 01 |
| 2009 | Paganotti, 2009; Siqueira & Mendes, 2009; Rengel, Beuren & Casagrande, 2009. | 03 |
| 2008 | Borges & Valadão Jr., 2008. | 01 |
| 2007 | Dourado & Carvalho, 2007; Valadão Jr., Medeiros & Lima, 2007. | 02 |
| 2005 | Misoczky & Ferreira, 2005; Misoczky, 2005. | 02 |
| Total de Artigos: 54 | | |

Fonte: elaborado pela autora.

Deve-se concluir, assim, que o tema da imigração internacional não é relevante para os estudiosos da Análise Crítica do Discurso no campo da administração brasileira? Obviamente não. Afinal, é fato notório que o Brasil tem experimentado um fluxo imigratório em grande escala (Figueredo & Zanelatto, 2017; Suzuki, 2018) e que a presença de trabalhadores estrangeiros no mercado formal (e informal) vem crescendo de modo exponencial nos últimos anos (Cavalcanti *et al.*, 2015). Foi o interesse por esta questão social urgente e a proeminência do Brasil nesse contexto que instigaram a realização desta pesquisa.

Além disso, a maioria dos estudos sobre refugiados, requerentes de asilo e imigrantes realizada com base na abordagem teórico-metodológica da ACD investiga os meios de

comunicação de massa (Baker & McEnery, 2005; Burroughs, 2015; Des-Teso-Craviotto, 2009; Flowerdew, Li & Tran, 2002; Gabrielatos & Baker, 2008; Hanson-Easey, Augoustinos & Moloney, 2014; KhosraviNik, 2009; 2010; KhosraviNik, Wodak & Krzyzanowsky, 2012; Kuwae, 2013; Lynn & Lea, 2003, 2012; Pérez-Paredes, Jiménez & Hernández, 2016; Popescu, 2008; Santa Ana, 1999; Teo, 2000) ou o discurso político (Clyne, 2015; Don & Lee, 2014; Hanson-Easey & Augoustinos, 2010; Mitten, 1992; Pettersson, Liebkind & Sakki, 2016; Popescu, 2008; Van Dijk, 2000a). Portanto, essa dissertação, ao se propor a investigar o discurso dos empregadores, também poderá contribuir para ampliar o escopo de análises da ACD.

Por fim, o estudo das representações discursivas dos empregadores sobre os trabalhadores imigrantes em relação ao racismo poderá proporcionar uma reflexão sobre o papel que o discurso racista pode desempenhar, em certa medida, no estabelecimento de determinadas práticas sociais de trabalho entre estes dois atores sociais.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar as representações discursivas dos empregadores sobre os trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro em relação ao racismo.

3.2 Objetivos Específicos

- Analisar a percepção dos empregadores sobre os trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro;
- Investigar os motivos pelos quais os empregadores contrataram trabalhadores imigrantes;
- Investigar a percepção dos empregadores sobre a atuação do trabalhador imigrante no seu local de trabalho.

4 INTRODUÇÃO

Esta dissertação teve como objetivo analisar as representações discursivas dos empregadores sobre os trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro em relação ao racismo. É importante ressaltar que, embora a literatura aponte diferenças nas representações sobre refugiados, requerentes de asilo e imigrantes¹ (Baker & McEnery, 2005), este recorte não foi realizado. Deste modo, o termo imigrante foi adotado para se referir simultaneamente a esses três grupos sociais.

Além disso, deve-se reconhecer a necessidade de que os estudos de migração internacional se enquadrem dentro de um contexto de análise interseccional, como vários pesquisadores sugerem (Anthias, 2012a; 2012b; 2013; Bastia, 2014; Bilge & Denis, 2010; Bürkner, 2012; Epstein & Carrillo, 2014; Grosfoguel, Oso & Christou, 2015; Johnson, 2009; Patterson & Veenstra, 2016; Mahalingam, Balan & Haritatos, 2008; Manalansan, 2006; McCall, 2005; Näre, 2013; Sinatti, 2014; Viruell-Fuentes, Miranda & Abdulrahim, 2012). Porém, devido ao tempo para a realização desta dissertação, não foi possível explorar toda a complexidade que permeia a vida social do imigrante.

O discurso racista foi analisado principalmente em relação às expressões do “novo racismo”, termo adotado na literatura para o estudo da natureza e das manifestações racistas nas sociedades modernas (Adjai & Lazaridis, 2013; Anthias, 1995; Beynon & Kushnick, 2003; Dunn *et al.*, 2007; Sniderman *et al.*, 1991; Hopkins, Reicher & Levine, 1997; Jayasuriya, 2002; Lima & Vala, 2004; McKenzie, 2003; Pon, 2009; Rydgren, 2008; Taguieff, 1990; Van Dijk, 2000b; Verkuyten & Masson, 1995; Villanueva, 2006; Virtanen & Huddy, 1998).

¹ Em nível internacional, o termo ‘refugiado’ é coberto pela Convenção de Genebra de 1951 e se aplica a qualquer pessoa que, devido a “um medo bem fundamentado de ser perseguido por razões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um grupo social ou opinião política específica, está fora do país de sua nacionalidade e é incapaz ou, devido a esse medo, não está disposto a se valer da proteção desse país, ou que, não tendo nacionalidade e estando fora do país de sua antiga residência habitual como resultado de tais eventos, seja incapaz ou, devido a esse medo, não esteja disposto a retornar a ele”. Os ‘requerentes de asilo’, por sua vez, “são pessoas que atravessam fronteiras em busca de proteção, mas que podem não cumprir os critérios estritos estabelecidos pela Convenção de 1951. O requerente de asilo descreve alguém que solicitou proteção como refugiado e aguarda a determinação de seu *status*. Refugiado é o termo usado para descrever uma pessoa que já recebeu proteção. Os requerentes de asilo podem se tornar refugiados se a autoridade local de imigração ou refugiados os considerar adequados à definição internacional de refugiado. A definição de requerente de asilo pode variar de país para país, dependendo das leis de cada país. No entanto, na maioria dos países, os termos requerente de asilo/asilo e refugiado diferem apenas em relação ao local em que um indivíduo pede proteção. Enquanto um requerente de asilo pede proteção depois de chegar ao país anfitrião, um refugiado pede proteção e recebe esse status de proteção fora do país anfitrião.”. Por fim, o termo ‘imigrante’ “deve ser entendido como abrangendo todos os casos em que a decisão de migrar é tomada livremente pelo indivíduo em questão, por razões de ‘conveniência pessoal’ e sem a intervenção de um fator de atração externa.”. (UNESCO, 2015)

Embora existam variações na compreensão deste fenômeno, de modo geral, estudiosos do tema concordam que a principal mudança entre o “velho racismo” e o “novo racismo” é que, enquanto o primeiro se fundamenta em um conjunto de ideias deterministas que categorizam a vida social de acordo com características biologicamente definidas, o segundo se baseia na diferenciação cultural entre os povos (Adjai & Lazaridis, 2013; Anthias, 1995; Beynon & Kushnick, 2003; Duffield, 2006; Dunn et al., 2007; Jayasuriya, 2002; Verkuyten & Masson, 1995; Wieviorka, 2004). Assim, o “novo racismo” representa uma reconceituação do “velho racismo” e de suas práticas de exclusão racial baseadas na biologia, passando a enfatizar a cultura (Dunn et al., 2007; Goldberg, 1992; Leach, 2005; Lentin, 2000; Pon, 2009; Van Dijk, 2000b).

Em síntese, no “novo racismo”, a base classificatória de diferenciação, segregação e exclusão da vida social não é mais uma suposta inferioridade genética, mas uma suposta inferioridade cultural de determinados grupos étnicos (Anthias, 1995; Duffield, 2006; Siebers & Dennissen, 2015). Trata-se, portanto, de uma ideologia capaz de diferenciar, segregar e excluir “outros” grupos culturais, devido a questões relacionadas à língua, religião, hábitos, costumes, vestimentas, culinária, música, literatura e arte, dentre outras (Beynon & Kushnick, 2003; Duffield, 2006; Di Masso, Castrechini & Valera, 2014; Taguieff, 1990).

É importante ressaltar que, embora as diferenças sociais e culturais desempenham um papel central no novo racismo, as questões relativas à cor da pele, assim como outras divisões sociais, como classe e gênero, são de extrema importância para compreender as múltiplas estruturas hierárquicas e processos sociais que se entrelaçam para produzir posições e identidades sociais específicas (Anthias, 1995; 2012a; 2012b; Bürkner, 2011; Mahalingam *et al.*, 2008). Porém, tendo em vista as limitações de tempo e o objetivo proposto por esta dissertação, optou-se por adotar como principal perspectiva de análise o discurso do “novo racismo”, cujas características culturais servem como marcadores simbólicos de diferença e inferioridade no processo de racialização.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial teórico divide-se da seguinte forma. A primeira seção busca explicar os fundamentos teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso. A segunda aborda questões relacionadas ao conceito de racismo, suas variações e manifestações. A terceira seção busca apresentar como os estudos críticos abordam as questões que envolvem racismo e imigração. As seções subsequentes são destinadas aos estudos no âmbito da Análise Crítica do Discurso e Racismo, especificamente à teoria sociocognitiva de Van Dijk (1992; 1996; 1999; 2000; 2015a; 2015b), por meio da qual são estabelecidas as relações entre discurso, ideologia e racismo. Por fim, a última seção apresenta as principais características dos trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro.

5.1 Análise Crítica do Discurso

Desenvolvida por Norman Fairclough, a Análise Crítica do Discurso (doravante ACD) é uma abordagem teórico-metodológica crítica para estudos em ciências sociais que visam investigar processos sociais contemporâneos em seu aspecto discursivo (Chouliaraki & Fairclough, 2010; Fairclough & Wodak, 2005). Este autor, um dos maiores expoentes da ACD, cunhou o termo “Análise Crítica do Discurso” em 1985, conferindo continuidade e abrangência aos estudos da Linguística Crítica (Wodak, 2004; Magalhães, 2005; Resende & Ramalho, 2006). Embora existam diferentes abordagens na Análise Crítica do Discurso, foi convencionalizado chamar a Teoria Social do Discurso, desenvolvida por Fairclough, de Análise Crítica do Discurso ² (Resende & Ramalho, 2006).

A perspectiva teórica da ACD é ancorada na visão do discurso³ como um elemento irreduzível do processo social material (Fairclough, 2001a; 2003; 2005b). Desse modo, a ACD transcende a divisão entre as análises do discurso nas ciências sociais e na linguística, em que uma dedica pouca atenção às características linguísticas dos textos⁴, enquanto a outra se

² Esta convenção será mantida nesta dissertação.

³ O termo “discurso” é utilizado por Fairclough (2001b; 2003; 2005b; 2012; 2013) em vários sentidos, incluindo: i) uma forma ampla e abstrata para designar a linguagem e outros tipos de semiose como elementos da vida social, como imagens visuais e linguagem corporal; ii) a linguagem associada a um determinado campo ou prática social (por exemplo, o discurso organizacional ou político); e iii) formas particulares de representar aspectos do mundo associado a uma perspectiva social específica.

⁴ O termo “texto” é utilizado em um sentido amplo para se referir a qualquer elemento discursivo dos eventos sociais (Fairclough, 2005b). Assim, qualquer produto escrito ou falado constitui um texto, de tal maneira que textos escritos e impressos, transcrições de entrevistas ou conversas, bem como programas de televisão e páginas da *web* são exemplos de “textos”. (Fairclough, 2001b; 2003; 2005b; 2012)

concentra na linguagem⁵ (Fairclough, 2003; 2001b). Em síntese, a ACD é destinada a investigações em ciências sociais que consideram tanto as questões teóricas sobre o discurso quanto os seus efeitos sociais (Fairclough, 2003).

Fairclough (2005e) apresenta a ACD como uma perspectiva que combina a crítica do discurso e a explicação de como o discurso figura em determinada realidade social. Essa perspectiva envolve três implicações analíticas fundamentais para as pesquisas que utilizam a ACD (Fairclough, 2005e). Primeiro, as análises devem se basear na relação dialética entre os elementos discursivos e outros elementos sociais (e materiais) da vida social (Chouliaraki & Fairclough, 2010; Fairclough, 2003; Fairclough, 2001a; 2005a; 2005e; 2013; 2017; Wodak & Fairclough, 2010). Tendo em vista essa relação dialética, a ACD supõe que estes elementos são diferentes, mas não totalmente separados; ou seja, cada elemento incorpora outros sem ser reduzido a eles (Chouliaraki & Fairclough, 2010; Fairclough, 2001a; 2013).

Uma segunda implicação é que as análises da ACD devem estabelecer diálogos com diferentes disciplinas e teorias que tratam de processos sociais contemporâneos, por meio de uma abordagem transdisciplinar (Chouliaraki & Fairclough, 2010; Fairclough, 2001a; 2001b; 2005a; 2005e; 2012; 2013; Van Dijk, 2013a; Wodak, 1999), o que possibilita o seu estudo no campo da administração. Isso sugere uma abordagem flexível e versátil, de modo que as análises devem ser menos orientadas por protocolos metodológicos rigorosos e mais para conexões entre as diversas áreas do conhecimento, cada qual com suas próprias teorias e métodos de investigação (Chouliaraki & Fairclough, 2010; Van Dijk, 2013a).

Uma terceira implicação é que a ACD deve buscar articulações com os estudos sociais críticos (Fairclough, 2003; 2005e; 2013) por meio de temas como relações de poder, ideologia, dominação e hegemonia, e a visão do discurso como mutuamente constitutivo do processo social (Wodak, 2013). Estudos críticos tradicionalmente consideram a realidade social como conceitualmente mediada, o que implica afirmar que todos os eventos ou práticas sociais possuem um caráter reflexivo e que, portanto, as representações, interpretações, conceituações ou teorias são parte dessa realidade (Fairclough, 2003).

A articulação da ACD com os estudos críticos permite revelar relações de poder e explicar como o discurso figura na criação e manutenção de formas de vidas socialmente marcadas por relações injustas e desiguais, e também como o discurso figura ou pode figurar nas lutas por transformações por formas mais justas e democráticas (Chouliaraki & Fairclough,

⁵ O termo “linguagem” é utilizado em seu sentido mais usual para se referir à linguagem verbal (palavras, sentenças, etc.) (Fairclough, 2003). Assim, o termo pode ser utilizado tanto de uma maneira geral, quanto para se referir a línguas específicas, como o português ou o inglês, por exemplo. (Fairclough, 2003)

2010). Nesse sentido, a ideologia é um conceito especialmente importante, pois é definido como um importante aspecto da criação e manutenção das relações desiguais de poder (Wodak, 2004).

Portanto, a ACD é uma abordagem politicamente engajada, com o interesse explícito em investigar o exercício do discurso na produção e reprodução das relações sociais de poder e dominação (Costa *et al.*, 2011; Magalhães, 2012; Misoczky, 2005; Van Dijk, 2013a). Assim, os pesquisadores da ACD têm que estar cientes de que o seu próprio trabalho é motivado por questões sociais, econômicas e políticas, como qualquer outro trabalho acadêmico (Wodak, 2013). O fato de os pesquisadores da ACD tornarem suas posições políticas e sociais explícitas (Misoczky, 2005; Wodak, 2013), no entanto, não constitui um impedimento para a realização de pesquisas adequadamente científicas (Kress, 1990).

Uma vez realizada essa explanação sumária, a próxima seção destina-se a abordar mais detalhadamente a relação entre discurso e prática social, que constitui toda a base teórica da ACD.

5.1.2 Discurso e Prática Social

Como já foi aventado, para a ACD os elementos discursivos são parte irredutível da vida social, dialeticamente interligada com os elementos sociais e materiais que a compõem (Fairclough; 2003; 2001a; 2005a; 2013). Por meio da relação dialética entende-se que estes elementos são diferentes, mas não totalmente separados, visto que cada um incorpora outros sem ser reduzido a eles (Chouliaraki & Fairclough, 2010; Fairclough, 2001a; 2010; 2012; 2013). Desse modo, a ACD não reduz a vida social à linguagem, uma vez que se concentra nas relações entre os elementos discursivos, sociais e materiais (Chouliaraki & Fairclough, 2010; Fairclough, 2003; 2001a; 2005a; 2005e; 2013; 2017; Wodak & Fairclough, 2010).

Para a ACD, a linguagem é, antes de tudo, uma forma de prática social (Fairclough, 2003; Misoczky, 2005; Rodrigues & Dellagnelo, 2013). Afinal, falar e escrever são umas das maneiras de agir e interagir com as pessoas e com o mundo.⁶ Por meio do discurso, os atores sociais constituem conhecimentos, crenças, valores e identidades, bem como estabelecem papéis e relações sociais entre os diversos grupos que interagem (Fairclough, 2003). Desse modo, o discurso possui um papel decisivo na constituição do sujeito e de determinadas condições sociais (Van Leeuwen & Wodak, 1999).

⁶ Não é a única, visto que a ação não linguística também é uma maneira de agir e interagir em eventos sociais (Fairclough, 2003).

Essa causalidade, no entanto, não é uma mecânica simples, de modo que não se pode afirmar que características particulares de textos provocam mudanças específicas no conhecimento ou no comportamento das pessoas, por exemplo. Tampouco é regular, o que implica afirmar que não há um padrão de causa-efeito associado a um determinado tipo de texto. Isso porque muitos outros fatores existentes no contexto contribuem para determinar os seus efeitos sociais. (Fairclough, 2003)

Os efeitos sociais dos textos também dependem dos significados que lhe são atribuídos. Um texto por si só não possui efeitos, uma vez que está aberto a diversas interpretações e, conseqüentemente, os seus efeitos sociais são mediados pelos processos de produção de sentido. Em última instância, os significados que atribuímos aos textos é que têm efeitos sociais, não os textos em si. O processo de produção de sentido de um texto é composto por três elementos relacionados, quais sejam: a produção do texto; o texto em si; e a recepção do texto. A análise do discurso, portanto, não busca analisar o texto em si, mas a produção de sentido. (Fairclough, 2003)

Os textos, além de produzirem efeitos causais também são efeito de outros elementos sociais e materiais (Fairclough 2003; 2005e). Dentre os fatores dos quais os textos são efeito, Fairclough (2003; 2005a; 2006) distingue dois: por um lado, as estruturas e práticas sociais e, por outro, os agentes envolvidos nos eventos sociais.⁷ Assim, os atos discursivos não são completamente livres, mas também não são totalmente determinados por estruturas e práticas sociais (Fairclough, 2001b; 2003).

O processo social é visto pela ACD a partir da interação de três níveis de realidade social: estruturas, práticas e eventos sociais (Fairclough, 2013). Essa concepção, portanto, combina perspectivas de estrutura e ação (Fairclough, 2001a; 2013): as práticas sociais (discursivas) são, por um lado, formas mais ou menos duráveis e estáveis de agir na sociedade (Fairclough, 2001a; 2012); e, por outro, são um domínio da ação e da interação social que reproduz estruturas, mas que também pode transformá-las (Fairclough, 2001a).

Fairclough (2003; 2006; 2012; 2013) define estruturas sociais⁸ como entidades abstratas que estabelecem um conjunto de possibilidades e excluem outras. Nesse sentido, o autor afirma que a relação entre o que é estruturalmente possível (estrutura) e o que realmente acontece (evento) é complexa, uma vez que “os eventos não são de forma simples ou direta os efeitos

⁷ As características de causalidades explicitadas acima também se aplicam aqui: não se trata de uma mecânica simples e regular.

⁸ Estruturas sociais podem ser uma estrutura econômica, um sistema de classes sociais ou de parentesco, ou uma língua, por exemplo. (Fairclough, 2003)

das estruturas sociais abstratas” (Fairclough, 2003, p. 23). Isso ocorre porque a relação entre estruturas sociais gerais e abstratas e eventos específicos e concretos é mediada pelas práticas sociais⁹ (Fairclough, 2003; 2005a; 2005b; 2006; 2012; 2013).

Para a ACD, a vida social é uma rede interconectada de diferentes práticas sociais em diferentes domínios ou campos da vida social (econômicas, políticas, culturais, cotidianas, familiares, etc.) e em diferentes escalas da vida social (global, regional, nacional, local), todos contendo em si um elemento semiótico (Fairclough, 2001a; 2003; 2010). Por exemplo, a forma de gestão das organizações contemporâneas brasileiras constitui uma prática social. Devido à sua visão dialética-relacional, a ACD supõe que as práticas sociais podem contribuir para a reprodução ou transformação de determinadas possibilidades estruturais em áreas particulares da vida social (Fairclough, 2003; 2005a).

As práticas sociais podem ser vistas como uma articulação de diversos elementos: atividades; relações sociais; objetos e instrumentos; hora e lugar; sujeitos sociais, com crenças, conhecimentos, valores etc.; e, por fim, semiose (Fairclough & Wodak, 2005), embora exista certa variação na descrição destes elementos em Fairclough (2005a; 2010; 2012). Portanto, as práticas sociais articulam discurso juntamente com outros elementos sociais não-discursivos (Fairclough, 2003). Por exemplo, o modo de gestão das organizações articula formas particulares de usar a linguagem (por parte dos gestores e dos funcionários) com as relações sociais da empresa e uso do espaço físico, e assim por diante.

É importante ressaltar que os elementos que compõem as práticas sociais são diferentes, mas estão dialeticamente relacionados (Fairclough, 2001a; 2010; 2012; 2013). Assim, por exemplo, relações sociais dentro de uma organização possuem parcialmente elementos semióticos, mas isso não significa que a sua análise tenha que se restringir à linguagem (Chouliaraki & Fairclough, 2010; Fairclough & Wodak, 2005). Sendo assim, pode ser conduzida a partir de propriedades e disciplinas distintas¹⁰ (Fairclough, 2001a; 2010; 2012).

A maneira particular como as práticas sociais se articulam ao longo do tempo constitui a ordem social, e o aspecto discursivo dessa ordem social é denominada de ordem de discurso¹¹. Em outras palavras, a ordem de discurso se refere às redes articuladas de práticas sociais em seu aspecto discursivo (Fairclough, 1941, 2001a; 2003, 2006, 2012). A ordem do discurso

⁹ Instituições e organizações são exemplos de redes de práticas sociais. (Fairclough, 2013)

¹⁰ Para Fairclough (2012; 2013), este caráter dialético das relações entre os elementos evidencia o valor e a importância de se pesquisar práticas sociais de maneira transdisciplinar, já que requer a reunião de disciplinas com dois focos complementares: com as realidades materiais (processos, relações e estruturas) e sociais e com os elementos discursivos (discurso, gênero e estilo).

¹¹ Este termo foi utilizado originalmente por Foucault, mas foi recontextualizado pela ACD de um modo distinto (Fairclough, 1941; 2001b; 2005b; 2012).

representa um modo específico de construir sentido acerca da estruturação da vida social, a partir da combinação de três elementos: discurso¹², gênero e estilo (Fairclough, 2001a; 2001b; 2003; 2005a; 2006; 2010; 2013; Misoczky, 2005). Respectivamente, existem três maneiras principais pelas quais estes elementos se relacionam com as práticas e eventos sociais, quais sejam: i) modos de representar (discurso); ii) modos de inter(agir) (gênero); e iii) modos de ser (estilo) (Fairclough, 2001a; 2001b; 2003; 2005a; 2006; 2010; 2012; 2013; Misoczky, 2005).

Por exemplo, organizações empresariais específicas são parcialmente constituídas por ordens de discurso particulares, ou seja, por redes de práticas sociais associadas a diferentes configurações de discursos, gêneros e estilos (Fairclough, 1985; 2012; 2013). Correspondentemente, estes elementos articulados configuram formas relativamente duráveis de como os atos discursivos significam o mundo e seus processos (discursos), representam e negociam as relações sociais (gêneros) e estabelecem identidades sociais e pessoais (estilos) nos espaços organizacionais (Fairclough, 2001b; 2005b). Embora constitua um sistema relativamente durável e estável, a ordem do discurso não é necessariamente homogênea, podendo ser mais instável em alguns aspectos e estável em outros, mais ou menos resistente ou aberta a mudanças (Fairclough, 2005a).

A análise de como esses elementos (analítico-discursivos) são utilizados e articulados constitui a interdiscursividade de um texto (Fairclough, 2001b; 2003; 2005a; 2006; 2012; 2013; Wodak & Fairclough, 2010). Assim, a análise interdiscursiva refere-se à maneira como os textos se diferem uns dos outros ao articularem diferentemente discursos, gêneros e estilos, embora tal variação seja socialmente delimitada e estruturada pela forma como interage com outros sistemas e estruturas sociais (Fairclough, 2005a).

Segundo Fairclough (2001b), estas três funções de linguagem e dimensões de sentido coexistem e interagem em todo discurso. É importante ressaltar que estes elementos e suas respectivas funções são analiticamente separados, mas dialeticamente relacionados, de modo que, por exemplo, representações particulares (discursos) podem configurar maneiras particulares de agir e relacionar-se (gêneros), bem como incutir maneiras particulares de identificação (estilos). (Fairclough, 2003)

Os discursos (textos como representação) figuram nas práticas sociais como modos particulares de representar (interpretar) diferentes aspectos do mundo - seja ele material

¹² Aqui, o termo “discurso” é utilizado para se referir a formas particulares de representar aspectos do mundo associado a uma perspectiva social específica.

(processos, relações e estruturas), mental (pensamentos, sentimentos, crenças etc.) ou social (Chouliaraki & Fairclough, 2010; Fairclough, 2003; 2005a; 2013).

As diferenças discursivas estão relacionadas às perspectivas distintas sobre o mundo e às diferentes posições que grupos de atores sociais ocupam nas práticas sociais (Fairclough, 2003; 2013; Wodak, 2004). Por exemplo, os discursos que são tecidos sobre os imigrantes não estão apenas associados a diferentes práticas sociais (como na educação, economia, política, assistência social e sociologia), mas também às diferentes posições e perspectivas de diferentes grupos sociais, tais como de empregadores, professores ou voluntários que prestam assistência a imigrantes.

Ao representar grupos sociais e suas relações, os discursos atuam na construção social (Fairclough, 2005a). Deste modo, as relações entre diferentes discursos são um elemento das relações entre grupos sociais, que podem ser de cooperação, competição, dominação, e assim por diante (Fairclough, 2001b; 2003; 2010; 2012).

Assim, o discurso pode se constituir como espaço de luta entre atores sociais, uma vez que abarca diferentes discursos e ideologias. Como tal, constitui um meio articulado para a construção de diferentes relações de poder nas estruturas sociais hierárquicas. Conseqüentemente, as estruturas linguísticas certamente serão colocadas, em algum momento, a serviço da expressão do poder. A ACD está justamente interessada na expressão destas formas linguísticas. (Wodak, 2004)

Segundo Fairclough (2003), existe um grau de repetição nas maneiras de representar, na medida em que os discursos são compartilhados por grupos de pessoas e são estáveis ao longo do tempo. Porém, os discursos variam no grau de repetição, compartilhamento e estabilidade, apresentando diferentes níveis de abstração e generalidade. Afinal, existem graus de variação interna nos discursos. Isto ocorre porque um novo discurso se forma pela combinação de outros discursos existentes (muitas vezes contrastantes), o que constitui novos arranjos discursivos. (Fairclough, 2003)

Os gêneros (textos como ação) são formas discursivas de agir e interagir no decorrer de eventos sociais (Fairclough, 2003; 2005a; 2013). Assim, ao analisar um discurso em termos de gênero, o que se pretende é investigar como ele figura dentro de eventos sociais concretos e contribui para formas específicas de ação e interação. Por exemplo, parte de gerenciar uma empresa, fazer um trabalho ou administrar um país, envolve interação discursiva (ou comunicativa), e tais atividades têm conjuntos distintos de gêneros associados a elas, dando origem a diferentes formas de (inter)agir socialmente (Fairclough, 2003; 2013).

Gêneros individuais podem ser analisados em termos de atividade, relações sociais ou comunicação. A atividade está vinculada ao que os atores sociais estão fazendo discursivamente em um evento específico. Evidentemente, eventos sociais envolvem atividades discursivas e não discursivas, mas, embora a (inter)ação nunca seja apenas discursiva, muitas vezes é principalmente discurso (Fairclough, 2003).

As relações sociais dizem respeito à forma de interação estabelecida no ato discursivo. Tais relações podem ser estabelecidas entre organizações (por exemplo, uma organização empresarial), grupos (por exemplo, grupo funcionários) ou indivíduos, ou combinar diferentes tipos de atores sociais. É importante observar que diferentes atores possuem capacidades distintas de agir sobre os outros. Por exemplo, a comunicação que se estabelece entre organizações e indivíduos possui como características a hierarquia social, em que a organização exerce poder sobre o indivíduo, e a distância social, cuja operação ocorre em escalas nacionais, regionais ou globais, enquanto os indivíduos ocupam locais específicos. (Fairclough, 2003)

Por meio das relações sociais podem ocorrer troca de atividade (demanda, oferta) ou de conhecimento (declaração, pergunta). As trocas de atividade são orientadas para a ação não-textual, isto é: para a ação não (meramente) discursiva. Assim, por exemplo, se um gerente pede a um funcionário determinada informação, a ação esperada é textual (dar uma resposta), mas, neste caso, o foco está em responder como ação, e não apenas na resposta como informação.

A troca de conhecimento, por sua vez, é orientada para a troca de informações. Entretanto, as relações de troca de atividade e de conhecimento são apenas analiticamente separadas, já que podem se apresentar conjuntamente nos textos. Nestes casos, uma relação de aparente troca de conhecimento pode ter, na verdade, uma orientação para a troca de atividade (Fairclough, 2003).

Determinado gênero pode ter uma série de propósitos relativamente explícitos ou implícitos. Alguns propósitos são claramente intencionais, como, por exemplo, o de atrair investimentos. Outros, por sua vez, são mais implícitos, como a aparente comunicação informal entre um empregado de uma indústria de serviços (por exemplo, hotéis e lojas) e clientes, que possui, pelo menos em parte, o propósito de levar os consumidores a comprarem determinados produtos ou serviços. Mas não se deve centrar a visão do gênero no propósito, uma vez que gêneros variam em termos da natureza da atividade que constituem ou fazem parte; assim, enquanto algumas atividades possuem propósitos, outras simplesmente não possuem. (Fairclough, 2003)

A comunicação diz respeito de quais tecnologias de comunicação (se houver) a atividade depende. Tais tecnologias possuem duas distinções: podem ser de via dupla ou de via

única; e mediada ou não mediada. Desse modo, existem quatro possibilidades: via dupla não mediada (conversa face-a-face); via dupla mediada (telefone, e-mail, videoconferência); via única não mediada (palestra) e via única mediada (imprensa, rádio, televisão, internet, cinema). As tecnologias de comunicação são importantes, uma vez que atuam nas difusões da informação e do exercício do poder. Assim, por exemplo, uma conversa comum (face-a-face ou por telefone) não possui a mesma abrangência de um livro impresso ou em formato eletrônico, que pode ser lido por muitas pessoas amplamente dispersas no tempo e no espaço. (Fairclough, 2003)

Por fim, o discurso figura na constituição de modos particulares de ser, ou seja, na constituição de identidades (Fairclough, 2001b; 2003; 2005a; 2010; 2012). Nesse sentido, os estilos (textos como identificação) têm a ver com as formas pelas quais as identidades de atores sociais são construídas discursivamente, sejam elas pessoais (personalidade) ou sociais (identidade social) (Fairclough, 2003). Por exemplo, ser gerente de um negócio é, em parte, uma questão de desenvolver determinado estilo discursivo. (Fairclough, 20013)

Segundo Fairclough (2003), o processo de identificação é textual, mas apenas em parte. Isso significa que quem somos é uma questão de como falamos ou escrevemos, mas que a identificação não é apenas uma questão de linguagem. A identificação também é uma questão de identidade social, uma vez que, para alcançar uma identidade social, é preciso que os papéis sociais sejam assumidos como a própria identidade pessoal. Assim, identidade social e pessoal estão dialeticamente interconectados.

As identidades também são determinadas pelas posições particulares que os atores ocupam nas práticas sociais, mas apenas parcialmente, uma vez que os atores também são influenciados por experiências de vida diversas ao pertencerem a diferentes classes sociais, sexos, nacionalidades, etnias ou culturas. (Fairclough, 2001b; 2003; 2005a; 2010; 2012)

Assim, o discurso constitui formas de: representar o mundo e seus processos; (inter)agir nas relações sociais; e de identificar-se. Em suma, o quadro abaixo (QUADRO 2) foi desenvolvido a fim de facilitar a compreensão dos principais termos utilizados nesta seção:

Quadro 2 – Framework ACD (Fairclough)

| Discursos | Gêneros | Estilos |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Modos discursivos particulares de representar (interpretar) diferentes aspectos do mundo, seja ele material (processos, relações e estruturas), mental (pensamentos, sentimentos, crenças etc.) ou social. | Modos discursivos de agir e interagir no decorrer de eventos sociais. | Modos discursivos pelos quais os atores sociais constroem as suas identidades (sociais e pessoais). |

Fonte: elaborado pela autora.

Como o objetivo desta pesquisa é analisar as representações discursivas dos empregadores sobre os trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro em relação ao racismo, terá como foco exclusivo a função representacional do discurso.

5.2 Racismo

Nesta seção, busca-se compreender o conceito de racismo, suas variações e manifestações. Contudo, tendo em vista que “raça” é um termo controverso e sensível (Telles, 2012), será definido *a priori* o conceito adotado nesta dissertação.

A noção de “raça”, isto é, de que os seres humanos podem ser divididos em subespécies, cada qual com uma herança genética que define os seus valores morais, intelectuais e psicológicos, é produto da ideologia cientificista do século XIX (Cabecinhas, 2007; 2008; Guimarães, 1999a; 1999b; 2003; Telles, 2012). Por meio dessa concepção, a desigualdade temporária – cultural, social e política – foi transformada em uma desigualdade intrínseca e permanente, de caráter biológico (Guimarães, 1999a). O racismo se origina da elaboração e da expansão dessa doutrina, uma vez que justifica as desigualdades sociais e econômicas entre os seres humanos por meio de diferenças biológicas entre as “raças”, assim como a classificação e a hierarquização das sociedades e populações humanas (Guimarães, 1999a; 2003; Ianni, 2004b).

Após a tragédia causada pelo racismo na Segunda Guerra Mundial, houve grande esforço por parte dos biólogos, sociólogos e antropólogos em eliminar a ideia de “raça” do vocabulário científico, político e social e substituir por designações menos discriminatórias (Cabecinhas, 2008; Guimarães, 1999b; 2003; 2011; 2016; Machado, 2018; Telles, 2012).

Assim surgiu o conceito de etnia nas ciências sociais, doravante transformado também em um conceito racista (Guimarães, 1999b; Ianni, 1996; 2004a; 2004b; Machado, 2018), como será explicado mais adiante.

A sociologia, perspectiva adotada nesta dissertação, se opõe à essa concepção ao afirmar que “raça” é uma construção social (Guimarães, 1999a; 2003). Isto é, trata-se de uma categoria analítica socialmente construída e, portanto, não possui qualquer valor ou fundamento biológico (Guimarães, 2003). Afinal, atualmente é consenso entre os cientistas que a noção de “raça”, quando aplicada a seres humanos, não possui embasamento científico (Cabecinhas, 2007; Guimarães, 1999a; 1999b; 2003; 2011; Machado, 2018), como explica Schucman (2010):

[...] raça como realidade biológica não existe, pois os marcadores genéticos de uma determinada raça poderiam ser encontrados em outras e, portanto, experiências genéticas comprovaram que: pretos, brancos e amarelos não tinham marcadores genéticos que o diferenciavam enquanto raça. Desta forma, mesmo que os patrimônios genéticos dos seres humanos se diferenciem, as diferenças não são suficientes para classificá-los em raças. (Schucman, 2010, p.44)

Contudo, trata-se de uma categoria que, mesmo não existindo como realidade, de fato, no mundo real, possui impacto na realidade social, pois, a noção de “raça” continua arraigada nas crenças do senso comum (Guimarães, 1999a; 2011; Ianni, 2004a; Machado, 2018; Schucman, 2010). É por isso que as pessoas continuam tendo percepções e comportamentos racistas no cotidiano (Cabecinhas, 2007). Isto posto, alguns pesquisadores, como Cabecinhas (2007), Guimarães (2003; 2011; 2016) e Telles (2012), consideram importante a sua permanência nas análises sociológicas, uma vez que ajuda “a pensar as relações sociais, tais como elas se dão no cotidiano” (Guimarães, 2003, p. 104).

Ademais, é importante ressaltar que os próprios movimentos políticos negros no Brasil retomaram o conceito de “raça” como instrumento para apoiar a luta contra o mito brasileiro da democracia racial, que afirma não existir distinções e barreiras raciais no país. Ou seja, ao negar a existência da discriminação e da desigualdade racial no Brasil, o mito da democracia racial nega o racismo. Para desvelar este mito, a militância negra ressuscitou o termo “raça”, tal como ele é: um construto social que não existe, de fato, no mundo físico, mas que é plenamente existente no mundo social e, como tal, orienta as práticas sociais de exclusão e discriminação. (Guimarães, 1999a; 1999b; 2002; 2006; 2011)

Como construção social, “raça” é um termo que orienta e ordena o discurso sobre a trama da vida social, uma vez que as pessoas o utilizam para se referir às suas origens e à transmissão de características essenciais entre gerações. Alguns discursos falam de etnia, ou seja, de lugares de origem ou de destino; outros falam de “raça”, ou seja, da transmissão genética

de traços fisionômicos, qualidade morais, intelectuais e psicológicas entre gerações. Existem também discursos que falam sobre o modo de fazer certas coisas (por exemplo, modo de comer e de se vestir), que são discursos que podem formar uma comunidade. Em síntese, os discursos podem remeter às culturas étnicas (cultura italiana, negra ou baiana), nacionais (cultura brasileira) ou raciais. (Guimarães, 2003)

No Brasil, o racismo teve suas raízes na escravidão, que durou mais de três séculos. A princípio, “raça” tratava-se de uma categoria socialmente construída para se referir aos povos escravizados que vieram de diferentes partes do continente africano. Essas pessoas escravizadas e seus descendentes eram chamadas de “africanas” e “negras”, como uma forma de demarcar a sua posição social: a escravidão. (Guimarães, 1995; 2003; 2011; 2016; Haufbauer, 2003; Machado, 2018)

Com a abolição da escravatura, iniciou-se, no Brasil, a substituição do trabalho escravo pelo livre (Lara, 1998; Schwarcz, 1996). Nesse período, o trabalhador imigrante europeu foi escolhido em detrimento do ex-escravo, uma vez que este passou a ser visto como desajustado à modernidade do capitalismo e ao trabalho livre (Domingues, 2010; Haufbauer, 2003; Lara, 1998). Devido à experiência da escravidão, os ex-escravos eram considerados despossuídos dos atributos necessários ao trabalho assalariado: eram vistos essencialmente como vadios, preguiçosos, sem inteligência e qualificação (Barbosa, 2003; Lara, 1988; Machado, 2018; Villen, 2015). Em síntese, a entrada dos trabalhadores imigrantes no Brasil foi a solução encontrada para compor a força de trabalho na quantidade requisitada pelo sistema econômico vigente na época (Barbosa, 2003; Villen, 2015).

Posteriormente, o termo “raça” emergiu como doutrina científica, introduzido pelos estudos científicos que, tomando-o emprestado tal qual fora utilizado pela biologia do século XIX, buscavam compreender a cultura brasileira e, ao mesmo tempo, propor um programa de desenvolvimento político para a nação pós-escravista. Neste período, os cientistas brasileiros introduziram a teoria das “raças” em função de uma motivação política específica: a nova nação pretendia ser o resultado da miscigenação entre três “raças” (a caucasóide¹³, a africana e a americana). (Guimarães, 2011; Machado, 2018)

Este processo de miscigenação, potencializado pelo estímulo à novas ondas imigratórias de povos europeus, ficou conhecido como embranquecimento (ou branqueamento): uma ideologia que funde *status* social elevado com “raça” branca e busca a transformação racial por meio do cruzamento entre as “raças” (Bento, 2002; Haufbauer, 2003). A mestiçagem e o

¹³ Caucasiano é uma denominação “racial”, utilizada para se referir às pessoas do Cáucaso do Norte (montanhas do Cáucaso), mas o seu conceito se estende a todos os europeus. (Machado, 2018)

embranquecimento foram processos que se firmaram como verdadeiras políticas raciais no Brasil, a fim de alcançar o ideal de homogeneidade nacional (Guimarães, 2011; Haufbauer, 2003), qual seja: tornar-se um país branco (Bento, 2002).

Com o tempo, se formou, no Brasil, uma classe de homens livres pretos, mulatos e pardos; assim, a categoria predominante em termos de classificação social passou a ser cor, ao invés de “raça”. No entanto, essa substituição contém todos os elementos da teoria racista, afinal, quando se classifica as pessoas por cor, é a ideia de “raça” que norteia essa forma de classificação; ou seja, a classificação das pessoas por cor é norteada por um discurso sobre qualidade, atitudes e essências físicas ou biológicas. (Guimarães, 1995; 1999a; 2003; 2011; 2016; Haufbauer, 2003)

Em síntese, “cor e raça são analiticamente semelhantes e derivam de ideologias raciais semelhantes” (Telles, 2012, p. 17). É notório que cor, no Brasil, representa mais do que cor de pele, uma vez que elementos como textura do cabelo, formato do nariz e lábios, assim como traços culturais, orientam as definições de cor (preto, pardo, amarelo e branco) (Guimarães, 2011). Ou seja, embora a noção de cor tenha substituído oficialmente a de “raça”, essa última continua a estruturar percepção que se tem dos outros (Cabecinhas, 2007; Schucman, 2010).

Pode-se constatar, portanto, que as formas de expressão do preconceito e do racismo modificam-se ao acaso das mudanças pelas quais os contextos sociais e históricos passam ao curso dos anos, décadas e séculos, nos diferentes países (Anthias, 1995; Babacan *et al.*, 2009; Beynon & Kushnick, 2003; Ianni, 2004a; Jayasuriya, 2002; Lima & Vala, 2004; Marinucci, 2018; Wieviorka, 2004). Como afirma Ianni (2004a, p. 21), a questão racial “reitera-se continuamente, modificada, mas persistente”.

Nas sociedades modernas, é de conhecimento comum que práticas de preconceito e discriminação racial e étnica são socialmente condenadas e proibidas por lei. Nesse contexto, as expressões racistas e as práticas discriminatórias têm se manifestado por formas menos explícitas, reproduzindo o racismo sem desafiar, de modo flagrante, as atuais normas anti-racistas. (Cabecinhas 2007; 2008; Camino *et al.*, 2001; 2013; Guimarães, 1999a; Lage *et al.*, 2016; Marinucci, 2018)

Diante deste cenário, diversos autores têm se dedicado ao estudo da natureza dessas manifestações racistas, referidas na literatura como “novo racismo” (Adjai & Lazaridis, 2013; Anthias, 1995; Beynon & Kushnick, 2003; Dunn *et al.*, 2007; Sniderman *et al.*, 1991; Hopkins *et al.*, 1997; Jayasuriya, 2002; Lima & Vala, 2004; McKenzie, 2003; Pon, 2009; Rydgren, 2008; Taguieff, 1990; Van Dijk, 2000b; Verkuyten & Masson, 1995; Villanueva, 2006; Virtanen & Huddy, 1998), “neo-racismo” (Lee, 2007; Zaman, 2010; Wodak & Matouschek, 1993), “xeno-

racismo” (Cheran, 2001; Di Masso *et al.*, 2014; Fekete, 2001; Sivanandan, 2001), “racismo cultural” (Oliver, 2001; Wren, 2001), “racismo sociocultural” (Duffield, 2006), “racismo simbólico” (Kinder, 1986; Kinder & Sears, 1981; McConahay & Hough, 1976; Sears, 1988; Sniderman & Tetlock, 1986), dentre outras denominações.¹⁴

O conceito de “novo racismo” muitas vezes está associado aos de xenofobia e etnocentrismo (Actis, Prada, & Pereda, 1995). Isto porque a principal mudança entre o “velho racismo” e o “novo racismo” é que, enquanto o primeiro se fundamenta em um conjunto de ideias deterministas que categorizam a vida social de acordo com características físicas ou raciais, o segundo se baseia na diferenciação cultural entre os povos (Adjai & Lazaridis, 2013; Anthias, 1995; Beynon & Kushnick, 2003; Duffield, 2006; Dunn *et al.*, 2007; Jayasuriya, 2002; Verkuyten & Masson, 1995; Wieviorka, 2004). Por conseguinte, esse “racismo sem raça” tem o seu principal alvo os imigrantes (Actis, Prada, & Pereda, 1995, p. 05)

Em síntese, o “novo racismo” opera sob muitos disfarces e se entrelaça fortemente com as ideias de nação e identidade nacional, que passam a ser os elementos organizadores centrais do discurso racista (Anthias, 1995; Jayasuriya, 2002). Nesse contexto, os imigrantes são discriminados não apenas por causa da sua cor de pele, mas principalmente por causa de suas características culturais (Beynon & Kushnick, 2003; Taguieff, 1990). Evidentemente, as atitudes racistas contemporâneas também podem invocar referências biológicas, mas alguns pesquisadores afirmam que são mais comuns disposições racistas que encontram as suas alegações na distinção cultural de um determinado grupo de pessoas (Cabecinhas, 2008; Dunn *et al.*, 2004; Jayasuriya, 2002).

Assim, o termo “novo racismo” foi adotado para se referir a um conjunto de comportamentos discriminatórios que nem sempre se baseia em características físico-biológicas (Actis, Prada, & Pereda, 1995). É, portanto, apenas uma reconceituação do “velho racismo” e de suas práticas de exclusão racial baseadas na biologia, passando a enfatizar certas características comportamentais e culturais (Actis, Prada, & Pereda, 1995; Dunn *et al.*, 2007; Goldberg, 1992; Leach, 2005; Lentin, 2000; Pon, 2009; Van Dijk, 2000b).

Em vista disso, o que muda é a base classificatória de diferenciação, segregação e exclusão da vida social: de uma suposta inferioridade biológica, para uma suposta inferioridade cultural (Anthias, 1995; Duffield, 2006; Siebers & Dennissen, 2015). É importante observar que a cultura, neste caso, “não é entendida como algo fluido e dinâmico, mas como algo fixo análogo à ‘raça’” (Cabecinhas, 2008, p. 171). Assim, tal como no “velho racismo”, ocorre uma

¹⁴ Nesta dissertação, será utilizado o termo “novo racismo”, por ser mais habitualmente encontrado na literatura.

naturalização da diferença (Cabecinhas, 2007; 2008). Isto posto, trata-se de uma ideologia capaz de diferenciar, segregar e excluir outros grupos culturais tanto quanto o “velho racismo” (Beynon & Kushnick, 2003; Duffield, 2006; Di Masso *et al.*, 2014; Taguieff, 1990). Em síntese, este “novo racismo” carrega todas as marcas do “velho racismo”, exceto que ele não é justificado por um código de cores (Sivanandan, 2001).

Sniderman e Tetlock (1986) afirmam que os “novos racistas” costumam evitar as expressões grosseiras e socialmente desaprovadas do “velho racismo”. Deste modo, em contraste com o “velho racismo”, que era flagrante e hostil (por exemplo, noções de supremacia e separatismo racial) (Dunn *et al.*, 2007, Lima & Vala, 2004), as expressões do “novo racismo” são descritas como “sutis” (Adjai & Lazaridis, 2013; Augoustinos & Every, 2007; Augoustinos *et al.*, 2005; Sniderman & Tetlock, 1986), “veladas” (Lima & Vala, 2004) e até mesmo “dissimuladas” (Augoustinos & Every, 2007), uma vez o racismo se manifesta sem que seja necessário recorrer a distinções e julgamentos raciais (Cabecinhas, 2008; Dunn *et al.* 2007; Jayasuriya, 2002; Mcconahay & Hough, 1976). Deste modo, podem ser abertamente expressas sem que sejam reconhecidas como racismo (Adjai & Lazaridis, 2013; Sniderman & Tetlock, 1986). Por exemplo, os árabes passam a ser discriminados não pela sua cor de pele, mas por serem ‘fanáticos religiosos’ (Cabecinhas, 2008).

Assim, o fato de a “raça” ter sido banida do discurso público não significa o fim do racismo (Cabecinhas, 2008). Inclusive, muitos estudiosos enfatizam que ambas as formas de racismo coexistem lado a lado e estão interligadas (Dunn *et al.*, 2007; Hopkins *et al.*; 1997; Jayasuriya, 2002; Sniderman & Tetlock, 1986; Virtanen & Huddy, 1998; Zaman, 2010). Além disso, Dunn *et al.* (2007) defendem que ambos são reproduzidos por meio de um processo de racialização similar, visto que: i) operam para reforçar privilégio cultural, uma vez que ajudam a fundamentar estruturas de inferioridade (hierarquias) e diferenciação (exclusão); ii) dependem de generalizações, que são a base de estereótipos. Afinal, para julgar uma cultura como inferior, é necessário afirmar, *a priori*, que o grupo racializado tem um núcleo cultural uniforme e estático; iv) e, por fim, dependem de recursos físicos para a seleção dos sujeitos alvo de racismo. Por exemplo, imigrantes que utilizam marcadores culturais claramente visíveis, seja por meio do uso de trajes, barba ou simplesmente pela cor da pele, são mais propensos a serem discriminados.

Ou seja, as representações raciais do período colonial continuam a estruturar o pensamento sobre “nós” e os “outros”, embora recorrendo a novas expressões (Cabecinhas, 2008). Por este motivo, é fundamental reconhecer que não houve uma mudança definitiva e

fundamental no seu caráter. Não se trata de um “novo” preconceito, mas de novas formas de expressões racistas codificadas em termos mais aceitáveis (Sniderman & Tetlock, 1986).

É importante ressaltar que, embora as diferenças sociais e culturais desempenhem um papel central no “novo racismo”, as questões relativas à cor da pele, assim como outras divisões sociais, como classe, gênero e sexualidade, são de extrema importância para compreender as múltiplas estruturas hierárquicas e processos sociais que se entrelaçam para produzir as posições e identidades sociais específicas dos imigrantes (Anthias, 1995; 2012a; 2012b; Bürkner, 2011; Mahalingam *et al.*, 2008).

Embora seja um fato notável e amplamente reconhecido que as pessoas de pele negra sejam os principais alvos de racismo no Brasil (Camino *et al.*, 2013; Villen, 2015), tal recorte, tomado isoladamente, não reconheceria outras formas de racismo enfrentadas pelos diversos grupos de imigrantes que estão no país e que têm as suas características culturais como marcadores simbólicos da diferença e da inferioridade no processo de racialização (Anthias, 1995). Foi justamente com o objetivo de abranger a compreensão do fenômeno migratório que a perspectiva de análise do “novo racismo” serviu de base para as reflexões desta dissertação.

5.3 Estudos Críticos sobre Racismo e Imigração

No início da década de 1970 surgiram nos Estados Unidos os estudos jurídicos críticos como um questionamento aos estudos jurídicos tradicionais, devido ao fato de estes entenderem a lei como um conjunto neutro e objetivo de regras. Em contrapartida, os estudiosos críticos defendiam que a lei era um processo político de reprodução de privilégios socioeconômicos. (Chang & Aoki, 1997; Johnson, 2000; Price, 2010)

Ao longo da década de 1970 surgiu a *Critical Race Theory* (doravante CRT) como um desdobramento dos estudos jurídicos críticos. Os principais estudiosos da CRT, que eram principalmente juristas e advogados (Price, 2010), enfatizaram a necessidade de incorporar a “raça” mais centralmente nos estudos jurídicos dos EUA (Yosso, 2005; Sanchez & Romero, 2010). Posteriormente, a CRT permearia outros campos, como o da educação, sociologia, psicologia, filosofia e religião (Treviño, Harris & Wallace, 2008; Crenshaw, 2011; Delgado & Stefancic, 2017).

Inicialmente, os estudos da CRT focaram especificamente na experiência dos negros (Price, 2010; Crenshaw, 2011) e depois abrangeram as suas análises para todos os grupos

racializados¹⁵, incluindo imigrantes (Romero, 2008; Sanchez & Romero, 2010; Sáenz & Douglas, 2015). Diversos autores da CRT (Garcia, 1995; Chang & Aoki, 1997; Johnson, 2000; Romero, 2006; 2008; Sanchez & Romero, 2010; Sáenz & Douglas, 2015; Armenta, 2017) defendem a análise integrada da crítica racial às leis e às políticas de imigração.

A CRT também defende a abordagem interseccional nas análises das experiências dos imigrantes, que são moldadas diferentemente de acordo com as especificidades históricas, políticas e sociais do contexto em que estão inseridos. Ou seja, embora a “raça” ocupe um papel central como categoria analítica, os estudiosos reconhecem que as experiências dos imigrantes são moldadas por outras dimensões de identidade e estrutura social, como classe, gênero e sexualidade, por exemplo (Johnson, 2000; Sanchez & Romero, 2010; Gillborn, 2015).

Os estudos de imigração no âmbito da CRT buscam analisar as maneiras como os imigrantes são racializados nos EUA (Sanchez & Romero, 2010; Sáenz & Douglas, 2015). Como Bonilla-Silva (2015, p. 75) explica: “a racialização forma uma estrutura real - onde os grupos racializados são ordenados hierarquicamente e ‘relações sociais’ e ‘práticas’ surgem da posição dos grupos no regime racial”. Tal compreensão possui grande relevância no contexto de um país que historicamente tem racializado a sua população, como os EUA (Garcia, 1995; Sáenz & Douglas, 2015). Além disso, os estudiosos consideram crucial analisar como as leis e políticas de imigração do país (em seu contexto histórico) perpetuam a subordinação racial, pois consideram que as medidas de anti-imigração são racialmente motivadas (Garcia, 1995).

À medida que os imigrantes entram nos Estados Unidos, são diferentemente racializados como americanos, asiáticos, negros, latinos e brancos (Chang & Aoki, 1997). Essas classificações implicam em diferentes posições na hierarquia racial e marcam diferentemente as suas experiências coletivas (Sáenz & Douglas, 2015).

Neste ponto, é importante observar que, para a CRT, os significados raciais não são qualidades objetivas, inerentes ou fixas, mas categorias dinâmicas socialmente construídas por lei, políticas públicas e práticas sociais cotidianas (Romero, 2008). Como declara Gillborn (2015, p. 278), o fundamento da CRT consiste na compreensão de que a “raça” é inventada e reforçada pela sociedade. Assim o racismo manifesta-se diferentemente a depender do contexto e os grupos estão “sujeitos a uma variedade de estereótipos diferentes (e mutáveis)”.

Jonhson (2000) e Sáenz e Douglas (2015) denunciam um racismo histórico e contínuo nas leis de imigração dos EUA. Uma análise histórica traçada por Sáenz e Douglas (2015)

¹⁵ Racialização é definido por Omi e Winant (1994, p. 14) como “A extensão do significado racial para uma relação ou grupo previamente não classificado racialmente. A racialização é um processo ideológico e histórico.”

acerca das políticas de imigração e naturalização dos EUA evidencia que diferentes grupos foram racializados e alvos de medidas migratórias restritivas. Como ressaltam Chang e Aoki (1997), as categorias raciais assumem diferentes características dependendo do grupo de imigrantes que se quer excluir ou limitar no país. As categorias raciais são, portanto, produções históricas e estão sempre em formação (Bonilla-Silva, 2015).

Sáenz e Douglas (2015) demonstram que, historicamente, foram os imigrantes não-brancos os grupos mais racializados e que mais experimentaram dificuldades para alcançar a aceitabilidade e a cidadania dos EUA, tais como os imigrantes asiáticos, negros, latinos e, mais recentemente, do Oriente Médio, Norte da África, descendentes de árabes, muçulmanos e sul-asiáticos. Assim, via de regra, os autores evidenciam duas realidades diferentes operando simultaneamente: uma para os imigrantes brancos (europeus)¹⁶ e outra para imigrantes não-brancos, fato também evidenciado por Garcia (1995) e Chang e Aoki (1997).

Atualmente, “embora os tribunais tenham bloqueado as disposições mais flagrantemente racistas, parte dessas leis racialmente motivadas ainda operam” (Sáenz & Douglas, 2015, p. 170). De fato, diversos pesquisadores (Johnson, 2000; Romero, 2006; 2008; Sanchez & Romero, 2010; Sáenz & Douglas, 2015; Armenta, 2017) reconhecem que as leis e políticas de imigração dos EUA ainda não são aplicadas de uma maneira neutra em relação à “raça”.

Assim, a “raça” sempre permeou as políticas de imigração dos EUA, gerando tratamento desigual, medidas restritivas e exclusão direta dos grupos não-brancos. Por isso torna-se fundamental que os pesquisadores de migração reestruturem a conceituação de “imigrantes de pessoas étnicas para indivíduos racializados”, a fim de compreenderem mais completamente as complexidades do fenômeno migratório (Sáenz & Douglas, 2015, p. 167).

Nos estudos da CRT, as agressões raciais sofridas por imigrantes contemplam dois níveis de análise: i) micro-agressões, que são direcionadas para uma pessoa em particular; e ii) macro-agressões, que são direcionadas para um grupo racial em geral, seja por um indivíduo privado ou autoridade oficial (Romero, 2006; 2008). Quando repetidas contra um grupo

¹⁶ Sáenz e Douglas (2015) afirmam que alguns imigrantes europeus da Europa do Sul e do Leste também foram racializados e alvos de redução significativa na imigração na segunda era de políticas de imigração (1882-1965). Posteriormente, uma nova categoria racial foi instituída: a raça “hebraica”, o que assegurou que o número de imigrantes judeus fosse controlado, independentemente de onde eles residissem na Europa. Porém, os autores ressaltam que, embora fossem concedidas cotas para estes imigrantes, eles ainda podiam entrar nos EUA, diferente dos grupos raciais não-brancos que eram impedidos de entrar no país (quase todos asiáticos). Em 1940, todos os imigrantes europeus passaram a ser classificados como brancos, não sendo mais realizada a classificação racial “hebraica”.

particular, estas agressões reforçam determinados estereótipos raciais, alimentam o racismo e legitimam práticas cotidianas de discriminação (Romero, 2006; 2008; Sáenz & Douglas, 2015).

As práticas de fiscalização por perfil racial refletem e reforçam determinados estereótipos, tanto de imigrantes indocumentados e legais, quanto de cidadãos nascidos e naturalizados nos EUA (Garcia, 1995; Chang e Aoki, 1997; Sanchez & Romero, 2010; Almeida *et al.*, 2016), uma vez que submetem grupos específicos à suspeição razoável simplesmente por partilharem características físicas e culturais (Romero, 2006; 2008). Como já foi abordado, a diferenciação, classificação e avaliação dos grupos sociais orientadas por características fenotípicas e culturais, tomadas de forma natural, fixa e essencial, são características fundamentais e estruturantes do racismo.

Armenta (2017, p. 82) reconhece que “os latinos predominantemente suportam o ônus desses esforços de controle de imigração”. Devido ao fato de 80% dos imigrantes não autorizados nos Estados Unidos serem provenientes do México ou da América Central e de a maioria destes imigrantes residirem nos EUA sem documentação, este é grupo mais visado por agências locais de aplicação da lei. É também o grupo mais amplamente debatido nos estudos sobre racialização no país (Vidal-Ortiz, 2004; Lacayo, 2017).

O fato de as práticas de fiscalização das autoridades oficiais recaírem sobre os latinos alimenta a crença de que são estrangeiros ilegais e que, portanto, presumem-se indocumentados (Garcia, 1995; Almeida *et al.*, 2016; Lacayo, 2017). Armenta (2017, p. 83) afirma que essas práticas “punem os latinos e reforçam a sua construção como ‘estrangeiros criminosos’”, além de “reforçar o *status* subordinado dos latinos na hierarquia racial” dos EUA. De fato, entre os grupos latinos, estudos revelam diversos estereótipos negativos, associados principalmente à ilegalidade e à criminalidade (Santa Ana, 1999; Romero, 2006; 2008; Sanchez & Romero, 2010; Sáenz & Douglas, 2015; Armenta & Alvarez, 2017; Armenta, 2017; Lacayo, 2017).

Em suma, os estudos da CRT no campo da imigração evidenciam como o racismo nos EUA é estrutural e sistêmico, pois está profundamente arraigado em instituições sociais e estruturas legais (Sáenz & Douglas, 2015). Treviño, Harris e Wallace (2008, p. 08) criticam o fato de a CRT restringir a análise das “(in) justiças e (des) igualdades raciais” sob a perspectiva do sistema legal, pois acreditam as análises devem abranger “questões maiores de justiça social, e não apenas criminal e civil [...]”.

Esta pesquisa pretende contribuir para essa abrangência, na medida que o racismo será analisado criticamente à luz das representações discursivas dos empregadores sobre os trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro. Afinal, quando os discursos revelam ameaça ou violência de cunho racial, é sinal de que essas palavras refletem

mensagens de ódio racial e práticas de desigualdade racial e social (Treviño, Harris & Wallace, 2008). Do mesmo modo, Bonilla-Silva (2015, p. 77) reconhece que, “embora o preconceito dos indivíduos não seja - e jamais possa ser - a base para manter a desigualdade racial, a dominação racial não seria possível sem ideologia”.

[...] as sociedades racializadas não poderiam sobreviver sem ideologia, uma vez que cumpre cinco funções sociais vitais, a saber, é responsável pela existência da desigualdade racial, fornece regras básicas sobre o envolvimento nas interações inter-raciais, fornece a base para a subjetividade racial dos atores, molda e influencia os pontos de vista dos atores dominados e, alegando universalidade, oculta o fato da dominação racial. (Bonilla-Silva (2015, p. 77)

Por fim, embora a maioria dos estudos da CRT seja realizado no contexto dos EUA – e é inegável que existem diferenças contextuais óbvias entre migração e racialização entre países –, é provável que os discursos racistas também moldem as experiências de diferentes grupos de imigrantes no contexto brasileiro. Posto que o racismo, embora se expresse por diferentes formas, tem como fundamento básico a dominação de um grupo sobre o outro respaldada pela percepção de inferioridade (Lacayo, 2017).

5.4 Estudos Críticos sobre Discurso, Ideologia, Racismo e Imigração

Dentre os mais proeminentes estudiosos da Análise Crítica do Discurso, ao lado de Fairclough, Kress, van Leeuwen e Wodak, encontra-se Van Dijk (Carvalho, 2008; Del-Teso-Craviotto, 2019; Resende & Ramalho, 2006; Tileaga, 2011). É com base na teoria sociocognitiva proposta por este autor que serão conduzidas as posteriores reflexões desta dissertação. No entanto, deve-se afirmar, conforme ressalta Wodak (2006), que a maioria das pesquisas nesta abordagem é restrita a um pequeno campo de análise¹⁷, com exceção dos trabalhos de Van Dijk. Isto posto, há na literatura uma escassez de pesquisadores dedicados a um estudo mais profundo da abordagem sociocognitiva, por isto os estudos do próprio Van Dijk é que forneceram o suporte teórico necessário para as reflexões a seguir.

Segundo a perspectiva sociocognitiva de Van Dijk, o racismo se constitui como uma forma de ideologia que, por sua vez, é expressa e reproduzida por meio de práticas sociais, especialmente por meio do discurso (Van Dijk, 2000a; 2015a; 2015b; Wodak, 2011). Por conseguinte, torna-se fundamental iniciar esta discussão esclarecendo, antes de tudo, a relação entre discurso e ideologia. Posteriormente, será discutida a relação entre discurso e ideologia

¹⁷ Wodak (2006) afirma que a maioria das investigações em curso da abordagem sociocognitiva no campo da ACD se limita a investigar metáforas na tradição da teoria da metáfora cognitiva.

em suas manifestações racistas. E por fim, como o discurso ideológico racista se manifesta nas questões referentes à imigração.

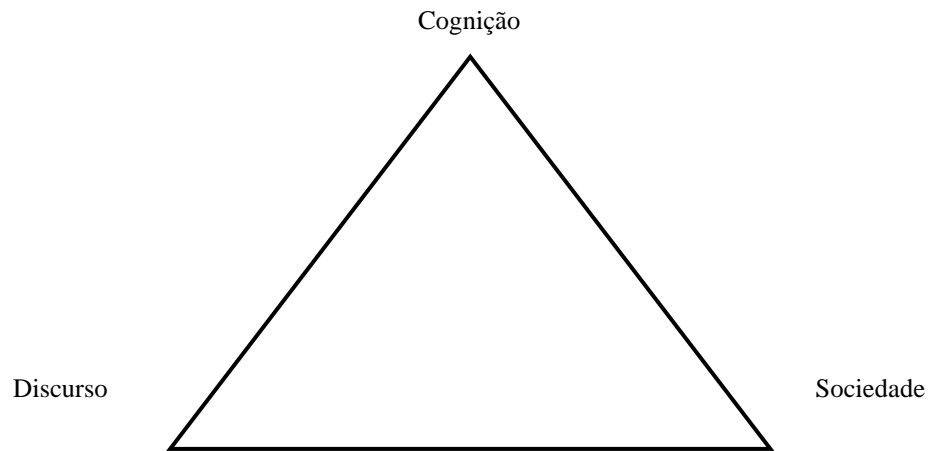
5.4.1 Discurso e Ideologia

Van Dijk (2013b) afirma que o estudo crítico do discurso deve se basear em uma teoria multidisciplinar que relaciona estruturas discursivas com estruturas sociais. Para o autor, somente esta relação é capaz de descrever e explicar como as estruturas de dominação são discursivamente promulgadas e reproduzidas. As relações entre discurso e sociedade, no entanto, são cognitivamente mediadas; por isso a sua abordagem foi denominada sociocognitiva.

A abordagem sociocognitiva define ideologia a partir de um quadro complexo e multidisciplinar, no qual estabelece uma triangulação entre as áreas da psicologia social, sociologia, ciência política e análise do discurso (Isbuga-Erel, 2008; Van Dijk, 2015a). Porém, o quadro teórico adotado pelo autor ultrapassa as abordagens amplamente empregadas nos estudos sociológicos, político-econômicos e filosóficos (Van Dijk, 2015a), visto que, nestas disciplinas, as variáveis sociais como classe social, poder, sexo e etnia, por exemplo, controlam diretamente o discurso. A questão é que, para o autor, as estruturas sociais e discursivas são de um tipo muito diferente e, por conseguinte, não podem estabelecer uma relação causal (Van Dijk, 2013b).

A teoria sociocognitiva assume que as estruturas sociais são interpretadas e representadas cognitivamente, afetando a prática discursiva. O mesmo princípio vale para a relação inversa, ou seja, discurso também é capaz de afetar a estrutura social por meio das representações mentais de atores sociais. Assim, as relações entre discurso e sociedade são cognitivamente mediadas. (Van Dijk, 2013b; 2015b)

Figura 1 – Triângulo Discurso-Cognição-Sociedade



Fonte: adaptado de Hart, 2008.

O enfoque na teoria sociocognitiva é o ponto através do qual o autor estabelece diálogo com a psicologia social. Através deste diálogo, o autor define ideologias como representações socialmente compartilhadas que constituem as formas de cognição social desenvolvidas e utilizadas por grupos sociais (Koller, 2012; Torkington & Ribeiro, 2018; Van Dijk, 1999; 2000; 2013b; 2015a).

Ideologias são uma espécie de representações sociais, assim como outras formas de cognição social, tais como conhecimento, opiniões, atitudes, normas e valores (Van Dijk, 2015a). O que difere as ideologias das opiniões sociais é que elas são necessariamente compartilhadas por grupos sociais (Montgomery, 1999; Van Dijk, 2015a). Ou seja, mesmo que uma crença seja desenvolvida por um indivíduo, ela somente se torna ideológica quando é adquirida, compartilhada, propagada e utilizada por grupos sociais, com o objetivo de disseminar os seus interesses e orientar as suas práticas sociais (Van Dijk, 2015a; Wodak & Reisigl, 1999). Em síntese, não existem ideologias pessoais *per se*.

Ao mesmo tempo, ideologias, como o racismo (incluindo questões relacionadas ao antissemitismo, xenofobia, eurocentrismo, etc.), juntamente com o conhecimento e atitudes que elas controlam, também estão relacionadas com as opiniões e atividades de membros individuais do grupo (Van Dijk, 2000a; 2015a). Em outras palavras, o pessoal e o social estão inextricavelmente entrelaçados no processamento do discurso (Van Dijk, 2013b).

O conceito de modelos mentais é essencial para explicar a produção e a compreensão do discurso (Van Dijk, 2013b). Os modelos mentais são representações subjetivas de nossa experiência e compreensão de eventos e práticas sociais (Al Khazraji, 2018; Jongste, 2015; Lihua, 2012; Van Dijk, 2000a; 2013b; 2015a). Entretanto, também somos membros de uma

comunidade e compartilhamos vários tipos de conhecimento sobre eventos sociais, normas, valores, atitudes e ideologias baseadas nelas. (Van Dijk, 2013b). Isto posto, os modelos mentais contemplam, além das experiências pessoais, representações sociais compartilhadas (Van Dijk, 2000a; 2013b; 2015a).

Em síntese, tal perspectiva se expressa da seguinte forma. Atores sociais criam representações subjetivas (modelos mentais) de situações sociais e de seu ambiente, a fim de planejar e executar ações de modo coordenado com outros membros, sejam eles internos ou externos ao grupo. Estes modelos mentais são compostos por representações socialmente compartilhadas na comunidade e no endogrupo, mas também são domínio da ação individual e, portanto, sofrem influência também das experiências pessoais. Tal influência pode atuar na reprodução ou na transformação das ideologias, em maior ou menor grau. (Askew & Bone, 2019; Van Dijk, 2015a)

Em vista disso, nossas atitudes como, por exemplo, opiniões a respeito da imigração, envolvem um conhecimento socioculturalmente compartilhado por membros de grupos sociais e representam a relação entre os grupos sociais e seus membros e a maneira como expressam opiniões sobre eventos sociais, pessoas ou grupos. Essas atitudes permeiam todas as práticas sociais dos membros dos grupos, como é o caso do preconceito étnico como base para formas específicas de discriminação e exclusão, bem como discursos racistas em particular. (Van Dijk, 2013b)

Desse modo, a relação entre estrutura social, como relações de dominação entre grupos, exercida, por exemplo, em discursos discriminatórios, é mediada por representações mentais de tais atitudes. De maneira inversa, discursos discriminatórios estão envolvidos na reprodução diária de estruturas sociais de dominação. Por conseguinte, racismo (e outras formas de desigualdade social) não influenciam necessariamente o discurso, nem o discurso discriminatório necessariamente influencia as estruturas sociais de dominação. (Van Dijk, 2013b)

Diversas atitudes sociais têm uma base sociocognitiva mais ampla e geral que permite que diferentes atitudes sejam compartilhadas, reproduzidas, ensinadas e adquiridas por meio das ideologias subjacentes. Assim, existem muitas atitudes racistas diferentes sobre diferentes questões sociais que podem, em um nível mais abstrato, basear-se em ideologias racistas subjacentes. (Van Dijk, 2013b)

Os modelos mentais interpretados por membros de um grupo explicam as maneiras pelas quais as ideologias são reproduzidas e também por que e como as ideologias podem apresentar consideráveis graus de variações pessoais. Em síntese, os modelos mentais

constituem a interface sociocognitiva que possibilitam mudanças ideológicas (Van Dijk, 2015a; 2015b).

Evidentemente, nem toda crença é ideológica (Grădinaru & Cuza, 2013; Van Dijk, 2000a). As crenças ideológicas tendem a ser polarizadas e envolver, por exemplo, proposições sobre “nós” (endogrupo) e “eles” (exogrupo) (Askew & Bone, 2019; Jahedi *et al.*, 2014; Montgomery, 1999; Van Dijk, 1996; 2000; 2015a; Wodak, 2011). Por conseguinte, ideologias necessariamente envolvem competição, conflito e diferenças de opinião e conhecimento entre grupos. Neste aspecto é que diferem das crenças que pertencem ao senso comum e que também são culturalmente compartilhadas (Van Dijk, 2000a).

Para que possam servir aos interesses do grupo social, as ideologias devem, em primeiro lugar, representar as próprias definições de grupo (auto-esquemas mentais), de modo que os seus membros possam identificar-se como tal (Al-Mohannadi, 2008; Van Dijk, 1996; 2015a). Essas representações expressam a identidade, ações, objetivos, normas, valores, recursos e interesses sociais de um grupo (Al-Mohannadi, 2008; Askew & Bone, 2019; Van Dijk, 2015a), por meio de definições que expressam quem somos, o que fazemos, por que o fazemos, como deveríamos ou não fazê-lo e para que o fazemos (Van Dijk, 2015a).

Em segundo lugar, as ideologias são desenvolvidas e usadas, em geral, em relação a outros grupos sociais, estabelecendo práticas sociais que podem ser de dominação, resistência ou interação. Para tal, os membros do grupo devem formar uma representação esquemática de outros grupos com os quais interagem, como, por exemplo, os esquemas que os homens possuem sobre as mulheres ou os brancos sobre os negros (Van Dijk, 1933a; 2015a).

Tais ideologias estruturam e organizam o discurso e outras práticas sociais, constituindo a base axiomática das atitudes intra e intergrupo, bem como os conhecimentos acerca de diversos temas sociais importantes, como o da imigração (Van Dijk, 1996; 2000). Em síntese, as ideologias constituem a base fundamental que orienta o discurso e outras práticas sociais dos grupos (Van Dijk, 2015a).

Por fim, as ideologias fazem parte de uma rede complexa de representações mentais socioculturalmente compartilhadas ao longo do tempo e adquiridas de forma lenta e gradual pelos membros do grupo. Como afirma Van Dijk (2015, p. 54), uma pessoa não se torna racista “da noite para o dia”. Desse modo, as ideologias são relativamente estáveis e duráveis. Além disso, tendem a ser demasiado gerais e abstratas, uma vez que precisam ser compartilhadas por muitas pessoas, circunstâncias, experiências e práticas sociais diversas para servir aos interesses dos grupos.

Após esta breve explanação, deve ficar claro para o leitor que as ideologias são estruturas cognitivas, e que o discurso, por sua vez, é uma forma de ação social. Assim, uma ideologia pode se manifestar por meio do discurso, embora não seja o mesmo que discurso (Van Dijk, 2015a).

5.4.2 Discurso, Ideologia e Racismo

Em geral, os estudos de Van Dijk (1992; 1999; 2000; 2015a; 2015b) possuem foco específico nas relações entre ideologia, racismo e discurso. Tal relação se estabelece de forma que o racismo se constitui como uma forma de ideologia que, por sua vez, é expressa e reproduzida por meio de práticas sociais – especialmente por meio do discurso (Al Khazraji, 2018; Isbuga-Erel, 2008; Van der Valk, 2003). Van Dijk (2015a) afirma que o discurso racista, além de ser uma das práticas racistas discriminatórias existentes, também é a principal fonte de aquisição e reprodução de preconceitos e ideologias racistas. A perspectiva crítica adotada pelo autor busca analisar como o discurso racista reproduz na sociedade os sistemas de dominação e desigualdade social (Forchtner, 2012; Isbuga-Erel, 2008).

Nas palavras de Wodak (2004, p. 225) este é justamente o objetivo da ACD, qual seja: “investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, apor meio do uso da linguagem (ou do discurso)”. É devido a essa perspectiva crítica que Van Dijk (2000a) enquadra a sua teoria nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso.

A adoção da perspectiva crítica torna os conceitos de poder, história (contexto) e ideologia indispensáveis para a ACD. Tal perspectiva e a utilização destes conceitos a diferencia de outros paradigmas de análise do discurso e da linguística textual. Para Wodak (2004), uma abordagem discursiva realmente crítica parte da premissa de que todo discurso: i) é estruturado por relações de poder; ii) é historicamente produzido e interpretado (isto é, ocorre em situação sociais específicas); iii) é uma forma de prática social de dominação e legitimação de ideologias de grupos que detém o poder.

É importante observar que, nesta última premissa, encontra-se um ponto de divergência em relação à teoria da ideologia de Van Dijk (1996; 2000; 2015a), uma vez que, para o autor, as ideologias não estão limitadas a grupos dominantes. Sendo assim, qualquer grupo social, sob condições sociais específicas, pode desenvolver uma ideologia. Por exemplo, grupos dominados podem desenvolver ideologias de resistência à dominação por meio da propagação de atitudes e práticas mais igualitárias.

Para Van Dijk (1996; 2015a), esta é uma diferença fundamental em relação à maioria das abordagens clássicas de ideologia. Dessa maneira, o autor pressupõe que ideologias não são necessariamente negativas (Wegener, 2016), pois também podem atuar na transformação das relações de poder. Entretanto, em todo caso, ideologias possuem a finalidade de promover os interesses dos grupos que as compartilham e de orientar suas práticas sociais e políticas (Van Dijk, 1996; 2015a).

As ideologias surgem da interação dos grupos com as circunstâncias políticas e sociais em que se situam, mas são compartilhadas nos grupos por meio das práticas discursivas estabelecidas entre seus membros. Assim, análises em todos os níveis da teoria da ideologia requerem: i) um componente macrossociológico (situação políticas e sociais); ii) um componente microssociológico (discursos ou outras formas de práticas sociais); iii) um componente sociocognitivo (modelos mentais, atitudes, ideologias, normas e valores). (Al-Mohannadi, 2008; Van Dijk, 2015a)

A partir destes três componentes, Van Dijk (2000a) aborda o racismo por meio de um sistema complexo de dominação e desigualdade social, definido a partir da combinação dos seguintes elementos: i) representações sociais de base ideológica de grupos (e sobre grupos); ii) modelos mentais dos membros do grupo sobre eventos étnicos concretos; iii) discurso discriminatório cotidiano e outras práticas sociais; iv) estruturas e atividades institucionais e organizacionais; e v) relações de poder entre grupos dominantes e grupos étnicos minoritários.

Por meio deste quadro, percebe-se que o racismo, embora tenha uma base ideológica, não pode ser reduzido à ideologia. Afinal, o racismo não apenas se expressa no nível micro das práticas sociais, como nos discursos discriminatórios e outros atos de interação, mas também no nível macro dos arranjos institucionais e organizacionais e das relações de poder entre grupos dominantes e grupos étnicos minoritários. (Van Dijk, 2000a)

Embora a compreensão global deste sistema envolva uma abordagem complexa e multidisciplinar, as limitações de tempo impostas a esta pesquisa permitem o estudo de apenas algumas das características do racismo e da sua reprodução, a saber: as relações entre cognição racista (ideologias, representações e modelos mentais) e discurso. (Van Dijk, 2000a)

A ideologia racista pode apresentar as seguintes categorias relacionadas: i) dispositivos de afiliação por cor, “raça” ou nacionalidade; ii) atividades que envolvem discursos negativos sobre minorias, discriminação, diferenciação, exclusão, inferiorização, problematização etc.; iii) objetivos de manter os grupos étnicos minoritários em posição de inferioridade ou fora do endogrupo; iv) valores que estabelecem prioridades para o próprio grupo; v) posições de

superioridade e domínio sobre os outros; e vi) distribuição e utilização de recursos de território, espaço, nação ou recursos sociais. (Van Dijk, 2000a)

Uma das formas de manifestação dessas práticas ideológicas é por meio do discurso, que pode atuar de duas maneiras: i) na reprodução do sistema de dominação, por meio de práticas discriminatórias, como excluir, problematizar e marginalizar imigrantes ou membros de minorias; ou ii) na justificação e legitimação deste sistema. (Van Dijk, 2000a)

5.4.3 Discurso, Ideologia, Racismo e Imigração

Van Dijk (1999) afirma que as questões referentes à migração, relações étnicas e desigualdade racial aumentaram o interesse dos estudiosos acerca do racismo (incluindo questões relacionadas ao antissemitismo, xenofobia, eurocentrismo, etc.) e problemas relacionados, inclusive, na Análise Crítica do Discurso (ACD). Na revista mais proeminente da área, a *Discourse & Society*, editada pelo próprio autor, temas como racismo, nacionalismo e relações étnicas são amplamente debatidos.

Inúmeras pesquisas sobre representações discursivas de refugiados, requerentes de asilo e imigrantes têm sido realizadas em diversos contextos sociais, políticos, históricos e culturais, como salientado no início desta dissertação. Embora envolvam diferenças contextuais óbvias no que tange às questões da imigração, estas pesquisas sugerem que, em geral, os discursos revelam representações negativas e estereotipadas. Tais representações estão principalmente associadas a metáforas depreciativas, assim como à criminalidade, ilegalidade e ameaça, conforme apontam pesquisas realizadas nos EUA (Santa Ana, 1999), no Reino Unido (Lynn & Lea, 2003; Gabrielatos & Baker, 2008; KhosraviNik, 2009, 2010; KhosraviNik, Wodak & Krzyzanowsky, 2012), na Austrália (Clyne, 2015; Hanson-Easey & Augoustinos, 2010; Teo, 2000), em Hong Kong (Flowerdew, Li & Tran, 2002), na Irlanda (Burroughs, 2015) e na Malásia (Don & Lee, 2014).

De acordo com Van Dijk (2000a), estes discursos se apresentam como ideologias racistas, na medida em que expressam opiniões negativas que diferenciam, depreciam e inferiorizam os imigrantes. Por conseguinte, desempenham um papel na (re)produção de dominação e desigualdade nas relações étnicas ou raciais (Van Dijk, 2015b; 2000a, 1933). Por dominação, Van Dijk (1933; 2015b) compreende o exercício do poder social de grupos dominantes sobre outros menos poderosos, resultando em várias formas de desigualdade social.

Definidos por Van Dijk (2000b) como “novo racismo”, os discursos racistas atuais não se manifestam por meio de uma ideologia racial de base biológica, mas por meio de diferenças

e hierarquias socioculturais. Em síntese, como já foi debatido na seção intitulada “Racismo”, esta forma de racismo não se apoiaria explicitamente na inferioridade biológica dos imigrantes, mas na inferioridade cultural, incluindo estilos de vida, hábitos, costumes e religião (Resigl & Wodak, 2001; Zaman, 2010). Por exemplo, os árabes passam a ser discriminados não pela sua cor de pele, mas por serem ‘fanáticos religiosos’ (Cabecinhas, 2008).

Para Van Dijk (2000a) estes discursos devem ser analisados em relação às suas consequências e funções na interação social. Afinal, o discurso é, antes de tudo, uma forma de prática social. Como tal, figura, em primeiro lugar, como uma das maneiras de agir e interagir com as pessoas e com o mundo. Consequentemente, é por meio do discurso que os atores sociais estabelecem papéis e relações sociais entre os diversos grupos com os quais interagem (Fairclough, 2003). Isto posto, é evidente que os discursos revelados pela literatura supracitada fazem mais do que representar os refugiados, requerentes de asilo e imigrantes. Claramente existe um aspecto da representação, mas sobretudo existe um elemento de construção e reprodução de determinadas relações e condições sociais (Kress, 1990).

5.5 Trabalhadores Imigrantes no Mercado Formal de Trabalho Brasileiro

As múltiplas questões que perpassam o fenômeno da migração internacional têm sido objeto de estudo na antropologia (Brettell, 2002; 2013; De Genova, 2016; Foner, 1999; Horevitz, 2009; Schiller *et al.*, 1995; Vertovec, 2007); psicologia (Berry, 1997; 2001; Carvalho & Martins, 2016; Deaux, 2000; Dovidio & Esses, 2001; Esses *et al.*, 2015; Mountian & Rosa, 2015; Ward *et al.*, 2018); economia (Abramitzky & Boustan, 2017; Borjas, 1989; 1994; 1995; Chiswick, 1999; Foged & Peri, 2015; Harris & Todaro, 1970; Peri, 2016; Stark & Bloom, 1985); sociologia (Breton, 1964; Cavalcanvi & Oliveira, 2017; Grzymala-Kazlowska, 2016; Heisler, 2000; Morawska, 2001; Park, 1928; Portes & Sensenbrenner, 1993; Portes & Zhou, 1993; Rumbaut, 2015); geografia (Findlay & Li, 1999; Gilmartin, 2008; King, 2012; King *et al.*, 1998; Koser & Salt, 1997; Wright & Ellis, 2000; 2016); e história (Archdeacon, 1985; Barrett, 1992; Brader *et al.*, 2008; Fogleman, 1998; Gabaccia, 1997; 1999; Paiva & Leite, 2014), dentre outras áreas do conhecimento.

No campo da administração, uma busca no *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL) utilizando os termos “imigrante”, “imigração” e “fenômeno migratório” nos campos de buscas resumo e palavras-chave revelou um total de 19 artigos (QUADRO 3). No site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), uma busca utilizando os mesmos termos revelou 21 artigos (QUADRO 4). Ou seja, pode-se constatar, por

meio da análise dos quadros abaixo, que o debate sobre o fenômeno migratório se intensificou mais a partir de 2014 e que, portanto, o seu estudo ainda é relativamente recente na área da administração.

Quadro 3 - Busca no SPELL utilizando os termos “imigrante”, “imigração” e “fenômeno migratório”

| Ano de Publicação | Autores | Total de Artigos/ Ano de Publicação |
|--------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|
| 1993 | Forjaz, 1993 | 1 |
| 2004 | Martes & Rodriguez, 2004 | 1 |
| 2007 | Fuzioka, Mendes, Sachuk & Ichikawa, 2007 | 2 |
| 2008 | Lara, 2008; Silva, 2008 | 1 |
| 2010 | Duarte & Escrivão Jr., 2010 | 1 |
| 2012 | Kuyumjian, Vasconcellos, Monti & Sant’Anna, 2012; Oliveira & Iglesias, 2012 | 2 |
| 2013 | Martins & Leite, 2013 | 1 |
| 2014 | Irigaray & Freitas, 2014; Seifriz, Gondim & Pereira, 2014 | 2 |
| 2016 | Celano, Fontoura & Maciel, 2016; Cruz & Falcão, 2016a; Cruz & Falcão, 2016b | 3 |
| 2017 | Cruz, Falcão & Barreto, 2017 | 1 |
| 2018 | Filippim, Schumarcher & Alperstedt, 2018; Riesz, 2018 | 2 |
| 2019 | Diniz, Guimarães & Fernandes, 2019; Lague, Gallon & Cerutti_2019 | 2 |
| Total: 19 artigos | | |

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 4 - Busca na ANPAD utilizando os termos “imigrante”, “imigração” e “fenômeno migratório”

| Ano de Publicação | Autores | Total de Artigos/ Ano de Publicação |
|--------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|
| 2006 | Maraschi, 2006 | 1 |
| 2007 | Oliveira, 2007 | 1 |
| 2008 | Dias, Aquino & Tessarolo, 2008; Pandolfi, Vasconcellos & Palassi, 2008 | 2 |
| 2015 | Bueno, Manthey & Ramos, 2015; Manthey, Bueno & Rossetto, 2015; Silva & Yen-Tsang, 2015 | 3 |
| 2016 | Britto, Corá & Cruz, 2016; Cruz & Falcão, 2016; Cruz, Falcão & Barreto, 2016; Gaffuri & Ichikawa, 2016 | 4 |
| 2017 | Cruz, Falcão, Mancebo & Pinto, 2017; Pereira & Oliveira, 2017 | 2 |
| 2018 | Cruz, Falcão & Paula, 2018; Silva, Cruz & Falcão, 2018; Versiani & Carvalho Neto, 2018; Yamamoto & Oliveira, 2018 | 4 |
| 2019 | Diniz, Guimarães & Cruz, 2019; Scherer & Prestes, 2019; Velozo, Almeida, Cilento & Cabral, 2019; Yamamoto & Dembogurski, 2019 | 4 |
| Total: 21 artigos | | |

Fonte: elaborado pela autora.

Por fim, é importante destacar os esforços dos pesquisadores do Núcleo de Estudos de Recursos Humanos e Relações de Trabalho (NERHURT), grupo do qual a pesquisadora faz parte, que há aproximadamente três anos realizam pesquisas em torno das diversas questões que perpassam o fenômeno migratório. Dentre as pesquisas já realizadas, destacam-se a dissertação de Moraes (2019) sobre a experiência de imigrantes brasileiros no mercado de trabalho dos Estados Unidos; e as teses de Pellizari (2019) e Versiani (2019), que abordam, respectivamente, sobre as relações de poder nas relações de trabalho entre os imigrantes e empregadores nacionais e a inserção dos solicitantes de refúgio no mercado de trabalho.

Embora muitos estudos sobre o fenômeno migratório tenham sido realizados, acadêmicos, como Goss e Lindquist (1995) e Arango (2000), têm criticado a literatura teoricamente fragmentada e as conclusões conflitantes elaboradas por pesquisadores que explicam o fenômeno da migração nos limites das suas fronteiras teóricas e disciplinares. Estes críticos afirmam que apenas uma abordagem integrada é capaz de capturar a complexidade do processo de migração, que envolve diversas dimensões da existência social.

Esta dissertação não pretende discorrer sobre as diversas teorias que buscam explicar o fenômeno migratório, já vastamente abordadas na literatura¹⁸. O importante é destacar que, não obstante à existência de diversas perspectivas teóricas, é notório o fato de que a maior parte das teorias busca abordar a dinâmica entre trabalho e migração (Suzuki, 2018). Evidentemente, reduzir este fenômeno complexo e multifacetado exclusivamente ao trabalho implica em uma limitação analítica, já que as pessoas migram por outros motivos além da busca por oportunidade de emprego, como reuniões familiares, fuga de guerras, catástrofes naturais e perseguições políticas, religiosas ou étnicas, como também para conhecer outras culturas, dentre outros fatores (Cavalcanti, 2014; Machado, 2016; Moraes & Carvalho-Neto, 2019; Vilela, 2008). Ou seja, são múltiplos e variados os fatores que motivam a migração (Cavalcanti, 2014). Entretanto, a despeito disso, é importante ressaltar que o trabalho se torna parte fundamental das experiências migratórias, uma vez que ocupa um lugar central na vida das pessoas em geral (Morin, Tonelli & Pliopas, 2007; Suzuki, 2018).

Esta seção tem como objetivo apresentar as principais características dos trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro, no ano de 2017 e também no primeiro semestre de 2018. Para tanto, as informações descritas abaixo são referentes ao banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), da Carteira de Trabalho e

¹⁸ Para maior informações ler: Arango, 2000; Constant & Massey, 2002; Massey *et al.*, 1993; Massey *et al.*, 1994; Massey, 2002; Massey, 2015; Sasaki & Assis, 2000; Vilela, 2008.

Previdência Social (CTPS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) (Cavalcanti *et al.*, 2018).

Dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2018) atestam que em 2017, havia 258 milhões de imigrantes internacionais, o correspondente a 3,4% da população mundial. No Brasil, embora o percentual de imigrantes não alcance a cifra de 1% da população, é notável a presença de pessoas das mais diversas regiões do mundo (Gallo, 2018). O mercado de trabalho brasileiro tem absorvido essa população cada vez mais diversificada em termos de origens geográficas, sociais e culturais, tanto nas atividades altamente qualificadas, quanto naquelas que exigem pouca qualificação (Almeida, 2014).

Em 2017, foram contabilizados 122.069 imigrantes inseridos no mercado formal de trabalho brasileiro, de acordo com os dados encontrados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (Araújo & Quintino, 2018). Dados da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) atestam que, somente no ano de 2017, o Brasil registrou 45.028 admissões contra 34.739 demissões, gerando, portanto, um saldo positivo anual de 10.289. A principal nacionalidade inserida no mercado formal de trabalho nesse ano foi o Haiti. Em termos de movimentação de trabalhadores, o Haiti registrou um balanço de 22.221 admissões e 13.398 demissões, resultando num saldo positivo de 8.823. (Cavalcanti *et al.*, 2018)

Dados mais recentes, referentes ao primeiro semestre de 2018, indicam que a movimentação de trabalhadores imigrantes também registrou balanço positivo de 5.944, sendo 24.929 admissões e 18.985 demissões. Dentre as nacionalidades, a República do Haiti permaneceu o principal coletivo de imigrantes admitidos no mercado de trabalho formal, representando 47,21% do total. Em seguida, encontram-se os trabalhadores da Venezuela, com 9,30% das contratações. (Cavalcanti *et al.*, 2018)

Tabela 1 – Movimentação de imigrantes no mercado formal de trabalho, por nacionalidade, 1º semestre de 2018

| Países | 1º Semestre/ 2018 | | |
|---------------------------|-------------------|---------------|--------------|
| | Admitidos | Demitidos | Saldo |
| Total | 24.929 | 18.985 | 5.944 |
| República do Haiti | 11.769 | 7.874 | 3.895 |
| Venezuela | 2.315 | 1.028 | 1.287 |
| Argentina | 1.134 | 1.206 | - 72 |
| Paraguai | 1.094 | 901 | 193 |
| Uruguai | 794 | 751 | 43 |
| Senegal | 687 | 703 | - 16 |
| Bolívia | 686 | 575 | 111 |
| Peru | 626 | 584 | 42 |

| | | | |
|-----------------|-------|-------|------|
| Portugal | 498 | 569 | - 71 |
| Angola | 600 | 448 | 152 |
| Outros | 4.726 | 4.346 | 380 |

Fonte: Cavalcanti, Brasil & Dutra (2018). Movimentação dos Trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro. In.: Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Macedo, M. Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra.

Santa Catarina foi o estado com maior percentual de contratações no ano de 2017, com 20,69% das admissões. Dentre os estados com maior aumento de contratação estão: São Paulo (17,31%), Rio Grande do Sul (16,02%), Paraná (14,66%) e Rio de Janeiro (7,37%). Estes estados continuaram a registrar os maiores percentuais de contratações no primeiro semestre de 2018. (Cavalcanti *et al.*, 2018)

Tabela 2 - Movimentação de imigrantes no mercado formal de trabalho, por Estado, 2017

| Estados | 2017 | | |
|----------------------------|---------------|---------------|---------------|
| | Admitidos | Demitidos | Saldo |
| Total | 45.028 | 34.739 | 10.289 |
| Rondônia | 305 | 288 | 17 |
| Acre | 30 | 38 | - 8 |
| Amazonas | 756 | 584 | 172 |
| Roraima | 1.377 | 643 | 734 |
| Pará | 141 | 131 | 10 |
| Amapá | 10 | 14 | - 4 |
| Tocantins | 59 | 48 | 11 |
| Maranhão | 70 | 102 | - 32 |
| Piauí | 21 | 23 | - 2 |
| Ceará | 443 | 426 | 17 |
| Rio Grande do Norte | 134 | 141 | - 7 |
| Paraíba | 65 | 64 | 1 |
| Pernambuco | 231 | 254 | - 23 |
| Alagoas | 47 | 42 | 5 |
| Sergipe | 42 | 51 | - 9 |
| Bahia | 409 | 523 | - 114 |
| Minas Gerais | 2.289 | 1.854 | 435 |
| Espírito Santo | 293 | 276 | 17 |
| Rio de Janeiro | 3.323 | 3.616 | - 293 |
| São Paulo | 7.795 | 5.971 | 1.824 |
| Paraná | 6.604 | 4.728 | 1.876 |
| Santa Catarina | 9.317 | 6.236 | 3.081 |
| Rio Grande do Sul | 7.217 | 5.392 | 1.825 |
| Mato Grosso do Sul | 1.037 | 910 | 127 |
| Mato Grosso | 1.404 | 1.021 | 383 |
| Goiás | 879 | 728 | 151 |
| Distrito Federal | 730 | 635 | 95 |

Fonte: Cavalcanti, Brasil & Dutra (2018). Movimentação dos Trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro. In.: Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Macedo, M., Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra.

Com exceção Joinville – SC, a maioria das admissões ocorreu nas capitais dos estados brasileiros. Dentre os principais municípios, a cidade de São Paulo – SP teve o maior percentual (10,37%), seguido do Rio de Janeiro – RJ (5,38%), Porto Alegre – RS (3,94%), Curitiba – PR (3,94%) e Florianópolis – SC (2,98%). Em Belo Horizonte, onde reside a maioria dos empregadores entrevistados nesta pesquisa, foram realizadas 691 admissões de trabalhadores imigrantes no ano de 2017 (1,53%). (Cavalcanti *et al.*, 2018)

Por meio da tabela acima (Tabela 2), percebe-se que Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro também apresentaram os maiores valores em relação ao total de demissões (Cavalcanti *et al.*, 2018). Por conseguinte, percebe-se uma elevada rotatividade de trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro.

Quando se observa as principais ocupações nas quais os trabalhadores imigrantes foram contratados em 2017, percebe-se que estes se inserem principalmente em ocupações que exigem pouca qualificação e ofertam baixa remuneração, quais sejam: Alimentador de Linha de Produção (7,89%), Servente de Obras (6,52%), Faxineiro (5,82%) e Magarefe (profissionais que trabalham no abate, corte e beneficiamento de aves, bovinos, caprinos, ovinos e suínos) (4,93%) (Cavalcanti *et al.*, 2018). Portanto, percebe-se que os trabalhadores imigrantes, em sua maioria, se inserem e desempenham atividades laborais localizadas principalmente na base produtiva (Suzuki, 2018).

Tabela 3 – Movimentação de imigrantes no mercado formal de trabalho, por principais ocupações, 2017

| Ocupação | 2017 | | |
|---------------------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| | Admitidos | Demitidos | Saldo |
| Total | 45.028 | 34.739 | 10.289 |
| Alimentador de Linha de Produção | 3.557 | 2.072 | 1.485 |
| Servente de Obras | 2.937 | 2.501 | 436 |
| Faxineiro | 2.622 | 1.727 | 895 |
| Magarefe | 2.221 | 543 | 1.678 |
| Cozinheiro Geral | 1.360 | 1.117 | 243 |
| Auxiliar nos Serviços de Alimentação | 1.396 | 922 | 474 |
| Vendedor de Comércio Varejista | 1.045 | 942 | 103 |
| Pedreiro | 915 | 973 | - 58 |
| Atendente de Lanchonete | 823 | 694 | 129 |
| Garçom | 735 | 651 | 84 |
| Outros | 27.417 | 22.597 | 4.820 |

Fonte: Cavalcanti, Brasil & Dutra (2018). Movimentação dos Trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro. In.: Cavalcanti, L.; Oliveira, T.; Macedo, M., Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra.

No caso desta pesquisa, é possível constatar que a maioria dos trabalhadores imigrantes encontra-se realizando atividades laborais que geralmente exigem esforço físico e dispensam qualquer tipo de qualificação formal para serem realizadas. Com exceção de dois trabalhadores,

um engenheiro que ocupava cargo gerencial em uma grande empresa da Construção Civil e de uma desenvolvedora de *software* em uma *startup* de Tecnologia da Informação, todos os outros se encontravam em ocupações como: alimentador de linha de produção; pedreiro; servente de obras; cozinheiro geral; auxiliar nos serviços de alimentação; porteiro; faxineiro; cuidador de idosos; auxiliar de produção e embalagem; marceneiro; lixador, dentre outras.

Não obstante à ocupação de cargos que exigem baixa qualificação, o número de indivíduos com maior nível de instrução é mais expressivo entre os imigrantes em relação aos brasileiros (Cavalcanti, 2014; Machado, 2016; UNESCO, 2018; Vilela, 2008, Suzuki, 2018). De modo geral, os imigrantes possuem uma formação técnica e profissional superior às exigidas no exercício de suas profissões. (Cavalcanti, 2014; Suzuki, 2018).

Os dados do RAIS atestam que, do total de 122.069 imigrantes inseridos no mercado formal de trabalho brasileiro em 2017, 35.351 tinham até nível fundamental completo. Destes, 12.095 tinham nível fundamental completo, 13.531 tinham fundamental incompleto, 7.517 tinham o ensino médio incompleto e apenas 2.208 eram analfabetos. Aqueles com até nível médio completo totalizaram 49.179. Dentre os que possuíam pelo menos superior completo o total foi de 37.539 imigrantes, sendo 33.130 com superior completo, 2.292 com doutorado completo e 2.117 com mestrado completo. (Araújo & Quintino, 2018).

No que concerne à remuneração, no momento da admissão, a mediana salarial dos trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho, em 2017, foi de R\$ 1.232,00, de acordo com os dados da CTPS (Cavalcanti *et al.*, 2018). Dados da RAIS indicam que a maior parte dessa população recebe entre 1 a 2 salários mínimos (Araújo & Quintino, 2018).

Os trabalhadores de origem na África, América Latina e Caribe decrescem conforme a faixa de renda aumenta o seu valor: 63% dos africanos recebem entre R\$937,00 e R\$1.874,00, enquanto 21,25% recebem remunerações na faixa de R\$1.874 a R\$2.811,00. 56,16% dos latino americanos e caribenhos, por sua vez, recebem entre R\$937,00 e R\$1.874,00, e 16,95% recebem entre R\$1.874 e R\$2.811,00. (Araújo & Quintino, 2018)

Entre os asiáticos existe uma maior diversidade de salários recebidos: 33,5% recebem de R\$937,00 e R\$1.874,00, 13,6% têm ganhos de R\$9.370,00 a R\$18.740,00, e outros 12,28% recebem acima de R\$18.740,00. Os norte-americanos e europeus apresentam maior incidência em remunerações mais elevadas: 18,97% dos europeus e 23,02% dos norte-americanos recebem remunerações acima de R\$18.740,00. (Araújo & Quintino, 2018)

Percebe-se, portanto, a existência de uma grande dispersão salarial e uma faixa de renda que não corresponde, de modo geral, à formação dos trabalhadores imigrantes. Dessa forma, tanto a ocupação quanto os rendimentos não são compatíveis com a formação educacional

formal e experiências laborais adquiridas por parte desses trabalhadores (Cavalcanti, 2014; Suzuki, 2018).

Outra constatação é a existência de grupos de imigrantes que se encontram em vantagens e outros em desvantagens econômicas e sociais quando se analisa as suas origens e a inserção no mercado de trabalho formal brasileiro, como observa Vilela (2008). Para a autora isso sugere que a origem/nacionalidade de alguns grupos afeta negativamente os seus salários mensais, enquanto, para outros grupos, o efeito é altamente positivo.

Possivelmente, este fato é decorrente do processo de racialização pelo qual os imigrantes passam ao adentrar no país de acolhimento. Ou seja, os grupos de imigrantes são diferentemente ordenados na hierarquia racial do país anfitrião, o que marca diferentemente as suas experiências migratórias (Sanchez & Romero, 2010; Sáenz & Douglas, 2015).

Por fim, embora o foco desta pesquisa sejam os trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro, é importante ressaltar que a maioria dos trabalhadores imigrantes se encontra na informalidade e desprotegido legalmente, principalmente aqueles em situação indocumentada. Estimativas da Polícia Federal sugerem que existem mais de 128.000 imigrantes em situação irregular do país (Versiani & Carvalho-Neto, 2019). Esses trabalhadores estão sujeitos atividades laborais de baixa remuneração, em particular com intensas em horas e sobrecarga de trabalho. Em casos extremos, enfrentam duras condições de trabalho análogas à escravidão (Batinga, 2018; Villen, 2015).

6 METODOLOGIA

6.1 Estratégia e Método da Pesquisa

Esta dissertação adotou os pressupostos da Análise Crítica do Discurso (ACD), mais especificamente da teoria sociocognitiva proposta por Van Dijk (1992; 1996; 1999; 2000; 2015a; 2015b), para analisar as representações discursivas dos empregadores sobre os trabalhadores imigrantes em relação ao racismo. Por conseguinte, optou-se por utilizar uma abordagem qualitativa. Embora não existam métodos específicos associados à ACD, alguns autores afirmam que, em geral, os pesquisadores desse campo tendem a utilizar métodos qualitativos devido ao fato de as análises serem demasiado profundas e detalhadas (Baker & McEnery, 2005; Baker *et al.*, 2008). Além disso, o estudo de caso de natureza qualitativa foi a mais adequada para essa investigação, uma vez que abordou um fenômeno social complexo e contemporâneo (Meyer, 2001).

Tendo em vista que esta pesquisa teve como finalidade a descrição de um fenômeno, foi utilizado o método estudo de caso descritivo. O estudo de caso se caracterizou por ser único, holístico e transversal. Único, pois definiu-se um grupo de empregadores(as) como o caso a ser estudado, e holístico, uma vez que se propôs a estudar a natureza global do caso, abarcando os seus diferentes aspectos (Meyer, 2001). Por fim, quanto ao recorte temporal, tratou-se de uma pesquisa transversal, visto que os dados foram coletados em um determinado ponto no tempo (Perin *et al.*, 2002).

6.2 Sujeitos de Pesquisa

Ao todo, 12 empregadores foram entrevistados. Os quadros abaixo ilustram a composição do conjunto de entrevistados (QUADRO 5) e a caracterização das empresas (QUADRO 6).

Quadro 5 – Composição do Conjunto de Entrevistados

| Sigla | Sexo | Idade | Cargo | Escolaridade | Cidade |
|-------|------|-------|---------------|-------------------|----------------|
| E01 | F | 45 | Sócia | Superior Completo | São Paulo |
| E02 | F | 35 | Gerente de RH | Superior Completo | Belo Horizonte |
| E03 | M | 36 | Síndico | Superior Completo | Belo Horizonte |
| E04 | M | 52 | Dono | --- | Belo Horizonte |
| E05 | M | 55 | Dono | Superior Completo | São Paulo |
| E06 | M | 44 | Gerente | Pós-Graduação | São Paulo |
| E07 | M | 43 | Dono | Superior Completo | Belo Horizonte |

| | | | | | |
|------------|---|----|------------------------------------|---------------------|----------------|
| E08 | F | 28 | Gerente de RH | Pós-Graduação | Belo Horizonte |
| E09 | M | 41 | Dono | Superior Completo | Porto Alegre |
| E10 | F | 34 | Analista de Recrutamento e Seleção | Superior Completo | Belo Horizonte |
| E11 | M | 42 | Gerente Geral | Superior Completo | Belo Horizonte |
| E12 | F | 25 | Assistente de RH | Superior Incompleto | Belo Horizonte |

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 6 – Caracterização das Empresas

| Sigla | Segmento/ Atividade | Porte da Empresa | País de Origem dos Imigrantes Contratados |
|--------------|---------------------------------------|-------------------------|--------------------------------------------------|
| E01 | Prestação de Serviço | Pequeno | Síria; Angola; Papua-Nova Guiné |
| E02 | Industrial/Moveleiro | Grande | Venezuela |
| E03 | Condominial | Pequeno | Guiné-Bissau |
| E04 | Comércio Varejista | Médio | Venezuela |
| E05 | Construção Civil | Médio | Haiti |
| E06 | Construção Civil | Grande | Angola |
| E07 | Industrial/ Componentes Para Calçados | Pequeno | Haiti |
| E08 | Tecnologia da Informação | Grande | Tunísia |
| E09 | Conservação e Limpeza | Médio | Haiti |
| E10 | Industrial/ Alimentício | Grande | Haiti; Gana; Venezuela |
| E11 | Atacadista | Grande | Haiti |
| E12 | Automotivo | Grande | Venezuela |

Fonte: elaborado pela autora.

6.3 Estratégia de Coleta de Dados

Para esta pesquisa foram realizadas 12 entrevistas individuais semiestruturadas com empregadores de trabalhadores imigrantes, que se encontravam inseridos no mercado brasileiro formal de trabalho, nas cidades de São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS). As entrevistas foram realizadas pessoalmente ou via *Skype*, por meio de um roteiro semiestruturado (APÊNDICE A), no qual foram formuladas perguntas baseadas na bibliografia e nos objetivos da pesquisa. Cada entrevista teve duração aproximada de 1 hora e foram gravadas, após a autorização expressa de cada participante, e, posteriormente, transcritas na íntegra. Após a transcrição, foi gerado um *corpus* de análise de mais de 100 páginas.

O acesso aos participantes ocorreu em 2019. Alguns foram contatados por meio da mídia social *Facebook*. Após uma busca utilizando as palavras-chave: “Imigrantes”,

“Haitianos”, “Bolivianos”, “Venezuelanos”, facilmente surgiram páginas destinados ao apoio e contratação de trabalhadores imigrantes, quais sejam: “Contrate um Imigrante”; “Empregos Imigrantes”; “Central de Empregos para Haitianos no Brasil”; “Haitianos no Brasil”; “Haitianos em São Paulo”; “Bolivianos em Brasil e no Mundo”. Os grupos citados acima foram escolhidos por serem reconhecidamente os que mais buscam o Brasil como país de destino (Silva & Lima, 2017). Durante a abordagem foi informado que se tratava de uma pesquisa acadêmica em nível de mestrado e a instituição de ensino superior que a pesquisadora se encontrava vinculada. Além disso, também foi assegurado o sigilo dos informantes.

Dos participantes abordados, quatro (04) demonstraram interesse em participar da pesquisa e encaixavam nos critérios de seleção, quais sejam: i) tinham que ser donos ou prepostos de empresas que já tenham empregado trabalhadores imigrantes; ii) optou-se por donos ou prepostos de empresas com atuação em diferentes setores econômicos no âmbito privado, como comércio, indústria, serviço e construção; iii) optou-se por donos ou prepostos de empresas de diferentes portes (pequena, média e grande); e, por fim, iv) todos os participantes deveriam possuir nacionalidade brasileira.

Enquanto alguns dos entrevistados eram os próprios empresários, outros foram os representantes dos empregadores, tais como Recursos Humanos (RH) e Gestores. Os mesmos critérios de seleção foram adotados para os demais participantes que foram entrevistados presencialmente. Esses participantes foram acessados por meio de indicações feitas por uma professora da PUC que atua voluntariamente na inserção de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho na cidade de Belo Horizonte (MG). Para ampliar a construção da rede social dos entrevistados, foi utilizada a técnica de *snowbal*, que consiste na criação de uma rede de contatos a partir das indicações dos próprios entrevistados (Van Meter, 1990).

No momento das entrevistas também foram solicitados dados para o preenchimento de um questionário estruturado (APÊNDICE B) com o objetivo de obter informações sobre o perfil sociodemográfico dos respondentes e das suas empresas, tais como: i) idade, sexo, estado civil, escolaridade, formação, setor, segmento de atividade, número de filiais, tempo constituição, faturamento anual bruto, número de funcionários e de sócios. Com o objetivo de garantir o anonimato, o nome do respondente e da empresa não foram contemplados.

6.4 Estratégia de Análise de Dados

Os dados coletados foram analisados por meio da Análise Crítica do Discurso, mais especificamente por meio da abordagem sociocognitiva de Van Dijk (1992; 1996; 1999; 2000;

2015a; 2015b). Tendo em vista o objetivo de analisar as representações discursivas dos empregadores sobre os trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro em relação ao racismo, esta pesquisa se limitou à análise do conteúdo discursivo, que envolve tópicos e significados locais. A razão desta escolha se justificou pelo fato de tais formas de conteúdo estarem mais diretamente relacionadas às crenças e, portanto, às atitudes e ideologias racistas que os empregadores empregam quando falam dos trabalhadores imigrantes (Van Dijk, 2013a).

Os tópicos são os significados globais (macroestruturas) que orientam o discurso e explicam toda a sua coerência e são derivadas dos significados locais (microestruturas). Por analogia, pode-se dizer que os tópicos representam o sumário do discurso em questão. Assim, eles fornecem uma ideia sobre o que o discurso “quer dizer” em termos globais e, por este motivo, é recomendado iniciar a análise do *corpus* a partir desta categoria. Os significados locais, por sua vez, envolvem a análise do significado das palavras, das estruturas das proposições, da coerência de outras relações entre proposições. Tais significados são o resultado da seleção de eventos ou crenças socialmente compartilhadas, e, portanto, expressam o modelo mental dos autores do discurso. (Van Dijk, 2013a)

No nível semântico local, foram examinadas as escolhas de palavras específicas para se referir aos trabalhadores imigrantes. Por exemplo, escolha da palavra “criminalidade”, amplamente associada aos refugiados, requerentes de asilo e imigrantes nas pesquisas apresentadas nesta dissertação, possui diversas implicações e expressa uma perspectiva ideológica, em que os imigrantes são definidos em termos negativos, representando uma ameaça social e legalmente repreensível. Ao mesmo tempo, a escolha dessa palavra implica que estes atores são representados não como vítimas, mas como criminosos. (Van Dijk, 2013a)

Igualmente importante para a pesquisa em ACD é o estudo das formas de significados implícitos, como implicaturas¹⁹, pressuposições, alusões, ambiguidades etc. Tais significados podem ser inferidos no discurso, mas não aparecem explicitamente. Para Van Dijk (2013), isso significa que estas informações são parte do modelo mental dos autores do discurso, mas não do discurso em si. Sendo assim, estão relacionados a crenças fundamentais que não se expressam de forma clara, direta, completa ou precisa, por diversas razões contextuais.

Por fim, os tópicos discursivos gerais desta pesquisa emergiram da análise do *corpus*, uma vez que não se pretendeu limitar os inúmeros conhecimentos, valores, crenças, opiniões e atitudes que permeiam as construções das representações discursivas (Abric, 2001; Jodelet,

¹⁹ Uma implicatura é algo que está sugerido ou subjacente no discurso, mesmo que não seja literalmente expresso.

2007), quais sejam: i) os trabalhadores imigrantes são mais comprometidos, dedicados, esforçados e eficientes que os brasileiros; ii) os trabalhadores imigrantes são vulneráveis; iii) os trabalhadores imigrantes se sujeitam a qualquer tipo de trabalho; iv) os trabalhadores imigrantes são para trabalhos básicos e pesados; v) os trabalhadores imigrantes são uma ameaça em termos de identidade cultural, valores da comunidade, violência e disseminação de doenças; e, por fim, vi) os trabalhadores imigrantes são uma carga econômica.

7 ANÁLISE DE DADOS

Van Dijk (2000a) aborda o racismo por meio de um sistema complexo de dominação e desigualdade social, definido a partir da combinação dos seguintes elementos: i) representações sociais de base ideológica de grupos (e sobre grupos); ii) modelos mentais dos membros do grupo sobre eventos étnicos concretos; iii) discurso discriminatório cotidiano e outras práticas sociais; iv) estruturas e atividades institucionais e organizacionais; e v) relações de poder entre grupos dominantes e grupos étnicos minoritários.

A ideologia racista pode apresentar as seguintes categorias relacionadas: i) dispositivos de afiliação por cor, “raça” ou nacionalidade; ii) atividades que envolvem discursos negativos sobre minorias, discriminação, diferenciação, exclusão, inferiorização, problematização etc.; iii) objetivos de manter os grupos étnicos minoritários em posição de inferioridade ou fora do endogrupo; iv) valores que estabelecem prioridades para o próprio grupo; v) posições de superioridade e domínio sobre os outros; e vi) distribuição e utilização de recursos de território, espaço, nação ou recursos sociais. (Van Dijk, 2000a)

7.1 Tópicos: Significados Globais

De acordo com Van Dijk (2013a, p. 359), “os tópicos são os significados que os usuários da língua instituem na produção e compreensão do discurso, o ‘essencial’ que será lembrado.”. Trata-se de uma forma de organizar os significados locais em significados globais ou tópicos. Nesta pesquisa, os tópicos gerais que os empregadores utilizaram para se referir aos trabalhadores imigrantes podem ser sumarizados da seguinte forma:

- **Os trabalhadores imigrantes são mais comprometidos, dedicados, esforçados e eficientes que os brasileiros;**
- **Os trabalhadores imigrantes são vulneráveis;**
- **Os trabalhadores imigrantes se sujeitam a qualquer tipo de trabalho;**
- **Os trabalhadores imigrantes são para trabalhos básicos e pesados;**
- **Os trabalhadores imigrantes são uma ameaça em termos de identidade cultural, valores da comunidade, violência e disseminação de doenças;**
- **Os trabalhadores imigrantes são uma carga econômica.**

7.2 Significados Locais

Ao analisar a representação dos empregadores sobre os trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro, é possível constatar que, em geral, os empregadores os descrevem como pessoas “dedicadas”, “comprometidas”, “esforçadas” e “eficientes”. Essas representações foram expressas principalmente em termos de uma polarização entre os trabalhadores imigrantes e brasileiros, um dado também citado por Versiani e Carvalho-Neto (2019) e Pellizari (2019). Um exemplo vem de um empregador que contratou vinte (20) trabalhadores imigrantes originários do Haiti: “[...] **se eu fosse comparar com o brasileiro, ainda é mais eficiente, ele gera mais retorno a nível empresarial.**” (Empregador 7, dono de uma Indústria de Componentes Para Calçados).

É importante observar que esta representação polarizada, ao reforçar proposições sobre os trabalhadores imigrantes e brasileiros estimula a competição entre estes dois grupos nos espaços de trabalho, como também observam Versiani e Carvalho-Neto (2019). Nos exemplos abaixo, outros dois empregadores ilustram essa mesma representação polarizada:

[...] são pessoas dispostas a trabalhar e ganhar a vida aqui. E... não importa, né... eles querem uma vida melhor, mas eu acho que na minha visão, em geral, é o que eu falei: **é como se eles [...] tivessem mais força de vontade, muito mais força de vontade do que o trabalhador comum, naturalizado brasileiro.** (Empregador 3, Síndico Condominial)

Ah, eu creio... sinceramente, o que eu creio é que **eles já vêm com certo amadurecimento. Já vem maduros e com a seriedade, quebrando um pouquinho aquela crista do brasileiro que sempre tá interligado com farra, festa, e, digamos assim, quase uma falta de sequência de trabalho, de responsabilidade.** O estrangeiro, me parece que, quando ele vem, ele vem realmente objetivado, não vem aqui pra carnaval. Pros brasileiros parece que aqui é o país da festa. E aí, eles ficam mais fácil pra gente doutrinar. (Empregador 4, dono de uma empresa do Comércio Varejista)

No discurso do Empregador 4 é importante observar a escolha da palavra “**doutrinar**”. Essa escolha tem várias implicações, tais como expressar a perspectiva ideológica do empregador de uma posição de superioridade e domínio sobre os trabalhadores imigrantes, revelando uma prática social de subordinação destes aos seus próprios interesses, uma característica marcante do discurso racista, como aponta Van Dijk (2000a). Recorrendo às reflexões de Ianni (2004a, p. 25), é possível afirmar que este empregador elabora a sua identidade em contraponto com a identidade do trabalhador imigrante: representando a si mesmo como “civilizador” e o imigrante como sujeito passivo incapaz de oferecer resistência, com o qual manda ou desmanda no intuito de preservar a “lei e a ordem”. O fato de este

empregador representar o trabalhador imigrante como sujeito passivo, chama atenção. Recorrendo às reflexões de Santa Ana (1999, p. 202) é como se este trabalhador pudesse ser “domesticado”.

Esta polarização, a princípio, pode nos levar a acreditar que a representação dos trabalhadores imigrantes é positiva enquanto a dos brasileiros é negativa. No entanto, é importante lembrar que a ACD se apresenta como uma perspectiva que combina a crítica do discurso e a explicação de como o discurso figura em determinada realidade social (Fairclough, 2005e). Afinal, ao representar grupos sociais e suas relações, os discursos atuam na construção social (Fairclough, 2005a). Deste modo, as relações entre diferentes discursos são um elemento das relações entre grupos sociais, que podem ser de cooperação, competição, dominação, e assim por diante (Fairclough, 2001b; 2003; 2010; 2012). Por fim, discursos que estabelecem comparações e contrastes entre membros de grupos nunca são neutros (Del-Teso-Craviotto, 2009).

Isto posto, a representação dos trabalhadores imigrantes, mesmo que seja aparentemente “positiva”, fornece, na prática, base para justificar e legitimar o poder social e a dominação (Verkuyten, 2003), por meio da intensificação da exploração econômica dessa força de trabalho. Afiança esse entendimento a fala do Empregador 7, dono de uma Indústria de Componentes para Calçados: “[...] **eu gosto do trabalho deles, eles não têm medo de trabalhar** [...]”. ‘Você vai precisar chegar quatro horas da manhã, no turno das quatro’ – cinco pra quatro eles estão aqui.’. Este mesmo empregador revela ainda que os imigrantes contratados: “deram um *up* na produção, começaram a motivar. **Eles estavam trabalhando praticamente pro resto da equipe, trabalhando duro, pegando o trabalho com gosto** [...].” (Empregador 7). Neste ponto, percebe-se que o trabalhador imigrante possivelmente tenta arduamente responder às altas exigências de produtividade por parte do empregador.

Além disso, é relevante observar que os empregadores supracitados estabelecem uma diferenciação entre dois grupos: de imigrantes e brasileiros, dos quais eles não se apresentam como representantes. Essa diferenciação pode indicar uma tentativa de construção da sua autoimagem segregada da classe trabalhadora, já que eles é quem detêm o poder econômico sobre a força de trabalho e dos meios de produção. Ou seja, este grupo de empregadores busca construir a sua autoimagem como “membro de setores sociais dominantes”, em contraponto com os “subalternos” (Ianni, 2004a, p. 25).

Pode-se depreender também que, muitas vezes, essa intensificação da exploração da força de trabalho imigrante não se restringe aos empregadores, ocorrendo também na relação

com os próprios trabalhadores brasileiros, como afirma a empregadora abaixo, Analista de Recrutamento e Seleção de uma empresa da Indústria Alimentícia:

Por exemplo, uma coisa que eu sempre falo, por eles trabalharem bastante, carregar muito peso e tudo, tem brasileiro que folga mesmo. Aí, por exemplo, na armazenagem eles trabalham em dupla, porque, como serviço é pesado, então duas pessoas carregam um caminhão, e aí **acontece, às vezes da dupla do haitiano ser um brasileiro, aí já aconteceu, do brasileiro tipo assim: ‘ah, eu vou ficar fazendo hora mesmo, porque o haitiano trabalha muito é só deixar ele trabalhar’**. (Empregadora 10, Analista de Recrutamento e Seleção da Indústria Alimentícia)

Cardoso e Cabreira (2017) afirmam que o trabalhador imigrante acaba aceitando exercer trabalhos mais árduos ao adentrar do país receptor porque geralmente não conhece os mecanismos culturais do país. Porém, no decorrer do tempo, eles começam a questionar as condições às quais estão inseridos e adotar comportamentos de protesto, resistência, indignação e reivindicação, como relata o empregador a seguir:

Uma coisa que eu percebi aqui, principalmente com a primeira, **ao longo desses dois anos, dois anos e meio que ela ficou conosco, a gente percebeu uma mudança no fim, de comportamento. No final o comportamento dela não era o mesmo de quando ela entrou, de quando ela veio**. Quando ela veio fazer um ano que ela tava no Brasil, a gente viu [que] esse diferencial que eu vejo meio que se perdeu um pouco, sabe? Meio que se diluiu, assim. Acho que, quando eles chegam, eles chegam muito bem e acho que infelizmente algumas atitudes de alguns brasileiros aqui meio que... começa a ensinar a cultura da malandragem, do jeitinho brasileiro, que a gente vê muito aqui. (Empregador 9, dono de uma empresa de Conservação e Limpeza)

Alguns empregadores entrevistados denominaram esse processo de “abrasileiramento” do comportamento:

“[...] Hoje eles ainda têm um quesito um pouco melhor, pela disciplina deles. Mas, a questão do Brasil influencia eles demais, a cultura brasileira, **eles ficaram mais abrasileirados**, pegaram as gingas da malandragem de colher onde não plantou, esse é o problema da nossa nação.” (Empregador 7, dono de uma empresa da Indústria de Componentes para Calçados).

Nós chegamos, mais ou menos, no um ano e meio seguinte onde nós começamos a ter um **abrasileiramento do comportamento**. Começaram a apresentação atestados, que não são questionáveis, porque eles são dados por médicos, mas você via que existia uma característica ali que não era tão real quanto eles tavam, principalmente porque [...] eles vão muito nos postos de saúde e não em hospitais. (Empregador 11, Gerente Geral de uma empresa Atacadista)

Nos discursos abaixo estes empregadores fornecem exemplos dos comportamentos de resistência adotados pelos trabalhadores imigrantes em resposta à superexploração do trabalho, que pode ocorrer de diferentes formas: por meio da remuneração abaixo do seu valor e do

prolongamento e aumento da intensidade da jornada de trabalho, dentre outras formas (Gomes & Pereira, 2015; Luce, 2013):

Quando chegou um ano aconteceu duas coisas muito interessantes, tanto na empresa do meu irmão, quanto nessa empresa: eles começaram a moldar, a moldar, e começaram a se sentir seguros. [...] **Reivindicaram algumas coisas: “ah, nós queremos isso, nós...”**, desse jeito que eles falaram: **“nós não trabalha mais se não fizer isso, isso e isso.”**. [...] **A fábrica parou pra poder eles reivindicarem algumas coisas. Entre elas, a maior delas: “nós queremos fazer igual os brasileiros. Queremos receber do governo e ainda continuar trabalhando.”**. [...] **Aí eu entendi tudo. Foi dado pra eles uma segurança falsa e um dinheiro que não era devido a ele e ele acostumou: do seguro desemprego.** O que que o brasileiro hoje faz, inclusive o nosso faz, o que que ele faz: ele pede pra ser mandado embora pra receber o seguro e pega bico nesse período, ele recebe dois salários. Sempre. [...] **. Então, essa relação, ela ficou muito ruim. Por que? Porque eles já se tornaram, entre aspas, brasileiros.** (Empregador 7, dono de uma empresa da Indústria de Componentes para Calçados)

[...] burlar uma regra, de fazer coisas que antes era... **por exemplo, bater o ponto, antes ela batia, aí depois de um ano aqui a gente descobriu que aprendeu com o pessoal daqui: “ah, eu vou me atrasar um pouquinho, tu bate o ponto pra mim”, sabe?** Coisas que é impensável delas fazerem no início, mas, convivendo com as brasileiras aqui: “ah, intervalo, vou fazer mais uns 15 minutinhos, tu bate pra mim.”. Então esse tipo de coisa, infelizmente, os brasileiros ensinam para os estrangeiros e eles acabam aprendendo essa malandragem, o que acaba sendo ruim, certo? (Empregador 9, dono de uma empresa de Conservação e Limpeza)

Tem uns que forçam o afastamento previdenciário e insistem no INSS pra ficar recebendo benefício ou por doença ou... assim, você vê claramente, nós temos câmeras de segurança pela empresa inteira, que a pessoa vem conversando maravilhosamente bem e quando chega na porta da empresa ele começa mancar. Então você vê que existe uma situação clara de tentar fraudar o sistema, são raros, mas acontece. **Nós já tivemos casos de profissionais que batiam o cartão um pro outro e o outro ficava em casa pra trabalhar** [...]. (Empregador 11, Gerente Geral de uma empresa Atacadista)

O discurso dos empregadores supracitados também reforça estereótipos preconceituosos sobre os trabalhadores brasileiros, por meio da representação de que eles são indolentes e possuem pouca disposição para o trabalho árduo. A fala do Empregador 4 (dono de uma empresa do Comércio Varejista) torna essa representação estereotipada bastante explícita: **“Brasileiro é muito festeiro, de farra e de desrespeito com as condutas.”**. Segundo Castor (2001), trata-se de uma injustiça ou, no mínimo, de uma simplificação grosseira, visto que os milhões de brasileiros empregados nos serviços mais pesados trabalham incansavelmente.

Outra representação comum entre os empregadores entrevistados é sobre a condição de vulnerabilidade na qual os imigrantes se encontram, também observada nas pesquisas realizadas por Versiani e Carvalho-Neto (2019) e Pellizari (2019). De fato, os imigrantes, ao chegarem no país de destino, se deparam com diversos obstáculos e vulnerabilidades geradas pelo processo de deslocamento, pois muitas vezes não falam a língua do país, não têm família

ou amigos, não conhecem as normas, costumes e cultura do país. Além disso, a maioria chega sem emprego, em busca de trabalho para se sustentar. Esta vulnerabilidade é intensificada por preconceitos étnicos, xenofobia e racismo, o que torna ainda mais difícil a sua integração à sociedade (Silva & Lima, 2017).

Actis, Prada e Pereda (1995) afirmam que essa situação, muitas vezes, faz com que o trabalhador imigrante aceite diversas formas de opressão e exploração que lhe são impostas. A pesquisa realizada por Pellizari (2019) deixa este fato muito evidente. Nesse sentido, a autora relata que os trabalhadores imigrantes entrevistados por ela percebem claramente que a permanência deles no mercado de trabalho é condicionada à não resistência e à obediência ao que é deles exigido. Os empregadores se aproveitam dessa condição de vulnerabilidade e de sujeição às normas do emprego para intensificar a exploração dessa força de trabalho, tornando-a ainda maior que a exploração dos trabalhadores brasileiros. Afinal, a procedência, muitas vezes, de países mais pobres e a disposição para extensas jornadas de trabalho tornaram os trabalhadores imigrantes extremamente atraentes, como ressaltam Gomes e Pereira (2015).

Um empregador expressa essa representação ao afirmar: **“Eles tão pegando qualquer coisa pra matar a fome.”** (Empregador 4, dono de uma empresa do Comércio Varejista). Do mesmo modo, outro empregador afirma: “[...] essa nova frente imigratória, que tá vindo [...] infelizmente é fugindo de catástrofes, fugindo de problemas no país de origem, e **aí eles acabam aceitando trabalhar meio que em qualquer coisa, pra qualquer valores, né.**” (Empregador 6, Gerente de uma empresa da Construção Civil).

O Empregador 5 revelou da seguinte forma a sua motivação em contratar trabalhadores venezuelanos:

[...] porque no caso vai demorar muito pra resolver, **e o cara aqui ganhando uma condição de vida melhor do que ele tá passando lá, ele vai produzir melhor.** [...] eu acho, é a minha opinião, acho que a maioria vem pra cá enquanto tiver sufoco, **tiver sufoco no país dele ele vai até carregar pedra na cabeça.** (Empregador 5, dono de uma empresa da Construção Civil)

Estes discursos evidenciam a representação de vulnerabilidade em que os trabalhadores imigrantes se encontram e a susceptibilidade em acatar quaisquer exigências e demandas de trabalho em decorrência da sua condição de reduzida capacidade reivindicativa e urgente necessidade de dinheiro, como também aponta Marinucci (2017). Em outro momento, o Empregador 5 afirma:

[...] quando eu penso em imigrante, não é pagar menos ou mais, porque eu pago o piso, sou obrigado. É fazer o cara se empenhar mais na obra. **Fazer o cara saber que ele precisa daquilo**

porque é uma chance que ele tem pra cuidar bem da família dele, e ele vai trabalhar direito. Porque hoje, o que diferencia você trabalhar nesse tipo de obra que é construção, que você tem piso salarial, o que diferencia, principalmente com ajudante geral, como o nome já fala, o que diferencia é a disposição que o cara tem de trabalhar em equipe. O empenho, a dedicação que ele tem na obra, é isso que diferencia, não é salário, entendeu? (Empregador 5, dono de uma empresa da Construção Civil)

Neste trecho, percebe-se que, na visão deste empregador, o que vai fazer com que o trabalhador imigrante “trabalhe direito” é o fato ele “saber que ele precisa daquilo porque é uma chance que ele tem pra cuidar bem da família dele”, o que demonstra, mais uma vez, claramente a representação de vulnerabilidade deste grupo de imigrante e a exploração com base nessa representação. Além disso, existe a representação de que a necessidade de sobrevivência por parte do trabalhador imigrante é o maior motivador para o trabalho, em detrimento do salário. Ou seja, para este empregador, o trabalhador imigrante é motivado a trabalhar principalmente devido à sua necessidade de sobrevivência, em detrimento do ganho salarial.

Além disso, ao afirmar “[...] **quando eu penso em imigrante, não é pagar menos ou mais, porque eu pago o piso, sou obrigado**”, pode-se supor que este empregador paga o piso salarial exclusivamente em função da legislação trabalhista do Brasil e não por ser uma obrigação moral. Assim, se não houvesse o benefício da lei, subentende-se que este empregador se eximiria de pagar um salário justo, já que percebe que o trabalhador imigrante possivelmente se sujeitaria a receber baixas remunerações em função da necessidade de sobrevivência.

Outro empregador também revela essa representação ao afirmar que os trabalhadores imigrantes trabalham, por vezes, visando apenas as suas necessidades de sobrevivência e de seus familiares:

Entrevista um haitiano que chegou há pouco tempo no Brasil, tá tentando se alocar, não teve emprego ainda. Tudo o que você perguntar pra ele, ele diz que topa: ‘quero, topo, topo’, tudo ele topa. A única pergunta que ele faz depois é quanto: ‘quanto ganho’. Aí, às vezes, tu pega uns que estão muito pouco tempo aqui e eles vêm com um papelzinho anotado com o valor do aluguel, o valor do custo dele aqui. Ele só tá preocupado se o que ele vai ganhar sobre aquele custo e se sobra. Já teve vários que vieram fazer entrevista com esse papelzinho assim, acho que ou alguém orientava eles, anotava pra eles, porque **eles iam lá mostrando assim: ‘cobre?’, né, ‘meu custo é esse, meu aluguel é esse e eu tenho que mandar tanto lá pro Haiti, paga isso?’.** **Se paga: ‘topo, quero’. Faça o que for eles: ‘topo’.** (Empregador 9, dono de uma empresa de Conservação e Limpeza)

De fato, muitos trabalhadores migram visando a sobrevivência do grupo familiar (Gomes & Pereira, 2015), o que contribui ainda mais para o aumento da vulnerabilidade destes trabalhadores no tocante a sujeição às diversas normas de trabalho (Silva, 2005). Afinal, eles precisam trabalhar no que lhes é oferecido, a fim de sustentar a família, seja no Brasil ou em

sua terra natal. (Silva & Lima, 2017). Assim, acabam se submetendo a esse jogo de forças desigual (Pellizari, 2019). Essa relação de poder configura o que Van Dijk (1933; 2015b) compreende por dominação, ou seja: o exercício do poder social de grupos dominantes sobre outros menos poderosos, resultando em várias formas da desigualdade social.

Segundo Cabecinhas (2007), quando um grupo social modifica as suas representações e normas em função do que é definido por outro grupo, a dominação passa a ser simbólica. Nessa forma de dominação, os grupos dominantes desenvolvem ideologias que lhes permitem legitimar o tratamento desigual de outros grupos. É exatamente o que se percebe na relação entre os trabalhadores imigrantes e seus empregadores. Pode-se perceber também, por meio do discurso acima, que os próprios trabalhadores imigrantes acabaram por interiorizar a hierarquia que lhes é transmitida, tomando como legítima a posição dos empregadores.

Em muitos casos há o reconhecimento de que os trabalhadores imigrantes possuem maior qualificação em relação aos brasileiros, mas, não obstante a isso, ainda persiste representação de que eles se **“sujeitam a qualquer tipo de trabalho”** (Empregadora 2, Gerente de RH de uma empresa da Indústria Moveleira), mesmo que sejam aqueles desempenhados por brasileiros de menor qualificação: **“[...] com a chegada desse venezuelano já com um grau de escolaridade um pouco mais avançado, nos surpreendeu. E eles se prontificaram a fazer o mesmo serviço que esses brasileiros de menor grau de escolaridade se dispunham a fazer.”** (Empregador 4, dono de uma empresa do Comércio Varejista.)

De fato, a literatura aponta que a inserção dos profissionais imigrantes no país receptor dificilmente acontece na sua área de formação e experiência profissional, muitas vezes ocupando cargos operacionais (Cardoso & Cabreira, 2017). Popescu (2008) também afirma que um dos maiores problemas enfrentados pelos imigrantes do país de acolhimento é a subutilização das suas competências e qualificações. O discurso a seguir ratifica essa percepção: **“[...] são pessoas que realmente querem trabalhar, muitos tinham até faculdade lá no Haiti. Você vê que tinha até uma formação e realmente estavam pegando serviço bem inferior até à própria formação deles.”** (Empregadora 10, Analista de Recrutamento e Seleção de uma empresa da Indústria Alimentícia). Nessa mesma perspectiva, a Empregadora 2 afirma:

Igual, **eu tinha lá, pessoas com grau superior**, eu tinha pessoas tanto da operação quanto da área de gestão, **mas eles estavam dispostos a qualquer trabalho. [...] Eles estão na operação. [...] Tinha tudo que você imaginar, tinha até um delegado lá. Tinha um cara que era delegado** (Empregadora 2, Gerente de RH de uma empresa da Indústria Moveleira).

Pode-se constatar que os trabalhadores imigrantes referidos por estes empregadores são da Venezuela e do Haiti, países que fazem parte do bloco “Terceiro Mundo”, composto por Estados africanos, sul-americanos e asiáticos. Será que esses trabalhadores, ao invés de venezuelanos e haitianos, fossem brancos do “mundo civilizado” (europeus ou estadunidenses), essa representação seria a mesma? A resposta a essa pergunta é fornecida por Villen (2015), ao afirmar que “as portas para o trabalho estão fechadas para o polo dos imigrantes em condição economicamente vulnerável, na maior parte provenientes de países periféricos” (Villen, 2015, p. 137). Além da questão da classe, pode-se supor que o preconceito de cor também esteja presente nessas representações, embora dissimuladas em um discurso étnico: “os venezuelanos”, “os haitianos”.

É importante observar que a representação de que os trabalhadores imigrantes são vulneráveis e se sujeitam a qualquer tipo de trabalho geralmente leva os empregadores a ofertarem empregos com menor *status* social, ritmos pesados, más condições de trabalho e baixa remuneração, como construção civil ou os serviços de limpeza, como indica a literatura (Cavalcanti *et al.*, 2018; Silva & Lima, 2017). A oferta destes empregos permite, muitas vezes, responder às necessidades de trabalhadores nestes setores, substituindo, por vezes, a população nacional, como afirma este empregador: “Há algum tempo atrás, naquela época dos haitianos, **eu resolvi pegar mão de obra dos haitianos, porque aqui a gente tinha uma deficiência muito grande de mão de obra [...]**” (Empregador 5, dono de uma empresa da Construção Civil). Nessa mesma perspectiva, outros empregadores afirmam:

Meu irmão tinha uma empresa, eu também sempre tive uma, e aí ele falou comigo: “olha vou pra Rio Branco, pego o voo aqui e mando vir um ônibus pra gente.”. Aí veio quarenta (40) haitianos na época, do dia pra noite. **Estava gravíssima a crise, nós não tínhamos mão de obra pra atender os pedidos contratados**, de tão sério que foi esse momento da economia brasileira, talvez isso nunca aconteceu antes, aí nós trouxemos a contragosto (Empregador 7, dono de uma empresa da Indústria de Componentes Para Calçados).

Foi... duas coisas, assim, que me motivaram. Uma pela qualificação do pessoal daqui, porque a minha área de serviços a gente pega um pessoal bem base, assim, então não é uma mão de obra, digamos assim, qualificada, de uma questão de curso técnico, de curso superior, enfim, é bem a base da pirâmide. E, muitas vezes, **a gente tá tendo dificuldade do pessoal daqui ter uma postura de um pouquinho mais de compromisso, então a gente tava tendo muita rotatividade, muito giro dentro da empresa, de pessoas que entravam e ficaram 4, 5, 6 meses e acabavam ou saindo... enfim, de fato era uma rotatividade muito grande.** E veio a curiosidade de ter a experiência com esse pessoal haitiano [...] (Empregador 9, dono de uma empresa de Conservação e Limpeza)

[...] quando você abria a vaga, **mesmo que você tentasse priorizar a contratação de brasileiros, eles não estavam dispostos ou eles estavam muito seletos:** “ah, nesse setor eu não

trabalho”, “isso eu não carrego”, “isso eu não faço”. Olha, a oportunidade está lá e aí você oferece as mesmas oportunidades pra um imigrante e ele, até pra se sustentar e sustentar a família que ficou lá, tem essa condição. Então assim, eles queriam trabalhar e nós precisávamos de trabalhador. (Empregador 11, Gerente Geral de uma empresa Atacadista)

Deve-se frisar, porém, os desafios enfrentados pelos trabalhadores imigrantes em relação à dificuldade de revalidação dos títulos acadêmicos conquistados no país de origem, fato que contribui ainda mais com marginalização destes indivíduos (Gomes & Pereira, 2015). Embora essa seja uma dificuldade que de fato existe, ela não foi mencionada no discurso dos empregadores como justificativa para o fato de as competências dos trabalhadores imigrantes estarem sendo subutilizadas. Portanto, pode-se depreender que não seja este o motivo, e sim o fato de os próprios empregadores não reconhecerem ou não valorizarem os trabalhadores imigrantes.

Além da falta de trabalhadores relatada pelos empregadores acima, Gomes e Pereira (2015) afirmam que a opção da contratação de imigrantes é uma alternativa barata frente ao alto custo da força de trabalho do trabalhador brasileiro. De fato, Silva e Lima (2017) afirmam que, na maioria dos casos, os imigrantes acabam ocupando empregos que os brasileiros não têm interesse e que exigem pouca escolaridade, o que também se pode perceber pelos discursos acima. Desse modo, Marinucci (2017, p. 07) afirma que “o trabalho, em muitos casos, deixou de ser um valioso instrumento de incorporação nas sociedades de chegada para se tornar um vetor de discriminação e exclusão social. Um verdadeiro muro para além dos muros das fronteiras.”.

No discurso dos empregadores acima é importante analisar a expressão “**pegar mão de obra dos haitianos**” (Empregador 5, dono de uma empresa da Construção Civil). Essa expressão denota uma forte noção de propriedade e de posse sobre os trabalhadores imigrantes, reduzindo-os à condição de “uma coisa que tem proprietário” (Nunes, 2006, p. 90). Outro empregador revela mais explicitamente essa representação ao afirmar: “o primeiro ônibus que veio pra Belo Horizonte foi o nosso, então **os primeiros haitianos que pisaram aqui foram os nossos.**” (Empregador 7, dono de uma empresa da Indústria de Componentes para Calçados). Pode-se constatar nesses discursos a persistência de uma representação herdada do regime de escravidão do Brasil colonial e imperial em relação aos negros africanos (Barbosa, 2003; Blackburn, 2016; Nunes, 2006)

Em um exemplo, um empregador demonstrou “decepção” devido ao fato de um imigrante haitiano, que trabalhava como ajudante de pedreiro, ter requerido mudança de função

e aumento salarial, em decorrência da disparidade em relação à sua qualificação e experiência prévia:

E trabalhou só três meses. **Depois de três meses ele veio: ‘ah, porque eu falo duas línguas, eu sei vender bem, eu acho que eu poderia ser isso, eu queria aumento de salário’. Então eu fiquei meio decepcionado, porque quando contratou ele falou que podia ser qualquer coisa, pelo menos na minha área, né.** (Empregador 5, dono de uma empresa da Construção Civil)

Este mesmo empregador ainda mencionou, em tom de desaprovação, o fato de os imigrantes serem “muito qualificados”. Neste sentido ele afirma: **“Eu acho que as pessoas, elas vem muito qualificadas e, pelo menos, né, essa parte de mão de obra direta pra construção que é pedreiro, o cara tem que pegar peso, esse tipo de coisa, não querem muito trabalhar”** (Empregador 5, dono de uma empresa da Construção Civil).

Em síntese, percebe-se que os empregadores representam os trabalhadores imigrantes como pessoas vulneráveis que se sujeitam a qualquer tipo de trabalho. Essa representação aumenta ainda mais as condições de vulnerabilidade enfrentadas por esses indivíduos, visto que os sujeita a condições laborais mais precárias e de baixa remuneração. É importante frisar que, além da situação de exploração que os trabalhadores imigrantes enfrentam e os baixos salários que recebem, eles ainda possuem altos gastos com transporte, aluguel, alimentação, dentre outros, o que comprime ainda mais a remuneração (Gomes & Pereira, 2015). Além disso, o horizonte de ascensão social é interditado pelas ínfimas possibilidades de se mover na estrutura hierárquica de trabalho em que estão inseridos. Apenas um empregador relatou um caso em que um imigrante que foi promovido na empresa em que trabalhava:

Um dos conferentes, por exemplo, é um dos que fazia engenharia, estava no sexto período de engenharia no Haiti. Ele era carregador, nós o classificamos, e ele é extremamente bom com matemática, porque conferente eu preciso que conte, que fique atento a todas essas movimentações, o que que transformou, pegou 50 sacos transformou pra 30 caixas e quanto isso dá de quebra, ele é excepcional. (Empregador 11, Gerente Geral de uma empresa Atacadista)

O Brasil ratificou a Convenção nº 97 da OIT que trata dos trabalhadores imigrantes, a qual afirma, dentre outras questões:

[a não] discriminação de nacionalidade, de raça, de religião ou de sexo, aos imigrantes que se encontrem legalmente nos limites do seu território um tratamento que não seja menos favorável que aquele que é aplicado aos seus próprios nacionais no que diz respeito às seguintes matérias: ‘a remuneração, incluídos os subsídios familiares quando esses subsídios fazem parte da remuneração, a duração do trabalho, as horas extraordinárias, os feriados pagos, as restrições a trabalho feito em casa, a idade de admissão ao trabalho, a aprendizagem e a formação profissional e o trabalho das mulheres e adolescentes. (BRASIL, 1966)

Mas, não obstante a legislação do Brasil reconheça a igualdade de direitos laborais entre imigrantes e nacionais, com frequência o que se percebe claramente é uma maior vulnerabilidade laboral dos primeiros. (Marinucci, 2017)

Também foi possível observar que os imigrantes foram representados como trabalhadores destinados a realizar “**trabalhos mais básicos**” (Empregador 4, dono de uma empresa do Comércio Varejista), reforçando, assim, a tendência à abertura desses segmentos do mercado de trabalho a trabalhadores imigrantes, sem distinção quanto a sua experiência e formação. É importante ressaltar que essa representação dá origem a uma progressiva racialização de determinados segmentos do mercado de trabalho, ou seja, a inserção de trabalhadores imigrantes em um sistema de trabalho hierarquicamente organizado, que os diferencia e os explora exclusivamente com base em sua condição de imigrante (Marinucci, 2017; Sanchez & Romero, 2010; Sáenz & Douglas, 2015; Silva, 2005; Villen, 2015). É o que Marinucci (2017, p. 09) denomina “empregos de imigrantes”. De fato, é o que demonstra a fala do Empregador 4:

Agora, nesse momento, tão chegando aí... o empresário está absorvendo, de uma certa forma, de acordo com sua necessidade e de acordo com o que ele tem pra oferecer, é. **Dependendo do nicho de trabalho, talvez esses venezuelanos não se enquadram, mas pra questões mais básicas, de trabalhos mais básicos, como é o nosso, que depende muito ainda na questão braçal, eles se enquadram muito bem**, pois já veem com o nível intelectual avançado, pra pegar aquilo que a gente não tá acostumado ver como resposta. (Empregador 4, dono de uma empresa do Comércio Varejista)

O discurso deste empregador revela uma contradição: ao mesmo tempo em que afirma que os venezuelanos se “enquadram” em “trabalhos mais básicos”, também afirma que eles possuem um “nível intelectual avançado”. Talvez a representação de que os imigrantes são para “trabalhos mais básicos” seja tão pungente que os empregadores não conseguem se desvencilhar dela mesmo diante da constatação de que, de fato, os trabalhadores imigrantes possuem uma formação superior em relação aos brasileiros.

Outra representação percebida nos discursos dos empregadores é de que os trabalhadores imigrantes são para “**mão de obra mais pesada**”:

Analisando o profissional, **eu acho que é uma saída pra quem trabalha pra essa mão de obra mais pesada**. [...] Então, eu preciso de contratar um profissional pra fazer um serviço pesado, manufaturado, ele não quer fazer esse trabalho. Então os haitianos ainda querem. Eles não têm essa cultura da qualidade de vida como excelência, eles nem... academia? Não. Ah, não. Eles querem ter dinheiro e poder de compra. Então eles querem comprar, querem receber bem, ir no

shopping e comprar roupa, tirar uma foto e mandar lá para o Haiti. **Eles querem isso, mas a qualidade de vida no ambiente de trabalho eles não ligam pra isso. Então isso é bom.** (Empregador 7, dono de uma empresa da Indústria de Componentes para Calçados)

Percebe-se claramente no trecho acima características do preconceito relacionadas ao “novo racismo”, que é atrelado à diferenciação cultural entre os povos. Ao afirmar que os trabalhadores imigrantes “não têm essa cultura da qualidade de vida como excelência”, este empregador presume uma inferioridade cultural desse grupo de imigrante. Por supostamente possuir uma cultura inferior, o empregador acredita que este grupo de imigrante é mais adaptado ao exercício de “um serviço pesado, manufaturado”, em contraposição aos trabalhadores brasileiros. A cultura, dessa forma, foi construída como uma qualidade coletiva imutável (Hanson-Easey & Augoustinos, 2010), análogo à “raça”. Mas, neste caso, a cultura é que passa a justificar e determinar o exercício e a condição de trabalho dos haitianos, e não uma suposta característica fenotípica, como afirmam os empregadores abaixo.

Em outros relatos em que é possível constatar algumas formas de preconceito e discriminação atreladas às características do “velho racismo”, cujos elementos organizadores centrais do discurso racista são as características biológicas. No entanto, os empregadores citam determinadas características supostamente biológicas dos trabalhadores haitianos sem recorrer a julgamentos e distinções sobre a cor de pele. Nota-se, portanto, que as características do “novo” e do “velho” racismo coexistem lado a lado e estão interligadas. Este achado de pesquisa vai ao encontro da literatura (Dunn *et al.*, 2007; Hopkins *et al.*; 1997; Jayasuriya, 2002; Sniderman & Tetlock, 1986; Virtanen & Huddy, 1998; Zaman, 2010). Nos exemplos abaixo, os empregadores justificaram a contratação de trabalhadores haitianos devido a uma suposta força física:

Ah, digamos... as empresas, igual eu vejo lá no Centro de Abastecimento, com os haitianos, absorveu bem, **porque eles vieram com uma massa de força, massa física, e exercendo força física bem forte, e sobrepôs os brasileiros, né, digamos assim, biologicamente, eles são fortes.** Não quero comparar com a época da escravidão, nem nada, por serem mais negros, nem nada. Mas, eu vi que eles **absorveram mais nessa questão muito braçal, de força, é...** e tudo mais. Agora os venezuelanos estão chegando com, além da disposição, mas não pra força, mas uma disposição intelectual. (Empregador 4, dono de uma empresa do Comércio Varejista)

Na verdade, há alguns anos atrás a mão de obra estava mais escassa, então nós tínhamos, dentro do nosso contexto de trabalho, vira e mexe a gente estava precisando de profissional e não tinha. Há seis anos atrás o mercado em si tava diferente, então nós tínhamos menos mão de obra disponíveis, principalmente porque o mercado estava muito aquecido há seis anos atrás. E aí surgiu a oportunidade e nós começamos a testar. Era uma mão de obra que a pessoa estava legal, estava até com passaporte, autorização de trabalho, então nós passamos a experimentar, **até porque o biotipo deles chamava a nossa atenção por causa da aparente força, por causa**

da aparente estrutura, e como o nosso trabalho é muita movimentação de peso e transporte de carga, nós resolvemos alinhar sobre isso. (Empregador 11, Gerente Geral de uma empresa Atacadista)

Por meio das suas falas, percebe-se claramente a representação de que este grupo de imigrante possui uma suposta força física superior determinada pela biologia e que, por este motivo, foram contratados para exercer trabalhos pesados e de baixa qualificação, como o transporte de mercadorias. Assim, com base nessa representação, os empregadores supracitados justificam a suas atitudes discriminatórias nos ambientes de trabalho. Com isso, estes empregadores reiteram estereótipos psicológicos e biológicos que inferiorizam os imigrantes haitianos e os reduzem a uma suposta força física, desconsiderando completamente as suas capacidades intelectuais, formações acadêmicas, habilidades e experiências de trabalho.

Percebe-se aqui que o preconceito é expresso por meio de expressões racistas codificadas em termos dissimulados. Deste modo, o racismo se manifesta sem que seja necessário recorrer a distinções e julgamentos sobre a cor da pele como determinante explícito da discriminação, uma característica marcante do “novo racismo”, como aponta a literatura (Actis, Prada, & Pereda, 1995; Anthias, 1995; Beynon & Kushnick, 2003; Cabecinhas, 2007; 2008; Dunn *et al.*, 2004; Dunn *et al.*, 2007; Goldberg, 1992; Leach, 2005; Lentin, 2000; Pon, 2009; Van Dijk, 2000b).

Não é mais aceitável afirmar publicamente que os negros possuem uma força física superior aos brancos ou que são menos inteligentes, por isso o discurso racial dá lugar a um discurso étnico, por meio da designação nacional (“os haitianos”). Porém, estes dois discursos (racial e étnico) possuem o mesmo ponto em comum: o processo de naturalização da diferença (Cabecinhas, 2007). Ainda é importante observar que, embora tais empregadores busquem dissimular o racismo presente em seus discursos, estas mesmas representações existiam na sociedade colonial e na cultura imperialista em relação aos negros, a quem eram destinados trabalhos de caráter braçal e sem qualificação (Villen, 2015). Ou seja, as representações sobre a aparência física deste grupo de imigrantes não possuem suporte biológico e a-histórico, são resultado de ideologias pertencentes a determinado período histórico (leia-se a escravidão), em que certas características físicas marcavam a diferença entre os povos (Cabecinhas, 2007)

Quando o Empregador 4 (dono de uma empresa do Comércio Varejista) afirma que os haitianos “**absorveram mais nessa questão muito braçal, de força**” e que “**os venezuelanos estão chegando com, além da disposição [...] pra força, mas uma disposição intelectual**”, percebe-se claramente uma hierarquização em função da cor, um dado também encontrado por Cabecinhas (2007). Em sua pesquisa, realizada na sociedade portuguesa, Cabecinhas (2007)

sugere que, aos brancos foi atribuída uma posição superior aos negros, ocupando os mestiços uma posição intermediária. Essa representação hierarquizada demonstra, mais uma vez, o peso dos aspectos históricos e ideológicos na percepção dos grupos sociais.

Além disso, nota-se um discurso de negação do racismo por parte deste mesmo empregador, quando ele afirma: **“Não quero comparar com a época da escravidão, nem nada, por serem mais negros [...]. Mas, eu vi que eles absorveram mais nessa questão muito braçal, de força [...]**”. De acordo com pesquisadores como Van Dijk (1992) e Hanson-Easey e Augoustinos (2010), a negação é uma das propriedades cruciais do racismo contemporâneo. Neste exemplo, a princípio o empregador evidencia uma tentativa de esconder ou negar a sua atitude discriminatória em relação aos trabalhadores do Haiti para, em seguida, evidenciar um discurso flagrantemente racista. Isso evidencia que este empregador está ciente do fato de que o seu discurso poderia ser compreendido em termos de ultraje às normas sociais de tolerância ou aceitação, portanto quis evitar uma impressão negativa (Cabecinhas, 2007; Hanson-Easey & Augoustinos, 2010; Van Dijk, 1992).

Por fim, é notável nas falas dos empregadores a frequência como utilizam dispositivos de afiliação por nacionalidade, por exemplo, “haitianos” e “venezuelanos”, o que, segundo Van Dijk (2000a), indica uma ideologia racista. Este tipo de afiliação pressupõe uma representação estereotipada, em que os “haitianos” e os “venezuelanos” são organizados como parte de um coletivo homogeneizado, com disposições físicas, intelectuais, morais e culturais intrínsecas, imutáveis e muito marcadas, que os descreve, qualifica, desqualifica ou subordina, como destaca Ianni (2004b).

Ou seja, não se trata de uma representação estritamente étnica, mas ética racial, uma vez que “estes grupos de pessoas são sistematicamente referidos e construídos como um grupo unânime, com todos os membros compartilhando características semelhantes, intenções, motivações e *status* econômico”, como observam KhosraviNik *et al.* (2012, p. 289). Ademais, deve-se considerar que, embora estes empregadores tenham estabelecido uma relação com os trabalhadores, por vezes duradoura, eles apenas os diferenciam por sua nacionalidade, desconsiderando ou suprimindo as suas particularidades pessoais e subjetivas.

De acordo com Hanson-Easey e Augoustinos (2010), a implicação inferencial desta categorização é a culpa e a responsabilidade destes grupos sociais pelas condições de trabalho em que estão inseridos. Afinal, é a suposta “força física” ou a “baixa inteligência” (pelo menos em relação aos venezuelanos, como afirmou o Empregador 4) dos haitianos é que determina o exercício de trabalhos básicos e pesados. Deste modo, as questões sociais, políticas e históricas

essenciais para compreender tais condições são, por esta lógica, suplantadas por qualidades essencialmente biológicas e, portanto, inatas e imutáveis.

Segundo Sivanandan (2001, p.1), “o racismo sempre foi um instrumento de discriminação. E discriminação tem sido sempre uma ferramenta de exploração [...] o racismo, em suma, é condicionado por imperativos econômicos”. De fato, é possível perceber que a representação ideológica racista dos empregadores fornece justificativas para a exploração dos trabalhadores imigrantes. Em outras palavras, a forma como os empregadores representam os trabalhadores imigrantes serve como base para justificar as mais diversas formas de discriminação e exploração, a fim de legitimar os seus próprios privilégios, como observaram Tilbury e Colic-Peisker (2006). Conclui-se, então, que é deste modo que tais representações figuram na realidade prática do mercado de trabalho.

Alguns empregadores também expressaram em seus discursos diversas problematizações acerca da entrada de imigrantes nos países receptores, outra característica da ideologia racista apontada por Van Dijk (2000a). Esses discursos, que produzem uma representação negativa dos imigrantes como fonte de diversos tipos de problemas, vai ao encontro da literatura (KhosraviniK, 2010; KhosraviNik, Wodak & Krzyzanowsky, 2012). No discurso dos empregadores, em geral, tais problemas foram articulados em torno de dois eixos centrais: ameaça (à identidade cultural, aos valores da comunidade, violência e disseminação de doenças) e carga econômica.

Verkuyten (2003) afirma que o essencialismo cultural é baseado em representações de diferenças culturais incompatíveis, que necessariamente levam a um conflito. Por meio desse pressuposto, os empregadores entrevistados acreditam que as diferenças culturais constituem uma ameaça para a identidade dos brasileiros, já que supostamente acarretam em mudanças definitivas e fundamentais. Além disso, nestes discursos, o direito à “diferença cultural” é negado aos imigrantes (Taguieff, 1990). O primeiro exemplo vem de um empregador que afirma que: “[...] se começar a colocar só imigrante, imigrante, imigrante, vão ser criados bairros de imigrantes, não que eles não possam, né. **Mas começa a alterar a cultura do país, começa a alterar mesmo.**” (Empregador 3, Síndico Condominial)

Em um segundo exemplo é possível constatar que os imigrantes supostamente possuem uma inferioridade cultural (Anthias, 1995; Duffield, 2006; Siebers & Dennissen, 2015), uma vez que são desprovidos de “valores familiares”. Em decorrência dessa representação, para este empregador, é inaceitável que os seus membros familiares tenham qualquer semelhança com as características culturais relacionadas aos grupos dos imigrantes em geral. Para fundamentar

sua afirmação, este empregador recorreu ao exemplo do *Brexit*, que determinou a saída do Reino Unido da União Europeia:

[...] **Culturalmente, pessoalmente, eu acredito que é desgastante pra aquelas pessoas que preservam valores familiares, valores e observações mais ali da cozinha.** Igual aconteceu na Inglaterra, a maior causa dessa separação da Inglaterra, que tá que separa, não separa, é exatamente essa observação de olhar pra você e falar assim: “não, não quero ser igual àquele povo. Eu não quero, daqui a pouco eles vão chegar aqui e ser prefeitos, governadores, deputados, daqui meu neto vai ter que ser igual a eles.”. (Empregador 7, dono de uma empresa da Indústria de Componentes para Calçados)

Discursos que envolvem rejeição cultural a grupos étnicos específicos ou em geral, frequentemente assumem uma avaliação positiva e preferência para o próprio grupo (Van Dijk, 2000a; Verkuyten & Masson, 1995), uma estratégia adotada pelo empregador supracitado. Por meio destes exemplos, percebe-se claramente atitudes do “novo racismo”, cujos elementos organizadores centrais do discurso se entrelaçam fortemente com as ideias de nação e identidade nacional (Anthias, 1995; Jayasuriya, 2002). Em síntese, por meio destes discursos, os imigrantes são diferenciados, segregados e excluídos devido às suas características culturais (Beynon & Kushnick, 2003; Taguieff, 1990), compreendidas não “como algo fluido e dinâmico, mas como algo fixo” (Cabecinhas, 2008, p. 171).

Entretanto, o discurso de que os trabalhadores imigrantes supostamente possuem uma inferioridade cultural e constituem uma ameaça para a cultura local não foi hegemônico. Duas empregadoras representaram a presença de trabalhadores imigrantes em termos de riqueza e troca de conhecimento e experiências:

[...] **tem uma mistura de cultura, isso é muito bom, porque é bom você conhecer outras culturas.** Gente, eu adoro uma comida japonesa, uma comida árabe, né. Então, assim, roupas árabes, [...] uma saia árabe é muito bonita, uma saia indiana, né, a gente gosta. A gente gosta até da dança deles. Então, **pra quem acolhe e sabe aproveitar a cultura é muito bom, é muito bom.** São Paulo, por exemplo, acolheu os japoneses. Nós temos um bairro maravilhoso que é a Liberdade, sabe. Quando você entra na Liberdade, você desce do metrô, você se sente no Japão. Até os postes, a cor, elas são japoneses. São aquelas luminárias bonitinhas, fofa, a gente vive como se estivesse no Japão naquele bairro. (Empregadora 1, dona de uma Casa de Repouso)

[...] **pro meu contexto eu acho que é mais a experiencia de troca.** Eu acho que, quando eu penso em alguém que vem de uma cultura diferente, com uma visão de mundo diferente, eu acho que é pra empresa uma questão de troca, assim. Acho que, é o que eu falei, dá essa movimentada no ambiente, as pessoas ficam inquietas, ficam curiosas, então enriquece bastante, porque você conhece o diferente de uma maneira mais próxima, né? Então eu penso na imigração como uma experiencia de troca mesmo, que é uma via de mão dupla, né: pra quem vem, pela experiencia, tanto para quem contrata. **Essa troca aí enriquece o ambiente.** (Empregadora 8, Gerente de RH de uma empresa de Tecnologia da Informação)

Os empregadores também problematizam a presença dos imigrantes no Brasil em termos de criminalidade, uma representação discursiva vastamente apontada na literatura em diversos países, como EUA (Santa Ana, 1999), Reino Unido (Lynn & Lea, 2003; Gabrielatos & Baker, 2008; KhosraviNik, 2009, 2010; KhosraviNik, Wodak & Krzyzanowsky, 2012), Austrália (Clyne, 2015; Hanson-Easey & Augoustinos, 2010; Teo, 2000), Hong Kong (Flowerdew, Li & Tran, 2002), Irlanda (Burroughs, 2015) e Malásia (Don & Lee, 2014). Como exemplo, destacam-se os discursos a seguir:

Então, é complicado essa questão de... os impactos, você tem o impacto positivo, e eu diria que hoje, infelizmente, não são muitos, né. Você tem mais... **uma quantidade grande de pessoas que acaba caindo aí na sobrevivência, na marginalidade, não conseguem prosperar, não conseguem nada.** Então eu não vejo... infelizmente não vejo de uma maneira positiva esse impacto. (Empregador 6, Gerente de uma empresa da Construção Civil)

Você não sabe se ele tem uma raiz violenta, se vai gerar um problema interno dentro da empresa, de briga, coisas do tipo. Isso é perigoso, isso não é bom. Então isso gera ansiedade, você não sabe a raiz exata deles, como é. E tem pessoas que não têm boa índole e vieram. Talvez já assassinaram um ou dois lá e veio aí, pra fugir do país. (Empregador 7, dono de uma empresa da Indústria de Componentes para Calçados)

Percebe-se que estes empregadores se referem ao crime e à violência como se fossem um problema exclusivamente relacionado aos imigrantes em geral, e não como um problema social mais amplo. Este quadro discursivo, certamente não corresponde à imagem completa dos trabalhadores imigrantes, visto que dois empregadores mencionaram aspectos positivos, citando o caso de dois trabalhadores imigrantes bem-sucedidos ou altamente educados. Um exemplo vem da Empregadora 1 (dona de uma Casa de Repouso): “então essas pessoas que acabou sendo contratadas por mim, elas faziam um serviço inicialmente de cuidados gerais com os idosos e, posteriormente, eu tenho até o relato de uma funcionária minha que hoje é enfermeira.”

O segundo exemplo vem do Empregador 6. Ele cita o caso de um trabalhador imigrante da Angola, que fez faculdade no Brasil, obteve diploma como engenheiro e hoje ocupa um cargo de supervisor em uma grande empresa da Construção Civil. No entanto, é interessante observar que este empregador acredita se tratar de um caso pontual e improvável:

[...] eu enxergo o Romi²⁰, especificamente, diferenciado, né, no meu ponto de vista, em relação ao que se tem de mão de obra imigrante. O que a gente tem é uma grande quantidade de pessoas que tem uma condição muito inferior no seu país de origem e elas vem buscar alguma sobrevivência. Então, muitas vezes, veem sem a família, vem numa condição bem degradada,

²⁰ Nome fictício.

uma condição muito complicada. No caso dele, eu não sei exatamente do histórico, eu acho que ele veio mais por uma questão familiar e aí ele conseguiu por mérito próprio, né, galgar [...]. Então, trabalhar com ele é muito fácil, mas eu não consigo ver, **ele é um pouco diferente dentro desse contexto de imigrante. Eu vejo ele como a pessoa que sobressaiu.** (Empregador 6, Gerente de uma empresa da Construção Civil)

É válido observar que, nos dois casos citados, os trabalhadores imigrantes obtiveram os seus diplomas no Brasil. De acordo com Vilela (2008) este é um fator muito importante, assim como a média de estudo no país anfitrião, já que pesquisas demonstram que imigrantes que estudaram no Brasil possuem maiores rendimentos e empregabilidade.

Os trabalhadores imigrantes também foram representados como uma ameaça em termos de doenças, uma representação amplamente apontada na literatura. Diversos autores relatam representações estereotipadas de diversos grupos de imigrantes como uma ameaça à saúde pública (Anderson, 2012; Fouron, 2013; Green *et al.*, 2010; Park & Kemp, 2006; Reitmanova *et al.*, 2015; Sacramento & Machado, 2015). No exemplo abaixo, o empregador estabelece uma associação direta entre os haitianos e doenças sexualmente transmissíveis, como HIV e sífilis.

[...] **muitos vêm doentes, você tem que ajudar no tratamento de muitos. Eu tive uns que vieram com AIDS, sexualmente transmissível, e eles têm mesmo.** Então os postos ficaram cheios, os postos de saúde aqui em volta, e às vezes você tem que acompanhar pra ajudar, porque eles não sabem falar a língua, não sabem falar nada. Então você faz um trabalho humanitário, você tem que contribuir pra essa área, você já tem que pensar que vem mesmo, vem mesmo. Então, doença, uma das coisas. [...] **Em um primeiro momento, a questão da disseminação de doenças que eram erradicadas, isso sem sombra de dúvidas. Nos postos de saúde, muitas doenças como sífilis, que praticamente não aparecia caso, começou a aparecer um atrás do outro nessa região perto do Centro de Abastecimento, onde concentra os haitianos, muito.** (Empregador 7, dono de uma empresa da Indústria de Componentes para Calçados)

De acordo com Green *et al.* (2010) e Anderson (2012), a associação entre imigrantes e doença é uma história antiga. Os autores afirmam que os imigrantes são vistos como os mais prováveis de engajar-se em práticas não familiares da cultura dominante e que, portanto, costumam ser representados como mais propensos a doenças supostamente associadas a hábitos intransigentes da vida, como sexo, prostituição, alcoolismo ou falta de higiene. Ou seja, nesta representação, há uma relação causal entre hábitos, estilos de vida e valores morais dos imigrantes e problemas de saúde associados a eles (Park & Kemp, 2006; Reitmanova *et al.*, 2015).

Os empregadores que abordaram a problematização dos trabalhadores imigrantes em torno do eixo carga econômica justificaram os seus discursos em termos da distribuição e utilização dos recursos econômicos do país (Van Dijk, 2000a). Essa representação também foi

encontrada por KhosraviniK (2010) e KhosraviNik *et al.* (2012). Nesse caso, o discurso adota uma postura de prioridade em relação a empregos, educação, cuidados de saúde etc. à população nacional (Rydgren, 2008), como apontam os exemplos a seguir:

[...] **se você começa a enfiar gente aqui dentro, que tá procurando emprego, está em dificuldade, sendo que dentro do próprio país você tem milhões de pessoas que tem a mesma situação, então fica complicado.** É complicado, mas o país igual o Brasil, tem muita gente que precisa de trabalho e entra mais gente precisando? Então vai complicando, piorando a situação mais ainda. (Empregador 3, Síndico Condominial)

[...] muitas vezes, essas pessoas vêm numa situação... ninguém sai do seu país gratuitamente, né. Geralmente o pessoal sai em uma situação muito crítica, e esse acolhimento, essa preparação, **essa adequação dessas pessoas à realidade do seu país, ela custa caro, e isso é complicado.** É um custo que o nosso país... é um país que não tem estrutura, que não tem faturamento suficiente pra gerir tudo isso. (Empregador 6, Gerente de uma empresa da Construção Civil)

Pra saúde, um peso no INSS enorme pra questões de doenças. Tratamento de doenças, igual AIDS, muitos, os são remédios caríssimos e, como a saúde é para todos, não é... é diferente dos Estados Unidos, que quem tá trabalhando tá pagando o seguro, aqui é para todos. No Brasil vai criar um impacto, inclusive, muito maior. **Então, a questão da saúde é seríssima, [...] aliás, não só a saúde, todas as ofertas públicas de serviços gratuitos são sobrecarregados, num primeiro momento, sem o devido retorno.** (Empregador 7, dono de uma empresa da Indústria de Componentes para Calçados)

[...] se você parar pra pensar, às vezes eu fico assim: **'pôxa, às vezes o país tem investido tanto em ajudar os estrangeiros, e porque realmente não poderia olhar mais pra educação, olhar mais pra saúde'**, sabe? (Empregadora 10, Analista de Recrutamento e Seleção de uma empresa da Indústria Alimentícia)

Como já foi visto, muitos dos trabalhadores imigrantes são sobre-qualificados para os empregos que ocupam e, portanto, contribuem para elevar a produção econômica do Brasil. Assim, contribuem para a reativação da economia e, portanto, para a própria geração de emprego, como ressalta Vilela (2008). Ou seja, a presença dos trabalhadores imigrantes é benéfica a partir do ponto de vista do desempenho da economia, mas esses empregadores ocultaram este fato em seus discursos e apenas ressaltaram os custos econômicos advindos da imigração.

Os empregadores também representaram os trabalhadores imigrantes como uma carga econômica que contribui para a redução salarial. É interessante observar que, geralmente, os próprios empregadores é quem detêm maior poder na negociação salarial, adotando a prática da oferta de menores salários em benefício próprio, embora não reconheçam (ou não expressem) o seu papel nessa dinâmica. Nesse sentido, os empregadores se referem à questão da redução

salarial exclusivamente como uma consequência da disposição dos trabalhadores imigrantes em aceitar salários menores em comparação com os brasileiros:

[...] pergunta aqui qual impacto você acredita que a imigração traz para o país de acolhimento: **ela pode reduzir a mão de obra salarial, porque os caras vão aceitar ganhar menos**, então isso é ruim pra um projeto de plano de cargos e salários, por exemplo. “Ah, você não quer esse salário, mas eu tenho um imigrante que quer.”. (Empregadora 2, Gerente de RH de uma empresa da Indústria Moveleira)

O Centro de Abastecimento mandou muitos brasileiros [embora] e deixou haitianos. O que que aconteceu: as condições de trabalho são as mesmas que os brasileiros, só que **eles ajudam a abaixar a inflação da mão de obra na Central de Abastecimento de Minas Gerais**. Há seis anos atrás era 150 reais um dia de uma pessoa informal carregando caixa, hoje tá 80, os haitianos ofertando mais foi abaixando o preço. (Empregador 7, dono de uma empresa da Indústria de Componentes para Calçados)

Em síntese, o discurso dos empregadores revela a representação de que os trabalhadores imigrantes são uma ameaça à identidade cultural, aos valores da comunidade, segurança e saúde, além de representarem uma carga econômica para o Brasil. Percebe-se, contudo, que os trabalhadores imigrantes são descritos em termos de diversas representações que problematizam a sua estadia no país receptor, mas de forma funcional como força de trabalho.

Segundo Van Dijk (2000a), a ideologia racista pode apresentar as seguintes categorias relacionadas: i) dispositivos de afiliação por cor, “raça” ou nacionalidade; ii) atividades que envolvem discursos negativos sobre minorias, discriminação, diferenciação, exclusão, inferiorização, problematização etc.; iii) objetivos de manter os grupos étnicos minoritários em posição de inferioridade ou fora do endogrupo; iv) valores que estabelecem prioridades para o próprio grupo; v) posições de superioridade e domínio sobre os outros; e vi) distribuição e utilização de recursos de território, espaço, nação ou recursos sociais. Pode-se constatar, portanto, que o discurso dos empregadores, de modo geral, contém em si todas as características da ideologia racista.

Van Dijk (2000a) também afirma que as práticas discursivas ideológicas podem atuar de duas maneiras: i) na reprodução do sistema de dominação, por meio de práticas discriminatórias; ou ii) na justificação e legitimação deste sistema. O discurso dos empregadores, de modo geral, atua das duas formas, uma vez que se apresenta como uma prática discursiva que discrimina os trabalhadores imigrantes, por meio da sua exclusão, problematização e marginalização, assim como também contribui para forjar um conjunto de crenças que legitima este sistema social marcado por fortes desigualdades.

Esse sistema possui como característica mais marcante o lugar e o papel que os trabalhadores imigrantes e os empregadores ocupam na sociedade: de subordinação e superioridade e domínio, respectivamente. Ou seja, o lugar escolhido para os trabalhadores imigrantes revela um racismo imperante, visto que, de forma geral, é restrito ao exercício de trabalhos que exigem exclusivamente esforço físico, de baixíssima remuneração e limitados à garantia da própria sobrevivência, uma condição também observada por Villen (2015).

Neste cenário, no entanto, não devem ser esquecidos os sinais de resistência, como o compromisso de muitas pessoas e ONGs que se esforçam para acolher os trabalhadores imigrantes de forma justa e igualitária. Não se pode menosprezar também a luta cotidiana dos trabalhadores imigrantes com suas estratégias de resistência e sobrevivência, que tanto contribuem para fazer emergir a questão dos princípios éticos que deveriam orientar a convivência dos seres humanos. (Villen, 2015)

8 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar as representações discursivas dos empregadores sobre os trabalhadores imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro em relação ao racismo. Para tanto, utilizou como aporte teórico a teoria da ideologia de Van Dijk (1992; 1999; 2000; 2013; 2015) para investigar o discurso racista e a perspectiva do “novo racismo” para investigar as manifestações racistas contemporâneas, que têm como principal alvo os imigrantes.

Em geral, os imigrantes são representados como trabalhadores comprometidos, frequentemente em termos de uma polarização maniqueísta em relação aos brasileiros. Essa representação, ao reforçar proposições entre estes dois grupos, estimula a diferenciação, a competição e o conflito nos espaços de trabalho. Tal polarização, a princípio, pode aparentar que a representação dos trabalhadores imigrantes é positiva enquanto a dos brasileiros é negativa. No entanto, posto que a ACD se apresenta como uma perspectiva que combina a crítica do discurso e a explicação de como o discurso figura em determinada realidade social (Fairclough, 2005e), o que se percebe, de fato, é que essa representação fornece base para justificar e legitimar a intensificação da exploração econômica dessa força de trabalho.

A representação de que os trabalhadores imigrantes são comprometidos é expressa principalmente em termos de uma subordinação passiva aos valores, regras e exigências de trabalho. Contudo, pôde-se constatar que o trabalhador imigrante, no decorrer do tempo, começa a elaborar e desenvolver a sua autoconsciência crítica e questionar as condições às quais está inserido. Em vista disso, começa a adotar comportamentos de protesto, resistência, indignação e reivindicação em resposta à superexploração do trabalho, processo referido pelos empregadores como “abrasileiramento” do comportamento.

Outra representação observada no discurso dos empregadores refere-se à condição de vulnerabilidade na qual os imigrantes se encontram no país anfitrião. De fato, é evidente que os imigrantes se deparam com diversos obstáculos e vulnerabilidades gerados pelo processo de deslocamento. Afinal, a maioria chega sem emprego, em busca de trabalho para se sustentar. Associada à representação de vulnerabilidade, os empregadores também possuem a representação de que os trabalhadores imigrantes são mais susceptíveis a acatar quaisquer exigências e demandas de trabalho. A representação de vulnerabilidade e de susceptibilidade em acatar quaisquer exigências e demandas de trabalho em função dessa condição favorece, na prática, a constituição, reprodução e legitimação de um sistema de dominação dessa força de

trabalho e o favorecimento da desigualdade social, uma vez que leva os empregadores a ofertarem empregos com menor *status* social, ritmos pesados, más condições de trabalho e baixa remuneração.

Além disso, também foi possível observar que os imigrantes foram representados como trabalhadores destinados a realizar trabalhos básicos e pesados, reforçando uma tendência à abertura desses segmentos do mercado de trabalho a trabalhadores imigrantes, sem distinção quanto a sua experiência prévia e formação no país de origem. É importante ressaltar que essas representações dão origem a uma progressiva racialização de determinados segmentos do mercado de trabalho, ou seja, a inserção de trabalhadores imigrantes em um sistema de trabalho hierarquicamente organizado, que os diferencia e os explora com base em sua condição de imigrante.

Alguns empregadores também expressaram em seus discursos representações que revelam diversas problematizações acerca da entrada de imigrantes nos países receptores, outra característica da ideologia racista apontada por Van Dijk (2000a). Esses discursos produzem uma visão dos imigrantes como fonte de diversos tipos de problemas que, em geral, foram articulados em torno de dois eixos centrais: ameaça (à identidade cultural, aos valores da comunidade, violência e disseminação de doenças) e carga econômica.

Os empregadores que problematizaram a presença dos trabalhadores imigrantes no país anfitrião em torno da ameaça à identidade cultural e aos valores da comunidade alegaram diferenças culturais incompatíveis e que, portanto, constituem uma ameaça para a identidade dos brasileiros, já que supostamente acarretam em mudanças definitivas e fundamentais; outros empregadores afirmaram que os trabalhadores imigrantes possuem uma inferioridade cultural. Ambos são discursos que envolvem rejeição cultural dos trabalhadores imigrantes. Outros empregadores representaram os trabalhadores imigrantes em termos de criminalidade e doença, representações discursivas vastamente apontadas na literatura e que também contribuem para a marginalização destes grupos sociais.

Por fim, os empregadores que abordaram a problematização dos trabalhadores imigrantes em torno do eixo carga econômica justificaram os seus discursos em termos da distribuição e utilização dos recursos econômicos do Brasil. Essa representação também foi encontrada na literatura. No caso deste trabalho, o discurso dos empregadores adotou uma postura de prioridade em relação a empregos, educação e cuidados de saúde à população brasileira.

Em síntese, o discurso dos empregadores revela uma representação dos trabalhadores imigrantes pautada em dois polos: por um lado, são representados como uma ameaça à

identidade cultural, aos valores da comunidade, à segurança e saúde e como uma carga econômica para o Brasil; por outro, são representados de forma funcional como força de trabalho.

Essas representações discursivas e as práticas sociais que estabelecem fortalecem posições de superioridade e dominação dos empregadores em relação aos trabalhadores imigrantes, subordinando-os a determinadas práticas sociais de trabalho com o objetivo de atender aos seus próprios interesses. Além disso, tais representações envolvem discriminação, diferenciação e inferiorização dos imigrantes trabalhadores, por meio de estereótipos profundamente negativos. Por todos esses motivos, é possível afirmar, em termos gerais, que a ideologia racista é claramente expressa e reproduzida por meio do discurso dos empregadores entrevistados.

Segundo Van Dijk (2000a), a ideologia racista pode apresentar as seguintes categorias relacionadas: i) dispositivos de afiliação por cor, “raça” ou nacionalidade; ii) atividades que envolvem discursos negativos sobre minorias, discriminação, diferenciação, exclusão, inferiorização, problematização etc.; iii) objetivos de manter os grupos étnicos minoritários em posição de inferioridade ou fora do endogrupo; iv) valores que estabelecem prioridades para o próprio grupo; v) posições de superioridade e domínio sobre os outros; e vi) distribuição e utilização de recursos de território, espaço, nação ou recursos sociais. Pode-se constatar, portanto, que o discurso dos empregadores, de modo geral, contém em si todas as características da ideologia racista.

As práticas discursivas ideológicas podem atuar de duas maneiras: i) na reprodução do sistema de dominação, por meio de práticas discriminatórias; ou ii) na justificação e legitimação deste sistema (Van Dijk, 2000a). O discurso dos empregadores, de modo geral, atua das duas formas, uma vez que se apresenta como uma prática discursiva que discrimina os trabalhadores imigrantes, por meio da sua exclusão, problematização e marginalização, assim como também contribui para forjar um conjunto de crenças que legitima este sistema social marcado por fortes desigualdades.

É possível afirmar que esta dissertação traz contribuições e avança na literatura na medida em que relaciona Análise Crítica do Discurso e Imigração, ainda pouco explorada na literatura brasileira em administração. Ademais, como a maioria dos estudos em Análise Crítica do Discurso investiga os meios de comunicação de massa, este trabalho, ao investigar o discurso dos empregadores, também contribui para ampliar o escopo de análises desta abordagem teórico-metodológica.

Além disso, esta dissertação traz como contribuição um avanço epistemológico, já que a autora buscou elucidar e sistematizar conceitos e pressupostos filosóficos importantes da teoria faircloughiana, podendo, portanto, servir de modelo para outros estudos. Por fim, este estudo fornece uma reflexão sobre como as representações discursivas dos empregadores estabelecem práticas que intensificam a exploração econômica da força de trabalho imigrante e forjam práticas de dominação que favorecem a desigualdade social.

Este estudo, porém, apresenta algumas limitações. A primeira se refere ao fato de que as experiências de trabalho dos imigrantes foram exploradas apenas a partir do discurso dos seus empregadores. Assim, futuras pesquisas devem ser realizadas por meio do discurso de outros atores sociais, como colegas de trabalho e, sobretudo, por meio do discurso dos próprios trabalhadores imigrantes, uma vez que são eles os atores sociais mais apropriados para relatar as suas próprias experiências. Ademais, o fato deste trabalho não fazer distinções acerca dos refugiados, requerentes de asilo e imigrantes também se constitui como uma limitação, uma vez que a literatura aponta distinções nas representações discursivas sobre estes três grupos em questão.

Além disso, deve-se reconhecer a necessidade de que futuros estudos sobre o fenômeno migratório se enquadrem dentro de um contexto de análise interseccional, já que as experiências dos imigrantes são moldadas por diversas dimensões de identidade e estrutura social, como “raça”, classe, gênero e sexualidade. Contudo, o tempo imposto para a realização desta pesquisa não tornou possível explorar toda a complexidade que permeia a vida social do imigrante.

REFERÊNCIAS

- Abdalla, M. M., & Altaf, J. G. (2018). Análise Crítica do Discurso em Administração/Gestão: sistematização de um framework metodológico. *Revista ADM. MADE*, 22(2), 35-47.
- Abramitzky, R., & Boustan, L. (2017). Immigration in American economic history. *Journal of Economic Literature*, 55(4).
- Abric, J. C. (2001). L'approche structurale des représentations sociales: développements récents. *Psychologie et Société*, 4(2), 81-104.
- Actis, W., de Prada, M. A., & Pereda, C. (1995). “Extraños, distintos, iguales o las paradojas de la alteridad: discursos de los españoles sobre los extranjeros”. *Revista de Educación*, n. 307, Madrid, pp. 17-5.
- Adjai, C., & Lazaridis, G. (2013). Migration, xenophobia and new racism in post-apartheid South Africa. *International Journal of Social Science Studies*, 1(1), 192-205.
- Aguiar, A. R. C., & de Padua Carrieri, A. (2016). “Água de lona” e “Sangue de serragem” nos discursos de sujeitos circenses. *Organizações & Sociedade*, 23(77), 247-262.
- Al Khazraji, N. H. F. (2018). Insights into CDA: Socio-cognitive Cultural Approach. *International Journal of English Linguistics*, 8(2).
- Almeida, J., Biello, K. B., Pedraza, F., Wintner, S., & Viruell-Fuentes, E. (2016). The association between anti-immigrant policies and perceived discrimination among Latinos in the US: A multilevel analysis. *SSM-Population Health*, 2, 897-903.
- Almeida, P. S. de. (2014). Apresentação. In.: Cavalcanti, L.; Oliveira, A. T. & Tonhati, T. (Orgs.). *A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. Cadernos OBMigra, Ed. Especial*, Brasília.
- Al-Mohannadi, S. (2008). Translation and ideology. *Social Semiotics*, 18(4), 529-542.
- Anderson, Z. (2012). Borders, babies, and “good refugees”: Australian representations of “illegal” immigration, 1979. *Journal of Australian Studies*, 36(4), 499-514.
- Andrade, L., Brito, M., Brito, V., & Baeta, O. (2016). Estratégia como prática: Uma análise das práticas ambientalistas da Universidade Federal de Lavras (UFLA). *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 10(2), 02-18.
- Anthias, F. (1995). Cultural racism or racist culture? Rethinking racist exclusions. *International Journal of Human Resource Management*, 24(2), 279-301.
- Anthias, F. (2012a). Transnational mobilities, migration research and intersectionality. *Nordic Journal of Migration Research*, 2(2), 102-110.

- Anthias, F. (2012b). Hierarchies of social location, class and intersectionality: Towards a translocational frame. *International Sociology*, 28(1), 121-138.
- Anthias, F. (2013). Moving beyond the Janus face of integration and diversity discourses: Towards an intersectional framing. *The Sociological Review*, 61(2), 323-343.
- Arango, J. (2000). Explaining migration: a critical view. *International Social Science Journal*, 52(165), 283-296.
- Araújo, D. & Quintino, F. (2018). Migrantes no mercado de trabalho formal brasileiro – Análise a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). In.: Cavalcanti, L.; Oliveira, T.; Macedo, M., *Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil*. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra.
- Archakis, A. (2014). Immigrant voices in students' essay texts: Between assimilation and pride. *Discourse & Society*, 25(3), 297-314.
- Archdeacon, T. J. (1985). Problems and possibilities in the study of American immigration and ethnic history. *International Migration Review*, 19(1), 112-134.
- Armenta, A. (2017). Racializing crimmigration: structural racism, colorblindness, and the institutional production of immigrant criminality. *Sociology of Race and Ethnicity*, 3(1), 82-95.
- Armenta, A., & Alvarez, I. (2017). Policing immigrants or policing immigration? Understanding local law enforcement participation in immigration control. *Sociology Compass*, 11(2), e12453.
- Askew, R., & Bone, M. (2019). Deconstructing prohibitionist ideology: A sociocognitive approach to understand opinions on UK drug policy and the law. *International Journal of Drug Policy*, 74, 33-40.
- Augoustinos, M., & Every, D. (2007). The language of "race" and prejudice: A discourse of denial, reason, and liberal-practical politics. *Journal of Language and Social Psychology*, 26(2), 123-141.
- Augoustinos, M., Tuffin, K., & Every, D. (2005). New racism, meritocracy and individualism: Constraining affirmative action in education. *Discourse & Society*, 16(3), 315-340.
- Augustinis, V. F., Costa, A. S. M., & Barros, D. F. (2012). Uma análise crítica do discurso de educação financeira: por uma educação para além do capital. *Revista ADM. MADE*, 16(3), 79-102.
- Babacan, H., Gopalkrishnan, N., & Babacan, A. (2009). *Situating Racism: the local, national, and the global*. Cambridge Scholars Publishing.

- Baker, P., Gabrielatos, C., Khosravinik, M., Krzyżanowski, M., McEnery, T., & Wodak, R. (2008). A useful methodological synergy? Combining critical discourse analysis and corpus linguistics to examine discourses of refugees and asylum seekers in the UK press. *Discourse & Society*, 19(3), 273-306.
- Baker, P., & McEnery, T. (2005). A corpus-based approach to discourses of refugees and asylum seekers in UN and newspaper texts. *Journal of Language and Politics*, 4(2), 197-226.
- Bardin, L. (2002). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, LTDA.
- Bastia, T. (2014). Intersectionality, migration and development. *Progress in Development Studies*, 14(3), 237-248.
- Batinga, G. L. (2008). *Nas fronteiras entre o formal, o informal e o ilegal: o lado obscuro do mercado de moda fast fashion no contexto brasileiro*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Administração, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte – MG.
- Bauder, H. (2015). The international mobility of academics: A labour market perspective. *International Migration*, 53(1), 83-96.
- Barbosa, A. D. F. (2003). *A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento*. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Social e do Trabalho, Campinas.
- Barrett, J. R. (1992). Americanization from the bottom up: Immigration and the remaking of the working class in the United States, 1880-1930. *The Journal of American History*, 79(3), 996-1020.
- Bento, M. A. S. (2002). *Branqueamento e branquitude no Brasil*. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 5-58.
- Berry, J. W. (1997). Immigration, acculturation, and adaptation. *Applied Psychology*, 46(1), 5-34.
- Berry, J. W. (2001). A psychology of immigration. *Journal of Social Issues*, 57(3), 615-631.
- Beynon, H., & Kushnick, L. (2009). Cool Britannia or Cruel Britannia? Racism and New Labour. *Socialist Register*, 39(39).
- Bilge, S., & Denis, A. (2010). Introduction: Women, intersectionality and diasporas. *Journal of Intercultural Studies*, 31(1), 1-8.
- Bispo, D., & Siqueira, E. S. (2018). Análise crítica do discurso: uma abordagem teórico-metodológica para debater o campo da administração. *Caderno Profissional de Administração da UNIMEP*, 8(2), 79-94.

- Blackburn, R. (2016). Por que segunda escravidão? In.: Marquese, R., & Sales, R. (orgs.) *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 322 p.
- Blommaert, J. (2001). Investigating narrative inequality: African asylum seekers' stories in Belgium. *Discourse & Society*, 12(4), 413-449.
- Bonilla-Silva, E. (2015). More than prejudice: Restatement, reflections, and new directions in critical race theory. *Sociology of Race and Ethnicity*, 1(1), 73-87.
- Borges, J. F., & Valadão Jr, M. V. (2008). A Construção do sentido e a retórica das empresas na web. *Cadernos EBAPE. BR*, 6(1), 1-21.
- Borjas, G. J. (1989). Economic theory and international migration. *International Migration Review*, 23(3), 457-485.
- Borjas, G. J. (1994). The economics of immigration. *Journal of Economic Literature*, 32(4), 1667-1717.
- Borjas, G. J. (1995). The economic benefits from immigration. *Journal of Economic Perspectives*, 9(2), 3-22.
- Brader, T., Valentino, N. A., & Suhay, E. (2008). What triggers public opposition to immigration? Anxiety, group cues, and immigration threat. *American Journal of Political Science*, 52(4), 959-978
- BRASIL. (1966). Convenção nº 97 da OIT sobre os Trabalhadores Migrantes. Decreto nº 58.819. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58819-14-julho-1966-399434-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 05.01.2020.
- Bretas, P. F. F., & Saraiva, L. A. S. (2014). Discursos e sentidos da participação popular em um centro de saúde de Belo Horizonte. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 13(2), 203-218.
- Brettell, C. B. (2002). Migrants and Transmigrants, Borders and Identity: Anthropology and the New Immigration. *Reviews in Anthropology*, 31(3), 277-289.
- Brettell, C. B. (2013). Anthropology of migration. *The Encyclopedia of Global Human Migration*.
- Breton, R. (1964). Institutional completeness of ethnic communities and the personal relations of immigrants. *American journal of Sociology*, 70(2), 193-205.
- Britto, N. M., Corá, M. A. J., & Cruz, M. T. (2016). A Imigração no Brasil Contemporâneo: as Redes de Integração na Cidade de São Paulo. *XL Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, EnAnpad, Anais*, Costa do Sauípe – BA.

- Bueno, G., Manthey, N. B., & Ramos F., (2015). O Cotidiano Multicultural Organizacional: o Caso da Imigração Haitiana. *XXXIX Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, EnAnpad, Anais*, Belo Horizonte – MG.
- Bürkner, H. J. (2012). Intersectionality: How gender studies might inspire the analysis of social inequality among migrants. *Population, Space and Place*, 18(2), 181-195.
- Burroughs, E. (2015). Discursive representations of ‘illegal immigration’ in the Irish newsprint media: The domination and multiple facets of the ‘control’ argumentation. *Discourse & Society*, 26(2), 165-183.
- Cabecinhas, R. (2007). Preto e branco: a naturalização da discriminação. *Campo das Letras*, n. 1, pp. 2-306.
- Cabecinhas, R. (2008). Racismo e xenofobia: a actualidade de uma velha questão. *Comunicación e Cidadanía*, n. 2.
- Camino, L., Gouveia, L., Maia, L. M., Paz, M. M. Á., & Laureano, M. (2013). Repertórios discursivos contemporâneos sobre as desigualdades raciais no Brasil: um estudo com estudantes paraibanos de pós-graduação. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 113-122.
- Camino, L., Silva, P. D., Machado, A., & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. *Revista de psicologia política*, 1(1), 13-36.
- Cardoso, C. M. S. L., & Cabreira, M. (2017). Imigração e o trabalho como condição para uma vida mais digna ou indigna?. *REVISTA DIREITOS, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL*, 3(5), 108-122.
- Cardoso, M. A. F., Hanashiro, D. M. M., & Barros, D. L. P. D. (2016). Um caminho metodológico pela análise semiótica de discurso para pesquisas em identidade organizacional. *Cadernos Ebape. BR*, 14(2), 351-376.
- Carrieri, A., Souza, E. M., & Aguiar, A. R. C. (2014). Trabalho, Violência e Sexualidade: Estudo de Lésbicas, Travestie Transexuais. *RAC-Revista de Administração Contemporânea*, 18(1), 78-95.
- Carvalho, A. R., & Martins, F. C. (2016). A psychological perspective on immigration: the reasons and hardships of migrating to Brazil’s capital, Brasília. *International Journal of Migration, Health and Social Care*, 12(3), 216-224.
- Cavalcanti, (2014). Imigração e mercado de trabalho no Brasil: características e tendências. In.: Cavalcanti, Leonardo; Oliveira, Antonio Tadeu & Tonhati, Tânia (Orgs.) *A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. Cadernos OBMigra, Ed. Especial*, Brasília.
- Cavalcanti, L., Brasil, E., & Dutra, D. (2018). *Movimentação dos Trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro*. In.: Cavalcanti, L.; Oliveira, T.; Macedo, M., *Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. Relatório Anual 2018. Série*

- Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra.
- Cavalcanti, L., & de Oliveira, M. (2018). O tema das migrações internacionais na sociologia no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia-RBS*, 6(12).
- Carvalho, A. (2008). Media (ted) discourse and society: Rethinking the framework of critical discourse analysis. *Journalism Studies*, 9(2), 161-177.
- Celano, A., Fontoura, Y., & Maciel, E. (2016). Distância psicológica em internacionalização de empresas: Reflexões sob o ponto de vista do estrangeiro. *Revista Pretexto*, 17(2), 81-97.
- Chang, R. S., & Aoki, K. (1997). Centering the immigrant in the inter/national imagination. *Calif. L. Rev.*, 85, 1395.
- Costa, A. S. M., Barros, D. F., & Carvalho, J. L. F. (2011). A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. *Revista de Administração Contemporânea*, 15(2), 179-197.
- Costa, A. S. M., Barros, D. F., & Martins, P. E. M. (2012). A alavanca que move o mundo: o discurso da mídia de negócios sobre o capitalismo empreendedor. *Cadernos EBAPE. BR*, 10(2), 357-375.
- Costa, A. S. M., & Saraiva, L. A. (2012). Hegemonic discourses on entrepreneurship as an ideological mechanism for the reproduction of capital. *Organization*, 19(5), 587-614.
- Constant, A., & Massey, D. S. (2002). Return migration by German guestworkers: Neoclassical versus new economic theories. *International Migration*, 40(4), 5-38.
- Cheran, R. (2001). Xenoracism and international migration. *Refuge: Canada's Journal on Refugees*, 19(6), 1-3.
- Chiswick, B. (1999). Are immigrants favorably self-selected? *American Economic Review*, 89(2), 181-185.
- Chouliaraki, L., & Fairclough, N. (2010). Critical discourse analysis in organizational studies: Towards an integrationist methodology. *Journal of Management Studies*, 47(6), 1213-1218.
- Clyne, M. (2005). The use of exclusionary language to manipulate opinion: John Howard, asylum seekers and the reemergence of political incorrectness in Australia. *Journal of Language and Politics*, 4(2), 173-196.
- Cruz, E. P., & Falcão, R. P. D. Q. (2016a). Adaptação das Teorias de Empreendedorismo Imigrante e Enclave Étnico no Contexto de Empreendedores Nordestinos da Rocinha. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, 5(3), 116-143.
- Cruz, E. P., & Falcão, R. P. D. Q. (2016b). Revisão bibliométrica no tema Empreendedorismo Imigrante e Étnico. *Internext*, 11(3), 78-94.

- Cruz, E. P., Falcão, R. P. D. Q., & Barreto, C. R. (2016). Comparativo do Empreendedorismo Imigrante Brasileiro em duas regiões da Florida – Pompano Beach e Orlando, um Estudo Exploratório. *XL Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, EnAnpad, Anais*, Costa do Sauípe – BA.
- Cruz, E. P., Falcão, R. P. D. Q., & Barreto, C. R. (2017). Estudo exploratório do empreendedorismo imigrante brasileiro em Pompano beach e Orlando-eua. *Gestão & Planejamento-G&P*, 18.
- Cruz, E. P., Falcão, R. P. D. Q., Mancebo, R. C., & Pinto, F. R. (2017). Ensaio de Modelo Analítico do Empreendedorismo Imigrante: uma Proposta Baseada em Abordagem Abdutiva De Múltiplos Casos. *Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, EnAnpad, Anais*, São Paulo – SP.
- Cruz, E. P., Falcão, R. P. D. Q., & Paula, F. O. (2018). Imigrantes ou Consumidores de Intercâmbio? As Agências como Facilitadores da Imigração de Brasileiros para Austrália. *Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, EnAnpad, Anais*, Curitiba – PR.
- Cunha, M. A. V. C., Coelho, T. R. & Pozzebon, M. (2014). Internet e participação: o caso do orçamento participativo digital de Belo Horizonte. *Revista de Administração de Empresas*, 54(3), 296-308.
- Deaux, K. (2000). Surveying the landscape of immigration: Social psychological perspectives. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 10(5), 421-431
- De Genova, N. (2016). The ‘native’s point of view’ in the anthropology of migration. *Anthropological Theory*, 16(2-3), 227-240.
- Delgado, R., & Stefancic, J. (2017). *Critical race theory: An introduction*. NYU Press.
- Del-Teso-Craviotto, M. (2009). Racism and xenophobia in immigrants’ discourse: The case of Argentines in Spain. *Discourse & Society*, 20(5), 571-592.
- Del-Teso-Craviotto, M. (2019). Emigrants in contemporary Spanish press: A socio-cognitive approach. *Discourse, Context & Media*, 29, 100296.
- Dias, V. L., Aquino, A. C. B., & Tessarolo, I. F. (2008). Estratégias de Coerção no Comércio e Origem Imigratória: Uma Análise Exploratória e Comparativa entre Dois Municípios de Imigração Alemã no Estado do Espírito Santo. *XXXII Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, EnAnpad, Anais*, Rio de Janeiro – RJ.
- Di Masso, A., Castrechini, A., & Valera, S. (2014). Displacing xeno-racism: The discursive legitimation of native supremacy through everyday accounts of ‘urban insecurity’. *Discourse & Society*, 25(3), 341-361.
- Diniz, G. C., Guimarães, L., & Cruz, E. P. (2019). O Papel das Redes Sociais no Processo Empreendedor de Imigrantes Sírios no Brasil e de Brasileiros nos Estados Unidos: análise

comparativa. *XLIII Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, EnAnpad, Anais, São Paulo – SP.*

Diniz, G. C., Guimarães, L., & Fernandes, D. (2019). Empreendedorismo imigrante e étnico: o papel das redes sociais no processo empreendedor de um imigrante sírio no Brasil. *Internext: Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM*, 14(2).

Domingues, P. (2010). Lino Guedes: de filho de ex-escravo à "elite de cor". *Afro-Ásia*, (41), 133-166.

Don, Z. M., & Lee, C. (2014). Representing immigrants as illegals, threats and victims in Malaysia: Elite voices in the media. *Discourse & Society*, 25(6), 687-705.

Dourado, D. C. P., & Carvalho, C. A. (2007). Extra! Extra! O caso do Metrorec revela como é operada a manipulação ideológica do discurso da QVT. *Cadernos EBAPE. BR*, 5(4), 1-11.

Dovidio, J. F., & Esses, V. M. (2001). Immigrants and immigration: Advancing the psychological perspective. *Journal of Social Issues*, 57(3), 378-387.

Duarte, N. A., & Escrivão Jr., Á. E. (2010). Análise da Influência do Financiamento do Emigrante no Mercado Privado de Saúde de Governador Valadares, Minas Gerais, Brasil. *Internext*, 5(2), 1-22.

Duffield, M. (2006). Racism, migration and development: the foundations of planetary order. *Progress in Development Studies*, 6(1), 68-79.

Dunn, K. M., Klocker, N., & Salabay, T. (2007). Contemporary racism and Islamophobia in Australia: Racializing religion. *Ethnicities*, 7(4), 564-589.

Epstein, S., & Carrillo, H. (2014). Immigrant sexual citizenship: intersectional templates among Mexican gay immigrants to the USA. *Citizenship Studies*, 18(3-4), 259-276.

Esses, V. M., Medianu, S., Hamilton, L., & Lapshina, N. (2015). *Psychological perspectives on immigration and acculturation.*

Fairclough, N. (1941). *Language and Power*. London: Longman Group.

Fairclough, N. L. (1985). Critical and descriptive goals in discourse analysis. *Journal of Pragmatics*, 9(6), 739-763.

Fairclough, N. (2001a). Critical discourse analysis as a method in social scientific research. *Methods Of Critical Discourse Analysis*, 5, 121-138.

Fairclough, N. (2001b). *Discurso e mudança social*. UnB.

Fairclough, N. (2003). *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. Psychology Press.

- Fairclough, N. (2005a). Peripheral vision: Discourse analysis in organization studies: The case for critical realism. *Organization Studies*, 26(6), 915-939.
- Fairclough, N. (2005b). Critical discourse analysis in transdisciplinary research. *A New Agenda in (Critical) Discourse Analysis*, 53-70.
- Fairclough, N. (2005c). Blair's contribution to elaborating a new 'doctrine of international community'. *Journal of Language and Politics*, 4(1), 41-63.
- Fairclough, N. (2005d). Neo-liberalism—a discourse-analytical perspective. *Polifonia*, 10(10).
- Fairclough, N. (2005e). Discourse in processes of social change: 'Transition' in Central and Eastern Europe. *BAS*, 11, 9-35.
- Fairclough, N. (2006). Semiosis, ideology and mediation. *Mediating ideology in text and image*. Lassen, Strunck & Vestergaard (Eds). pp. 19-35.
- Fairclough, N. (2010). A dialética do discurso. *Revista Teias*, 11(22), 10-pgs.
- Fairclough, N. (2013). Critical discourse analysis and critical policy studies. *Critical Policy Studies*, 7(2), 177-197.
- Fairclough, N. (2017). CDA as dialectical reasoning. In: *The Routledge handbook of critical discourse studies* (pp. 13-25). Routledge.
- Fairclough, N., & Wodak, R. (2005). *Critical discourse analysis*.
- Fekete, L. (2001). The emergence of xeno-racism. *Race & Class*, 43(2), 23-40.
- Fernandes, R. J. R. (2018). Agências Brasileiras de Apoio a Empreendedores: Destruição Criativa para Pobres? *RAUnP - Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Potiguar*, v. 10, n. 3, p. 83-100.
- Fiates, G. G. S., Demo, M. L. O., & Brilinger, C. O. (2018). A construção da estratégia em um hospital filantrópico: uma análise com base na estratégia como prática. *Revista Alcance*, 25(3), 276-290.
- Figueredo, L. O., & Zanelatto, J. H. (2017). Trajetória de migrações no Brasil. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 39(1), 77-90.
- Filippim, E. S., Schumarcher, M., & Alperstedt, G. D. (2018). A Inserção de Imigrantes Haitianos em uma Organização. *Gestão e Sociedade*, 12(31), 2067-2095.
- Findlay, A. M., & Li, F. L. N. (1999). Methodological issues in researching migration. *The Professional Geographer*, 51(1), 50-59.
- Foged, M., & Peri, G. (2016). Immigrants' effect on native workers: New analysis on longitudinal data. *American Economic Journal: Applied Economics*, 8(2), 1-34.

- Fogleman, A. S. (1998). From slaves, convicts, and servants to free passengers: The transformation of immigration in the era of the American Revolution. *The Journal of American History*, 85(1), 43-76.
- Forjaz, M. C. S. (1993). Os exilados da década de 80: imigrantes brasileiros nos Estados Unidos. *Revista de Administração de Empresas*, 33(1), 66-83.
- Fouron, G. E. (2013). Race, blood, disease and citizenship: the making of the Haitian-Americans and the Haitian immigrants into 'the others' during the 1980s–1990s AIDS crisis. *Identities*, 20(6), 705-719.
- Flowerdew, J., Li, D. C., & Tran, S. (2002). Discriminatory news discourse: some Hong Kong data. *Discourse & Society*, 13(3), 319-345.
- Foner, N. (1999). Anthropology and the Study of Immigration. *American Behavioral Scientist*, 42(9), 1268-1270.
- Forchtner, B. (2012). Critical discourse analysis. *The Encyclopedia of Applied Linguistics*.
- Freitas, R. C., Castro, C. C., Morais, R., & Villela, B. (2016). Relações Interorganizacionais Em Grupos De Pequenos Produtores Familiares No Sul De Minas Gerais: Reflexões Críticas E Inovações Sociais. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 18(1), 39-51.
- Fuzioka, M. A., Mendes, L., Sachuk, M. I., & Ichikawa, E. Y. (2007). Identidade Decassegui: Realidade ou Casualidade?. *GESTÃO. Org-Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 5(3).
- Gabaccia, D. R. (1997). Liberty, coercion, and the making of immigration historians. *The Journal of American History*, 84(2), 570-575.
- Gabaccia, D. R. (1999). Is everywhere nowhere? Nomads, nations, and the immigrant paradigm of United States history. *The Journal of American History*, 86(3), 1115-1134.
- Gabrielatos, C., & Baker, P. (2008). Fleeing, sneaking, flooding: A corpus analysis of discursive constructions of refugees and asylum seekers in the UK press, 1996-2005. *Journal of English linguistics*, 36(1), 5-38.
- Gaffuri, E. L., & Ichikawa, E. Y. (2016). Num Novo País: a História de Vida de João, Imigrante e Negro e sua Territorialização pela Visão de seu Cotidiano. *XL Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, EnAnpad, Anais*, Costa do Sauípe – BA.
- Gallo, H. (2018). Apresentação. In.: Cavalcanti, L.; Oliveira, T.; Macedo, M., Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra.
- Garcia, R. J. (1995). Critical race theory and Proposition 187: The racial politics of immigration law. *Chicano-Latino L. Rev.*, 17, 118.

- Gaskell, G. (2003). Entrevistas individuais e grupais. In.: Bauer, M. W. & Gaskell, G. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Gillborn, D. (2015). Intersectionality, critical race theory, and the primacy of racism: Race, class, gender, and disability in education. *Qualitative Inquiry*, 21(3), 277-287.
- Gilmartin, M. (2008). Migration, identity and belonging. *Geography Compass*, 2(6), 1837-1852.
- Goldberg, D. T. (1992). The semantics of race. *Ethnic and Racial Studies*, 15(4), 543-569.
- Gomes, G. G., & Pereira, M. M. (2015). Imigração Boliviana No Brasil: uma análise dos aspectos sociais e econômicos acerca da exploração da mão-de-obra boliviana no estado de São Paulo. *Revista Floresta*, 2(4).
- Goss, J., & Lindquist, B. (1995). Conceptualizing international labor migration: a structuration perspective. *International migration review*, 29(2), 317-351.
- Grande, J. F., & Beuren, I. M. (2011a). Mudanças de práticas de contabilidade gerencial identificadas nos relatórios da administração de empresas familiares. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 14(3).
- Grande, J. F., & Beuren, I. M. (2011b). Mudanças nas práticas de contabilidade gerencial de empresas. *Revista de Administração FACES Journal*, 10(3).
- Grande, J. F., & Beuren, I. M. (2011c). Mudanças de práticas de contabilidade gerencial: aplicação da análise de discurso crítica no relatório da administração de empresa familiar. *Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS*, 8(2), 133-145.
- Green, E. G., Krings, F., Staerklé, C., Bangerter, A., Clémence, A., Wagner-Egger, P., & Bornand, T. (2010). Keeping the vermin out: Perceived disease threat and ideological orientations as predictors of exclusionary immigration attitudes. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 20(4), 299-316.
- Grosfoguel, R., Oso, L., & Christou, A. (2015). 'Racism', intersectionality and migration studies: framing some theoretical reflections. *Identities*, 22(6), 635-652.
- Grzymala-Kazłowska, A. (2016). Social anchoring: Immigrant identity, security and integration reconnected? *Sociology*, 50(6), 1123-1139.
- Guimarães, A. S. A. (1995). Racismo e anti-racismo no brasil. *Novos Estudos*, n. 43.
- Guimarães, A. S. A. (1999a). Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e estados Unidos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(39), 103-117.
- Guimarães, A. S. A. (1999b). Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, 54, 147-156.

- Guimarães, A. S. A. (2002). Democracia racial. *Cadernos Penesb*, Niterói, (4), 33-60.
- Guimarães, A. S. A. (2003). Como trabalhar com "raça" em sociologia. *Educação e Pesquisa*, 29(1), 93-107.
- Guimarães, A. S. A. (2006). Depois da democracia racial. *Tempo social*, 18(2), 269-287.
- Guimarães, A. S. A. (2011). Raça, cor, cor da pele e etnia. *Cadernos de Campo* (São Paulo, 1991), 20(20), 265-271.
- Guimarães, A. S. A. (2016). Formações nacionais de classe e raça. *Tempo Social*, 28(2), 161-182.
- Hanson-Easey, S., & Augoustinos, M. (2010). Out of Africa: Accounting for refugee policy and the language of causal attribution. *Discourse & Society*, 21(3), 295-323.
- Hanson-Easey, S., Augoustinos, M., & Moloney, G. (2014). 'They're all tribals': Essentialism, context and the discursive representation of Sudanese refugees. *Discourse & Society*, 25(3), 362-382.
- Harris, J. R., & Todaro, M. P. (1970). Migration, unemployment and development: a two-sector analysis. *The American Economic Review*, 126-142.
- Hart, C. (2008). Critical discourse analysis and metaphor: Toward a theoretical framework. *Critical Discourse Studies*, 5(2), 91-106.
- Heisler, B. S. (2000). *The sociology of immigration. Migration theory: talking across disciplines*. New York, 80-84.
- Hofbauer, A. (2003). Conceito de "raça" e o ideário de "branqueamento" no século XIX. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, 1(42).
- Homero Jr., P. F. (2019). Construção de uma narrativa hegemônica sobre a adoção das IFRS no Brasil. *Cadernos EBAPE. BR*, 17(2), 338-350.
- Hopkins, N., Reicher, S., & Levine, M. (1997). On the parallels between social cognition and the 'new racism'. *British Journal of Social Psychology*, 36(3), 305-329.
- Horevitz, E. (2009). Understanding the anthropology of immigration and migration. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 19(6), 745-758.
- Ianni, O. (1996) A racialização do mundo. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 8(1): 1-23.
- Ianni, O. (2004a). Dialética das relações raciais. *Estudos Avançados*, 18(50), 21-30.
- Ianni, O. (2004b). A metamorfose da etnia em raça. *Proposições*, 15(1), 219-226
- Irigaray, H. A. R., Cunha, G. X., & Harten, B. A. (2016). Missão organizacional: o que a análise crítica do discurso revela?. *Cadernos EBAPE. BR*, 14(4), 920-933.

- Irigaray, H. A., & Freitas, M. E. D. (2014). Diáspora brasileira e os trabalhadores retornados do exterior: quando a fantasia encontra a realidade. *Gestão & Planejamento-G&P*, 15(3).
- Isbuga-Erel, R. F. (2008). A CDA approach to the translations of taboos in literary texts within the historical and socio-political Turkish context. In.: *Papers from the Lancaster University Postgraduate Conference in Linguistics & Language Teaching*, vol. 2, pp. 58-77.
- Jayasuriya, L. (2002). Understanding Australian Racism. *Australian Universities Review*, The, 45(1), 40-44.
- Jodelet, D. (2007). *Place de l'expérience vécue dans le processus de formation des représentations sociales*. J.-M. Tremblay.
- Johnston, A. M. (2008). Co-membership in immigration gatekeeping interviews: construction, ratification and refutation. *Discourse & Society*, 19(1), 21-41.
- Johnson, K. R. (2009). The Intersection of Race and Class in U.S. Immigration Law and Enforcement. *Law & Contemporary Problems*, vol. 72.
- Johnson, K. R. (2000). Race Matters: Immigration Law and Policy Scholarship, Law in the Ivory Tower, and the Legal Indifference of the Race Critique. *U. Ill. L. Rev.*, 525.
- Jongste, H. (2015). Mental models and humorous intent. *Journal of Pragmatics*, 95, 107-119.
- Kinder, D. R. (1986). The continuing American dilemma: White resistance to racial change 40 years after Myrdal. *Journal of Social Issues*, 42(2), 151-171.
- Kinder, D. R., & Sears, D. O. (1981). Prejudice and politics: Symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40(3), 414.
- KhosraviNik, M. (2009). The representation of refugees, asylum seekers and immigrants in British newspapers during the Balkan conflict (1999) and the British general election (2005). *Discourse & Society*, 20(4), 477-498.
- KhosraviNik, M. (2010). The representation of refugees, asylum seekers and immigrants in British newspapers: A critical discourse analysis. *Journal of Language and Politics*, 9(1), 1-28.
- KhosraviNik, M., Krzyżanowski, M., & Wodak, R. (2012). Dynamics of representation in discourse: Immigrants in the British press. In.: *Migrations: Interdisciplinary Perspectives* (pp. 283-295). Springer, Vienna.
- King, R. (2012). Geography and migration studies: Retrospect and prospect. *Population, Space and Place*, 18(2), 134-153.

- King, R., Warnes, A. M., & Williams, A. M. (1998). International retirement migration in Europe. *International Journal of Population Geography*, 4(2), 91-111.
- Koller, V. (2012). How to Analyse Collective Identity in Discourse-Textual and Contextual Parameters. *Critical Approaches to Discourse Analysis Across Disciplines*, 5(2).
- Koser, K., & Salt, J. (1997). The geography of highly skilled international migration. *International Journal of Population Geography*, 3(4), 285-303.
- Kress, G. (1990). Critical discourse analysis. *Annual Review of Applied Linguistics*, 11, 84-99.
- Kuwae, L. H. Y. (2013). *Cem anos de imigração japonesa: a construção midiática da identidade do imigrante japonês*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Universidade de Brasília, BSB, Brasil.
- Kuyumjian, R., Vasconcellos, J. G. M., Monti, M. Z., & de Sant'Anna, S. R. (2012). Ações Empreendedoras e o Imaginário Social: Do Coronel Duarte ao Setor de Transporte de Cargas de Iconha. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 1(2).
- Lacayo, C. O. (2017). Perpetual inferiority: Whites' racial ideology toward Latinos. *Sociology of Race and Ethnicity*, 3(4), 566-579.
- Lacerda, D. D. S., & Brulon, V. (2013). Política das UPPs e espaços organizacionais precários: uma análise de discurso. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 53(2), 130-141.
- Lage, M. L., Perdigão, D. A., Pena, F. G., & Silva, M. A. F. (2016). Preconceito maquiado: o racismo no mundo fashionista e da beleza. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 10(4), 47-62.
- Lague, J. D. Q. D., Gallon, S., & Cerutti, P. S. (2019). Bem-Estar Subjetivo de Imigrantes Senegaleses. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 18(2), 240-260.
- Lara, A. (2008). Migración, Una Empresa Sustentable. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 2(3), 39-58.
- Lara, S. H. (1998). Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto história: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 16.
- Leach, C. W. (2005). Against the notion of a 'new racism'. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 15(6), 432-445.
- Lee, J. J. (2007). Neo-racism toward international students: A critical need for change. *About Campus*, 11(6), 28-30.
- Lentin, A. (2000). 'Race', Racism and Anti-racism: Challenging Contemporary Classifications. *Social Identities*, 6(1), 91-106.

- Lihua, L. (2012). Discourse and manipulation: stories about China in the New York Times. *Language & Communication*, 32(3), 249-256.
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 401-411.
- Lima, S. S., & Silva, L. M. M. (2017). Os imigrantes no Brasil, sua vulnerabilidade e o princípio da igualdade. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 7(2), 385.
- Luce, M. S. (2013). Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?. *Trabalho, educação e saúde*, 11(1), 169-190.
- Lynn, N., & Lea, S. (2003). A phantom menace and the new Apartheid': the social construction of asylum-seekers in the United Kingdom. *Discourse & Society*, 14(4), 425-452.
- Macedo, A. D., Alcântara, V., & Pereira, J. R. (2015). A incorporação das dimensões sociais e ambientais no novo marco regulatório da mineração sob a ótica da gestão social. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, 4(1), p. 151-172.
- Machado, C. E. D. (2018). A construção da raça branca e a suposta incapacidade intelectual negra para a ciência, tecnologia e inovação. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 10, 12-29.
- Machado, R. C. (2016). *Imigrantes e o mercado de trabalho no Brasil: segmentação entre brasileiros e estrangeiros e o impacto da língua materna*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Programa de Pós-Graduação em Economia. Goiânia
- Magalhães, I. (2005). Introdução: a análise de discurso crítica. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 21(3).
- Mahalingam, R., Balan, S., & Haritatos, J. (2008). Engendering immigrant psychology: An intersectionality perspective. *Sex Roles*, 59(5-6), 326-336.
- Manalansan IV, M. F. (2006). Queer intersections: Sexuality and gender in migration studies. *International Migration Review*, 40(1), 224-249.
- Manthey, N. B., Bueno, G., & Rossetto, C., R. (2015). Adaptação Estratégica em Empresas da Construção Civil: o Caso da Imigração Haitiana. *VII Encontros de Estudo em Estratégia, ANPAD, Anais*, Brasília – DF.
- Maraschi, K. (2006). Valores Reconstituídos: a Narrativa de um Dirigente Imigrante. *Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, EnAnpad, Anais*.
- Margolis, M. L. (2013). *Goodbye, Brazil: emigrantes brasileiros no mundo*. São Paulo: Contexto.

- Marinucci, R. (2017). Migrações e trabalho: precarização, discriminação e resistência. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 25(49), 7-11.
- Marinucci, R. (2018). Racismos e Migrações. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 26(53), 7-10.
- Martes, A. C. B. (2016). Chegadas e partidas: migrações internacionais no Brasil recente. *GV-Executivo*, 15(1), 30-33.
- Martes, A. C. B., & Rodriguez, C. L. (2004). Afiliação religiosa e empreendedorismo étnico: o caso dos brasileiros nos Estados Unidos. *Revista de Administração Contemporânea*, 8(3), 117-140.
- Martins, L. E. D. T., & Leite, N. R. P. (2013). Urbanization, Accountability and Social Inclusion in a Comparative Perspective: Brazil vs. China. *Future Studies Research Journal: Trends and Strategies*, 5(1), 63-95.
- Massey, D. S., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A., & Taylor, J. E. (1993). Theories of international migration: A review and appraisal. *Population and Development Review*, 19(3), 431-466.
- Massey, D. S., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A., & Taylor, J. E. (1994). An evaluation of international migration theory: The North American case. *Population and Development Review*, 699-751.
- Massey, D. S. (2015). A missing element in migration theories. *Migration letters: an International Journal of Migration Studies*, 12(3), 279.
- Massey, D. A. (2002). Synthetic theory of international migration. *World in the mirror of international migration*, 10, 143-153.
- Massey, D. S., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A., & Taylor, J. E. (1993). Theories of international migration: A review and appraisal. *Population and Development Review*, 19(3), 431-466.
- Massey, D. S., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A., & Taylor, J. E. (1994). An evaluation of international migration theory: The North American case. *Population and Development Review*, 699-751.
- Medeiros, B. N., & Siqueira, M. V. S. (2019a). Discurso gerencial no controle de docentes em instituições de Ensino Superior privadas: uma análise crítica. *Cadernos EBAPE. BR*, 17(2), 294-304.
- Medeiros, B. N., & Siqueira, M. V. S. (2019b). Relações de confiança e sua instrumentalização no controle de docentes em IES privadas. *Revista Eletrônica de Administração*, 25(1), 213-237.
- McCall, L. (2008). The complexity of intersectionality. In *Intersectionality and beyond* (pp. 65-92). Routledge-Cavendish.

- McConahay, J. B., & Hough Jr, J. C. (1976). Symbolic racism. *Journal of Social Issues*, 32(2), 23-45.
- McKenzie, K. (2003). Discursive psychology and the “new racism”. *Human Studies*, 26(4), 461-491.
- McKenna, B. (2004). Critical discourse studies: where to from here?. *Critical Discourse Studies*, 1(1), 9-39.
- Melo, P. T. N. B., Salles, H. K., & Bellen, H. M. (2012). Quadro institucional para o desenvolvimento sustentável: o papel dos países em desenvolvimento com base na análise crítica do discurso da Rio+ 20. *Cadernos EBAPE. BR*, 10(3), 701-720.
- Menezes, R. S. S., Oliveira, J. L., & Diniz, A. P. R. (2013). Simbolismos de gênero e gestão: uma análise das feminilidades de executivas brasileiras. *Revista de Gestão e Secretariado*, 4(1), 01-22.
- Meyer, C. B. (2001). A case in case study methodology. *Field methods*, 13(4), 329-352.
- Misoczky, M. C. (2010). Análise crítica do discurso: uma apresentação. *GESTÃO. Org-Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 3(2).
- Misoczky, M. C., & Ferreira, C. D. S. (2005). A construção simbólica da definição de governar e de governador realizada pelo jornal Zero Hora nas três últimas eleições gaúchas. *Cadernos EBAPE. BR*, 3(4), 01-17.
- Mitten, R. (1992). *The Politics of Antisemitic Prejudice: The Waldheim Phenomenon in Austria* (p. 208). Boulder, Col.: Westview Press.
- Molinete, I. A., de Barcellos, R. D. M. R., & de Salles, H. K. (2017). Da mão de ferro ao romantismo: a produção do gênero no discurso da literatura pop management. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 11, n. Ed. Especial, p. 6-22
- Montgomery, M. (1999). On ideology. *Discourse & Society*, 10(3), 451-454.
- Morais, F. G. (2019). “Você só vê a cerveja que eu tomo, mas não vê os tombos que eu levo”: as relações de trabalho do imigrante brasileiro nos Estados Unidos. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Administração, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Morais, F. G., & Carvalho-Neto. (2019). Brasileiros nos Estados Unidos: o dilema da qualificação e da ocupação no mercado de trabalho. *XLIII Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, EnAnpad, Anais*, São Paulo – SP.
- Morawska, E. (2001). Structuring migration: the case of Polish income-seeking travelers to the West. *Theory and society*, 30(1), 47-80.
- Morin, Estelle, Tonelli, Maria José, & Pliopas, Ana Luisa Vieira. (2007). O trabalho e seus sentidos. *Psicologia & Sociedade*, 19(spe), 47-56.

- Mountian, I., & Rosa, M. D. (2015). O outro: análise crítica de discursos sobre imigração e gênero. *Psicologia USP*, 26(2), 152-160.
- Näre, L. (2013). Migrancy, gender and social class in domestic labour and social care in Italy: An intersectional analysis of demand. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 39(4), 601-623.
- Netto, C. F. S., Brei, V. A., & Flores-Pereira, M. T. (2010). O fim da infância? As ações de marketing e a "adultização" do consumidor infantil. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 11(5), 129-150.
- Nunes, S. D. S. (2006). Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. *Psicologia USP*, 17(1), 89-98.
- Oliveira, M. D. F. S., & Iglesias, J. C. G. (2012). El inmigrante transnacional y la conducta emprendedora. *Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)-ISSN 2177-4153*, 10(2), 94-109.
- Oliveira, J. F. (2007). Empreendedorismo Sem Fronteira: desafios e conquistas dos imigrantes chineses no Brasil. *XXXI Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, EnAnpad, Anais*, Rio de Janeiro – RJ.
- Oliveira, T.; Macedo, M. (2018). *Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil*. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra.
- Oliver, W. (2001). Cultural racism and structural violence: Implications for African Americans. *Journal of human Behavior in the Social Environment*, 4(2-3), 1-26.
- Onuma, F. M. S., Zwick, E., & de Brito, M. J. (2015). Ideologia gerencialista, poder e gestão de pessoas na administração pública e privada: uma interpretação sob a ótica da análise crítica do discurso. *Revista de Ciências da Administração*, 17(42), 106-120.
- Paganotti, I. (2009). Imagens do Brasil turístico nas páginas do New York Times. *Pensamento & Realidade*, 24(2).
- Paiva, A. L., Garcia, A. S., & Alcântara, V. (2017). Disputas Discursivas sobre Corrupção no Brasil: Uma Análise Discursivo-Crítica no Twitter. *RAC-Revista de Administração Contemporânea*, 21(5), 627-647.
- Paiva, A. L. & Leite, A. P. (2014). Da emigração à imigração? Por uma análise do perfil migratório brasileiro nos últimos anos. *Revista Ars Histórica*, n. 7, pp. 1-20.
- Palhares, J. V., de Pádua Carrieri, A., & de Freitas Oletto, A. (2019). As Práticas Cotidianas de Negócio dos Catireiros da Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. *Gestão & Regionalidade*, 35(103).
- Pandolfi, R., Vasconcellos, J. G. M., & Palassi, M. P. (2008). Imigração Italiana e Capital Cultural: uma reflexão sobre a cultura empresarial em Colatina (ES). V *Encontro de Estudos Organizacionais*, 5, 1-16, Belo Horizonte – MG.

- Park, Y., & Kemp, S. P. (2006). "Little alien colonies": Representations of immigrants and their neighborhoods in social work discourse, 1875–1924. *Social Service Review*, 80(4), 705-734.
- Park, R. E. (1928). Human migration and the marginal man. *American Journal of Sociology*, 33(6), 881-893.
- Patterson, A. C., & Veenstra, G. (2016). Black-White health inequalities in Canada at the intersection of gender and immigration. *Canadian Journal of Public Health*, 107(3), e278-e284.
- Pellizari, K. (2019). O jogo de poder entre os atores sociais coletivos e os imigrantes nas cidades de Cuiabá e São Paulo. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Administração, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG.
- Pereira, F. O., & Oliveira, J. S. (2017). Intersecção entre Raça, Gênero e Imigração no Mercado de Trabalho: um Estudo com Mulheres Haitianas na Cidade de Maringá, Paraná. *VI Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, EnSPR*, Curitiba – PR.
- Pereira, J. J., Saraiva, C. M., & Rezende, A. F. (2019). Diga-Me Que Curso Fazes e Eu Te Direi Quem És. *Revista Administração em Diálogo-RAD*, 21(2), 164-190.
- Pérez-Paredes, P., Jiménez, P. A., & Hernández, P. S. (2017). Constructing immigrants in UK legislation and Administration informative texts: A corpus-driven study (2007–2011). *Discourse & Society*, 28(1), 81-103.
- Peri, G. (2016). Immigrants, productivity, and labor markets. *Journal of Economic Perspectives*, 30(4), 3-30.
- Perin, M. G., Sampaio, C. H., Froemming, L. M. S., & Luce, F. B. (2015). Pesquisa survey em artigos de marketing nos ENANPADs da década de 90. *Revista Interdisciplinar de Marketing*, 1(1), 44-59.
- Pettersson, K., Liebkind, K., & Sakki, I. (2016). You who are an immigrant—why are you in the Sweden Democrats? *Discourse & Society*, 27(6), 624-641.
- Picheth, S. F., & Chagas, P. B. (2018). Interfaces entre territorialidade e identidade: analisando as vivências das mães do Grupo Maternati. *Cadernos EBAPE. BR*, 16(4), 788-801.
- Pon, G. (2009). Cultural competency as new racism: An ontology of forgetting. *Journal of Progressive Human Services*, 20(1), 59-71.
- Popescu, T. (2008). Immigration discourses: the case of Romanian immigrants in Italy. *Journal of Linguistic and Intercultural Education*, 1, 31-44.
- Portes, A., & Sensenbrenner, J. (1993). Embeddedness and immigration: Notes on the social determinants of economic action. *American Journal of Sociology*, 98(6), 1320-1350.

- Portes, A., & Zhou, M. (1993). The new second generation: Segmented assimilation and its variants. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 530(1), 74-96.
- Price, P. L. (2010). At the crossroads: Critical race theory and critical geographies of race. *Progress in Human Geography*, 34(2), 147-174.
- Radhay, R. A. (2006). *Discurso e poder na política de imigração brasileira*. Tese de Doutorado. Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula, Universidade de Brasília, Brasília, BSB, Brasil.
- Rydgren, J. (2008). Immigration sceptics, xenophobes or racists? Radical right-wing voting in six West European countries. *European Journal of Political Research*, 47(6), 737-765.
- Reisigl, M. W. Ruth (2001). *Discourse and Discrimination: Rhetorics of Racism and Antisemitism*.
- Reisigl, M., & Wodak, R. (2001). *Discourse and discrimination: Rhetorics of racism and antisemitism*. Routledge.
- Reitmanova, S., Gustafson, D. L., & Ahmed, R. (2015). "Immigrants Can Be Deadly": Critical Discourse Analysis of Racialization of Immigrant Health in the Canadian Press and Public Health Policies. *canadian Journal of communication*, 40(3).
- Rengel, S., Beuren, I. M., & Casagrande, M. H. (2009). Mudanças na Controladoria em decorrência de reestruturação societária. *Revista Ciências Administrativas*, 379.
- Resende, V. de M. & Ramalho, V. (2006). *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto.
- Riesz, L. (2018). Convivência: Uma solução para a tensão de halal/carne de porco na Espanha?. *Revista de Administração de Empresas*, 58(3), 222-232.
- Rodrigues, M. S., & Dellagnelo, E. H. L. (2013). Do discurso e de sua análise: reflexões sobre limites e possibilidades na Ciência da Administração. *Cadernos EBAPÉ*, 11(4), 621-635.
- Rodrigues, M. S., & da Silva, R. D. F. C. (2019). Nova república, novas práticas: uma análise do processo de empresarização do ensino superior no Brasil (1990-2010). *Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 6(15), 176-218.
- Romero, M. (2006). Racial profiling and immigration law enforcement: Rounding up of usual suspects in the Latino community. *Critical Sociology*, 32(2-3), 447-473.
- Romero, M. (2008). Crossing the immigration and race border: A critical race theory approach to immigration studies. *Contemporary Justice Review*, 11(1), 23-37.

- Rueda, D. (2014). Dualization, crisis and the welfare state. *Socio-Economic Review*, 12(2), 381-407.
- Rumbaut, R. G. (2015). Assimilation of immigrants. James D. Wright (editor-in-chief), *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, 2, 81-87.
- Rydgren, J. (2008). Immigration sceptics, xenophobes or racists? Radical right-wing voting in six West European countries. *European Journal of Political Research*, 47(6), 737-765.
- Sacramento, I., & Machado, I. B. (2015). A imigração como risco para a saúde: uma análise das representações do imigrante africano na cobertura da Folha de S. Paulo sobre o ébola. *Comunicação e Sociedade*, 28, 25-47.
- Sáenz, R., & Douglas, K. (2015). A call for the racialization of immigration studies: On the transition of ethnic immigrants to racialized immigrants. *Sociology of Race and Ethnicity*, 1(1), 166-180.
- Salles, H. K. D., & Dellagnelo, E. H. L. (2019). A Análise Crítica do Discurso como alternativa teórico-metodológica para os Estudos Organizacionais: um exemplo da análise do significado representacional. *Organizações & Sociedade*, 26(90), 414-434.
- Sanchez, G., & Romero, M. (2010). Critical race theory in the US sociology of immigration. *Sociology Compass*, 4(9), 779-788.
- Santa Ana, O. (1999). Like an animal I was treated': Anti-immigrant metaphor in US public discourse. *Discourse & Society*, 10(2), 191-224.
- Santa Ana, O. (2016). The cowboy and the goddess: Television news mythmaking about immigrants. *Discourse & Society*, 27(1), 95-117.
- Santos, E. C., Bispo, D., & Dourado, D. P. (2015). A utilização da teoria social do discurso de Fairclough nos estudos organizacionais. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v. 4, n. 1, p. 55-73
- Santos, C. A., & Costa, A. D. S. M. (2019). Imprensa, Discurso Ideológico e Golpe de Estado: uma Análise Crítica do Discurso. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 18(3), 371-393.
- Santos, P. S. F., & Marquesan, F. F. S. (2018). O discurso da “sustentabilidade” na construção civil. *Gestão & Planejamento-G&P*, v. 19, n. 1, p. 313-330
- Sasaki, E. M., & de Oliveira Assis, G. (2016). Teorias das migrações internacionais. *Anais*, 1-19.
- Scharf, E. R., Fernandes, J., Perfeito, J., & Dapper, M. K. (2017). Práticas de Consumo Consciente em Campanha Publicitária de Organização Competitiva. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 11(2), p. 1-18.

- Scharf, E. R., Oliveira, P. R. V. D., Sarquis, A. B., & Silva, J. (2019). Discurso da Propaganda de Responsabilidade Social Corporativa em Empresas dos Setores de Bens e de Serviços. *Revista ADM. MADE*, 23(2), 1-20.
- Scharf, E. R., & Sarquis, A. B. (2014). Análise crítica do discurso na propaganda de lançamento do Citroen C3 Picasso. *Revista Brasileira de Marketing*, 13(3), 36-48.
- Scherer, L. A., & Prestes, V. A. (2019). Trabalho de Imigrantes e Refugiados(as) no Brasil: intersecções com Gênero e Classe. *XLIII Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, EnAnpad, Anais, São Paulo – SP*.
- Schiller, N. G., Basch, L., & Blanc, C. S. (1995). From immigrant to transmigrant: Theorizing transnational migration. *Anthropological quarterly*, 48-63.
- Schucman (2010) Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão. *Psicologia Política*, vol. 10. n° 19. pp. 41-55.
- Schwarcz, L. K. M. (1996). Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. *Afro-Ásia*, (18).
- Scussel, F. B. C., & Dellagnelo, E. H. L. (2018). O Peso do Discurso: A Representação da Mulher Plus Size em Campanhas Publicitárias de Lingerie no Brasil. *Revista Brasileira de Marketing*, 17(6), 931-945.
- Sears, D. O. (1988). Symbolic racism. In *Eliminating racism*. Springer, Boston, MA, p. 53-84.
- SEBRAE. (2018). *Panorama dos Pequenos Negócios 2018*. Recuperado em 09 de agosto de 2018, de: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/Panorama_dos_Pequenos_Negocios_2018_AF.pdf
- Seifriz, M. A., Gondim, S. M. G., & Pereira, M. E. (2014). Internacionalização e Networks em Pequenas e Médias Empresas: o papel dos laços de descendência imigratória. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 16(50), 5-24.
- Siebers, H., & Dennissen, M. H. (2015). Is it cultural racism? Discursive exclusion and oppression of migrants in the Netherlands. *Current Sociology*, 63(3), 470-489.
- Silva, A. O. C. S., & Yen-Tsang, C. (2015). Tem Comida Chinesa no Prato dos Brasileiros: Como Empreendem os Imigrantes Chineses no Brasil?. *XXXIX Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, EnAnpad, Anais, Belo Horizonte – MG*.
- Silva, E. R. D., & Gonçalves, C. A. (2017). Possibilidades de incorporação da análise crítica do discurso de Norman Fairclough no estudo das organizações. *Cadernos EBAPE. BR*, 15(1), 1-20.

- Silva, F. C., Cruz, E. P., & Falcão, R. P. Q. (2018). Interações Disciplinares no Empreendedorismo, Empreendedorismo Étnico e de Imigrantes. *Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, EnAnpad, Anais, Curitiba – PR.*
- Silva, L. M. M. & Lima, S. S. (2017). Os imigrantes no Brasil, sua vulnerabilidade e o princípio da igualdade. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 7(2), 385.
- Silva, M. A. (2005). A face oculta do trabalho: migrantes nas usinas canavieiras de São Paulo. *Revista latinoamericana de Estudios del trabajo (RELET)*, 10(17), 31-54.
- Silva, M. A., Costa, A. D. S. M., & Lemos, A. H. (2015). A discriminação certificada: o discurso da Revista Você SA sobre a obrigatoriedade da pós-graduação para inserção no mercado de trabalho. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 9(1), 16-34.
- Silva, N. (2008). Fluxos Migratórios Lusófonos em Direção ao Canadá: O Caso Português e o Brasileiro. *Pensamento & Realidade*, 22.
- Sinatti, G. (2014). Masculinities and intersectionality in migration: transnational Wolof migrants negotiating manhood and gendered family roles. In.: *Migration, gender and social justice* (pp. 215-226). Springer, Berlin, Heidelberg.
- Siqueira, M. V. S., & Mendes, A. M. (2009). Gestão de pessoas no setor público e a reprodução do discurso do setor privado. *Revista do Serviço Público*, 60(3), 241-250.
- Sivanandan, A. (2001). Poverty is the new black. *Race & Class*, 43(2), 1-5.
- Sniderman, P. M., Piazza, T., Tetlock, P. E., & Kendrick, A. (1991). The new racism. *American Journal of Political Science*, 423-447.
- Sniderman, P. M., & Tetlock, P. E. (1986). Symbolic racism: Problems of motive attribution in political analysis. *Journal of Social Issues*, 42(2), 129-150.
- Stark, O., & Bloom, D. E. (1985). The new economics of labor migration. *The American Economic Review*, 75(2), 173-178.
- Strom, M. (2015). Social hierarchy in local Spanish-language print media: The discursive representation of Latino social actors in the United States. *Discourse & Society*, 26(2), 230-252.
- Suzuki, L. S. D. A. (2018). *Trajetórias ocupacionais de imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro*. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- Taguieff, P. A. (1990). The new cultural racism in France. *Telos*, 109-122.
- Telles, E. E. (2012). *O significado da raça na sociedade brasileira*. Princeton University Press.
- Teo, P. (2000). Racism in the news: A critical discourse analysis of news reporting in two Australian newspapers. *Discourse & Society*, 11(1), 7-49.

Tilbury, F., & Colic-Peisker, V. (2006). Deflecting responsibility in employer talk about race discrimination. *Discourse & Society*, 17(5), 651-676.

Tileagă, C. (2011). Context, mental models and discourse analysis. *Journal of Sociolinguistics*, 15(1), 124-134.

Tonelli, A. O., Borges, A. F., de Brito, M. J., & Zambalde, A. L. (2018). A Trajetória das Cervejarias Artesanais Brasileiras em Busca de Legitimação e Institucionalização: Uma Análise a partir de suas Práticas Estratégicas Discursivas. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, 11(4), 1068-1087.

Torkington, K., & Ribeiro, F. P. (2018). ‘What are these people: migrants, immigrants, refugees?’: Migration-related terminology and representations in Portuguese digital press headlines. *Discourse, Context & Media*, 27, 22-31.

Treviño, A. J., Harris, M. A., & Wallace, D. (2008). What's so critical about critical race theory?. *Contemporary Justice Review*, 11(1), 7-10.

UNESCO (2015) *Glossary: Migrants and migration*. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/international-migration/glossary/>>. Acesso dia 26.11.2019.

UNESCO (2018). *Relatório de Monitoramento Global da Educação 2019: migração, descolamento e educação; construir pontes, não muros* – resumo. Brasília.

Uglione, H. K. D. S., Barcellos, R. M. R., Silva, R. C., & Dellagnelo, E. H. L. (2011). Mercantilização de ações solidárias empresariais: uma discussão a partir da análise crítica do discurso. *GESTÃO. Org-Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 9(2).

Valadão Jr., V. M., Medeiros, C., & Lima, M. (2007). Peter Drucker e a legitimação do capitalismo tardio: uma análise crítica de discurso. *GESTÃO. Org-Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 5(3), 1-24.

Valadares, J. L., de Castro Alcântara, V., Boas, A. A. V., & Emmendoerfer, M. L. (2017). Os discursos do empreendedorismo na administração pública brasileira: análise crítica de uma experiência contemporânea. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, 10(6), 990-1008.

Van Der Valk, I. (2003). Right-wing parliamentary discourse on immigration in France. *Discourse & Society*, 14(3), 309-348.

Van Dijk, T. A. (1992). Discourse and the denial of racism. *Discourse & Society*, 3(1), 87-118.

Van Dijk, T. A. (1993). Principles of critical discourse analysis. *Discourse & Society*, 4(2), 249-283.

Van Dijk, T. (1996). Análisis del discurso ideológico. *Versión*, 6(10), 15-42.

- Van Dijk, T. A. (1999). Discourse and racism. *Discourse & Society*, 10(2), 147–148.
- Van Dijk, T. A. (2000a). Ideologies, racism, discourse: Debates on immigration and ethnic issues. *Comparative Perspectives on Racism*, 91-116.
- Van Dijk, T. A. (2000b). New (s) racism: A discourse analytical approach. *Ethnic Minorities and the Media*, 37, 33-49.
- Van Dijk, T. A. (2013a). Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade. *Linha D'Água*, 26(2), 351-381.
- Van Dijk, T. (2013b). Discourse-Cognition-Society. Current state and prospects of the socio-cognitive approach to discourse. *Contemporary Studies in Critical Discourse Analysis*, 121-146.
- Van Dijk, T. A. (2015a). Ideologia. *Letras de Hoje*, 50(5), 53-61.
- Van Dijk, T. A. (2015b). Discurso e cognição na sociedade. *Revista Portuguesa de Humanidades*, 19(1), 19-52.
- Van Leeuwen, T., & Wodak, R. (1999). Legitimizing immigration control: A discourse-historical analysis. *Discourse Studies*, 1(1), 83-118.
- Van Meter, K. M. (1990). Methodological and design issues: techniques for assessing the representatives of snowball samples. *NIDA Research Monograph*, 98(51.40), 31-43.
- Veloza, A. P. S., Almeida, A. O., Cilento, I., & Cabral, B. R. (2019). Unificação e ampliação do SINE: uma proposta para equalização da demanda e oferta de trabalho para imigrantes. *Encontro de Administração Pública, EnAPG, Anais*, Fortaleza – CE.
- Verkuyten, M. (2003). Discourses about ethnic group (de-) essentialism: Oppressive and progressive aspects. *British Journal of Social Psychology*, 42(3), 371-391.
- Verkuyten, M., & Masson, K. (1995). 'New racism', self-esteem, and ethnic relations among minority and majority youth in the Netherlands. *Social Behavior and Personality: an International Journal*, 23(2), 137-154.
- Versiani, F. (2019). “O NEGRO DELES É DIFERENTE”: um estudo sobre a influência dos estigmas dos trabalhadores solicitantes de refúgio no mercado de trabalho brasileiro. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Administração, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG.
- Versiani, F., & Carvalho Neto, A. (2018) Trabalhadores Imigrantes e Trabalhadores Brasileiros em São Paulo: a influência recíproca entre os "desviantes" e os "normais". *Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, EnAnpad, Anais*, Curitiba – PR.
- Vertovec, S. (2007). Introduction: New directions in the anthropology of migration and multiculturalism. *Ethnic and Racial Studies*, 30(6), 961-978.

- Vilela, E. M. (2008). *Imigração internacional e estratificação no mercado de trabalho brasileiro*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte.
- Villanueva, V. (2006). Blind: Talking about the new racism. *Writing Center Journal*, 26(1), 3.
- Villen, P. (2015). Imigração e racismo na modernização dependente do mercado de trabalho. *Lutas Sociais*, 19(34), 126-142.
- Virtanen, S. V., & Huddy, L. (1998). Old-fashioned racism and new forms of racial prejudice. *The Journal of Politics*, 60(2), 311-332.
- Viruell-Fuentes, E. A., Miranda, P. Y., & Abdulrahim, S. (2012). More than culture: structural racism, intersectionality theory, and immigrant health. *Social Science & Medicine*, 75(12), 2099-2106.
- Ward, C., Gale, J., Staerklé, C., & Stuart, J. (2018). Immigration and multiculturalism in context: A framework for psychological research. *Journal of Social Issues*, 74(4), 833-855.
- Wegener, R. (2016). Teun A. van Dijk, Discourse and Knowledge: A Sociocognitive Approach. Languages in Contrast. *International Journal for Contrastive Linguistics*, 16(2), 280–284.
- Wieviorka, M. (2004). The making of differences. *International Sociology*, 19(3), 281-297.
- Wodak, R. (1999). Critical discourse analysis at the end of the 20th century. *Research on Language & Social Interaction*, 32(1-2), 185-193.
- Wodak, R. (2004). Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 4, n. esp, p. 223-243.
- Wodak, R. (2006). Mediation between discourse and society: Assessing cognitive approaches in CDA. *Discourse Studies*, 8(1), 179-190.
- Wodak, R. (2011). Complex texts: Analysing, understanding, explaining and interpreting meanings. *Discourse Studies*, 13(5), 623-633.
- Wodak, R., & Fairclough, N. (2010). Recontextualizing European higher education policies: The cases of Austria and Romania. *Critical Discourse Studies*, 7(1), 19-40.
- Wodak, R., & Matouschek, B. (1993). We are dealing with people whose origins one can clearly tell just by looking': Critical discourse analysis and the study of neo-racism in contemporary Austria. *Discourse & Society*, 4(2), 225-248.
- Wodak, R., & Reisigl, M. (1999). Discourse and racism: European perspectives. *Annual Review of Anthropology*, 28(1), 175-199.

- Wodak, R., & Van Leeuwen, T. (1999). Legitimizing Immigration Control: A discourse-historical analysis. *Discourse Studies*, 1(1), 83-119.
- Wren, K. (2001). Cultural racism: something rotten in the state of Denmark?. *Social & Cultural Geography*, 2(2), 141-162.
- Wright, R., & Ellis, M. (2000). Race, region and the territorial politics of immigration in the US. *International Journal of Population Geography*, 6(3), 197-211.
- Wright, R., & Ellis, M. (2016). Perspectives on migration theory: geography. In *International Handbook of Migration and Population Distribution* (pp. 11-30), Springer, Dordrecht.
- Yamamoto, G. C., & Oliveira, J. S. (2018). Imigração como Prática Social: Compreendendo o Processo Organizativo dos Imigrantes Haitianos na Região Metropolitana de Goiânia, Goiás, Brasil. *Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, EnAnpad, Anais, Curitiba – PR*.
- Yamamoto, G. C., & Dembogurski, L. S. S. (2019). Imigração como Prática Social: Análise da Prática da Imigração sob Perspectiva de Práticas de Organização. *Encontro de Estudos Organizacionais, EnEO, Fortaleza – CE*.
- Yin, R. (2015). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman.
- Yosso, T. J. (2005). Whose culture has capital? A critical race theory discussion of community cultural wealth. *Race Ethnicity and Education*, 8(1), 69-91.
- Zaman, H. (2010). Racialization and marginalization of immigrants: A new wave of xenophobia in Canada. *Labour / Le Travail*, 66, pp. 163-182 (Review).

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

- 01.** O que vêm à sua mente quando você pensa em trabalhadores imigrantes?
- 02.** Conte um pouco sobre a sua experiência com os trabalhadores imigrantes.
- 03.** Como você descreveria os trabalhadores imigrantes que trabalham (ou trabalharam) para você?
- 04.** E antes da contratação, como você percebia os trabalhadores imigrantes em geral?
- 05.** Quando você começou a perceber que seria interessante contratar trabalhadores imigrantes?
- 06.** Como eles são (ou eram) no dia-a-dia de trabalho?
- 07.** E como é (ou era) a sua relação com os trabalhadores imigrantes no dia-a-dia?
- 08.** Quais as contribuições deles para a empresa?
- 09.** Quais as maiores dificuldades que você encontrou ao lidar com os trabalhadores imigrantes?
- 10.** O que você acha da questão da imigração em geral?
- 11.** Quais impactos você acredita que a imigração traz para o país de acolhimento?
- 12.** Em geral, como você percebe as condições de trabalho dos imigrantes em outras empresas, além da sua?

APÊNDICE B – Perfil Sociodemográfico dos Respondentes e das suas Empresas

Idade: _____ Sexo: _____ Cidade: _____

Escolaridade: _____ Formação: _____

Setor: _____ Segmento de Atividade: _____

Número de Filiais: _____ Tempo de Constituição: _____

Número de Funcionários: _____ Número de Sócios: _____

Faturamento Anual Bruto (aproximado): _____